

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JULIANA CAROLINA DA SILVA

**CONTROLE, VIOLÊNCIA E POLÍTICA: um estudo da vigilância e
repressão política em Andirá/PR (1964-1982)**

**MARINGÁ/PR
2019**

JULIANA CAROLINA DA SILVA

CONTROLE, VIOLÊNCIA E PODER: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

MARINGÁ/PR
2019

**Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S586c Silva, Juliana Carolina da.

Controle, Violência e Política: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá (1964-1982) / Juliana Carolina da Silva. - Maringá, 2019.

102 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - UEM/CCHLA.

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Vigilância e Repressão Política. 3. Nordeste do Paraná. 4. Norte Pioneiro. 5. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá. I. Título

UFPB/BC

JULIANA CAROLINA DA SILVA

CONTROLE, VIOLÊNCIA E POLÍTICA: UM ESTUDO DA VIGILÂNCIA E
REPRESSÃO POLÍTICA EM ANDIRÁ (1964-1982)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
História.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz

BANCA EXAMINADORA

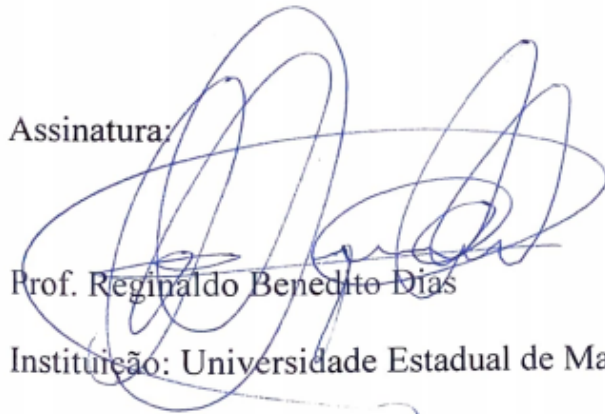
Assinatura:



Prof. Francisco César Alves Ferraz

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

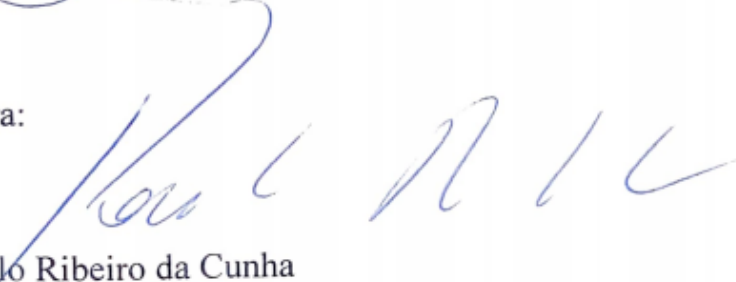
Assinatura:



Prof. Reginaldo Benedito Dias

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Assinatura:



Prof. Paulo Ribeiro da Cunha

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

Dedico esse trabalho a mãe, a Jé e a Fer,
por sempre deixarem leve a passagem
dos dias, dividindo comigo os pesos e as
alegrias das aventuras que encontramos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelas bolsas de Demanda Social. Agradeço ao Arquivo Público do Paraná, pela atenção recebida nas visitas e nos e-mails, da mesma forma que, estendo meus agradecimentos ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela disponibilização virtual de parte das documentações referentes ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo e ao trabalho de disponibilização de fontes sobre o período ditatorial, realizado também pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, pelo Arquivo Nacional e pelo portal Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas.

Agradeço a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual do Norte do Paraná e ao Departamento de Cultura do Município de Jacarezinho, por terem me dado à oportunidade de poder pesquisar nos periódicos pertencentes à Prefeitura Municipal de Jacarezinho, que estão aos cuidados da UENP. Da mesma instituição, a Biblioteca Silvio Tavares me cedeu acesso a livros memorialistas sobre a cidade e instituições locais. Ademais, agradeço ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, pela possibilidade de acesso aos documentos que o Sistema Nacional de Informações produziu sobre a região Norte do Paraná.

Agradeço aos professores presentes nas bancas de seleção, qualificação e defesa, que me avaliaram e me ensinaram nesses três momentos cruciais da jornada: Dr. Reginaldo Benedito Dias, Dr. Angelo Priori, Dr. Fábio Bertonha, Dr. Paulo Ribeiro da Cunha e Dr. Francisco César Alves Ferraz. Ainda com imensa gratidão, agradeço a generosidade do professor Francisco Ferraz, que com suas orientações me ensinou e me guiou durante o desenvolvimento dessa dissertação, compartilhando perspectivas e conhecimentos que levarei ao longo de minha vida. Aproveito o ensejo para agradecer aos demais funcionários e funcionárias do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, que tão gentilmente me auxiliaram.

Agradeço a todos os meus amigos e, especialmente, a Estefane Francisca Gonçalves, por ter dividido comigo uma moradia, uma república, diversas fontes e muitas horas de conversas, sobre metodologias e aportes teóricos, que nos ajudaram a entender melhor a região que estudamos. Dentre os amigos, também agradeço a Camila Pereira de Souza, por ter visitado comigo instituições que guardam fontes sobre as histórias do velho norte do Paraná.

SILVA, Juliana Carolina. **Controle, Violência e Poder:** um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Maringá (PR), 2019.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender a forma como foram pensadas e legitimadas as práticas de controle político durante o período de 1964 a 1982, na região nordeste do Estado do Paraná. Para tanto, tomamos como estudo de caso os processos em torno da atuação da União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá/PR (ULTGA) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá, descritos no Inquérito Policial Militar (IPM) de nº 384 ou Brasil Nunca Mais (BNM) nº 238 e no Inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná. Através do IPM e do Inquérito da Polícia Federal foi possível observar os atos e as ações dos grupos políticos, entre eles sindicalistas, patronais e órgãos de vigilância, repressão e segurança pública. O pressuposto central desta pesquisa girou em torno da ideia de que a lógica da suspeição e a ideia de segurança nacional foram apropriadas pelos discursos e ações das elites locais, buscando a institucionalização de ações coercitivas de controle político e social sobre seus opositores ou sobre trabalhadores rurais, a fim de legitimarem o uso da violência e usarem de instituições públicas para manipularem os conflitos políticos locais. Assim, supomos que as instituições públicas locais, dentre elas a Delegacia de Polícia de Andirá e a Superintendência de Polícia de Jacarezinho tenham contribuído de forma decisiva para a efetivação da hegemonia de grupos de base familiar na região durante a década de 1960.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Vigilância e Repressão Política; Nordeste do Paraná; Norte Pioneiro; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quadro III. Fonte: TOMAZI, 1997, p. 199.

Figura 2 – Mapa n. 11. Fonte: TOMAZI, 1997, p. 239-240.

Figura 3 – Mapa n. 12 Fonte: TOMAZI, 1997, p. 239-240.

Figura 4 – Tabela 1. Fonte Urbanização e Industrialização no Paraná, 2011, p. 10.

Tabela 5 – Dados demográficos do município de Andirá. Fonte: Alvares, 2017, p. 126.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	17
1.1. Lógica da Suspeição.....	17
1.2. Espaços de pesquisas.....	20
1.3. Pesquisas regionais.....	28
CAPÍTULO 2	32
2.1. (Re) Ocupação das Terras.....	33
2.2. Famílias.....	36
2.3. Partidos Políticos.....	40
2.4. Café.....	43
2.5. Igreja.....	47
2.6. Democracia cristã, urbanização e golpe civil, empresarial e militar.....	55
CAPÍTULO 3	68
3.1. IPM 384/BNM 238.....	69
3.2. Discursos IPM 384/BNM 238.....	73
3.2.1. Explicações sobre as prisões.....	74
3.2.2. Discursos que explicam a agitação política.....	76
3.3. Mitos políticos.....	77
3.3.1. Levante comunista.....	78
3.3.2. Anticomunismo cristão.....	80
3.3.3. Trabalhadores ingênuos e manobrados.....	82
3.4. Elementos auxiliares: atos de suspeição e boatos.....	85
3.5. IPM 384/BNM 238: finalidades políticas.....	86
3.6. Inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná.....	88
3.7. Anticomunismo e as forças policiais.....	90
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Este texto trata de ações e práticas de repressão e vigilância política empreendidas em Andirá, pequena cidade do nordeste do Paraná localizada a 403 km da capital Curitiba e a 420 km da capital do estado de São Paulo. Apesar de sua curta história, tendo em vista que sua emancipação ocorreu apenas em 1943, apresenta um cenário político marcado pela disputa entre grupos que, de forma geral, tinham como base famílias consideradas abastadas e com prestígio político no âmbito local, e passava pelas crises da economia cafeeira na década de 1960.

Andirá tem sua história relacionada às cidades vizinhas: municipalizou-se em 1943 ao se tornar independente de Cambará (que dela dista 19 km), a qual, por sua vez, havia sido fundada em 1924 ao separar-se de Jacarezinho (situada a 36 km de distância). Mais tarde, em 1955, Andirá desmembrou-se de Itambaracá, da qual possui uma distância de 25 km. Além disso, alguns proprietários de terras localizadas entre os municípios foram figuras importantes para o desenvolvimento dos fatos políticos da região. O primeiro prefeito de Andirá, Bráulio Barboza Ferraz, era dono da Fazenda Água do Bugre (Cambará) e da Fazenda das Antas (Andirá), que se encontravam entre essas duas cidades. Outra detentora de propriedades em Andirá foi a família de Lauro Castilho, que se tornou vereador do município em 1964; a Fazenda Santo Antônio, posicionada a caminho de Cornélio Procópio, pertencia a seu avô Cesário e a Fazenda Barreirão, situada em direção a Cambará, a seu pai, Andrez. Nosso cenário de pesquisa é, portanto, a história política em Andirá, com personagens que transitavam entre Jacarezinho/PR, Cambará/PR, Candido Mota/SP, Ourinhos/SP e Piraju/SP, e as condições impostas pela polarização política e a ditadura civil-militar de 1964.

Ainda que um cenário com disputas entre grupos de base familiar não seja especificidade da história política de Andirá e região, cabe mencionarmos que o revezamento de poder ali se realizava de maneira conflituosa, principalmente durante as décadas de 1930 e 1940. As desigualdades sociais e políticas eram conservadas por meio de perseguições a integralistas, forte controle policial sobre imigrantes, emprego estigmatizado do termo “comunista”, distinção por critérios como religiosidade e “pioneirismo”, práticas de clientelismo, mandonismo, coerção social e, enfim, uso de histórias, mitos e boatos. Quando tais práticas não dessem conta de coagir as pessoas,

recorria-se à violência. Nesse contexto, instituições públicas como a Prefeitura Municipal e a Delegacia de Polícia de Andirá envolviam-se com a política, exercendo apoio e ações baseados em influência e interesses particulares, num sintoma de baralhamento entre o público e privado. Diferentemente do norte do estado, as cidades do nordeste do Paraná não possuíam órgãos públicos de vigilância como as Assessorias de Segurança Interna, mas sim Delegacias de Polícia locais em Cambará, Itambaracá, Bandeirantes e Andirá e duas Superintendências de Polícia, em Cornélio Procópio e Jacarezinho. Ademais, a região se caracterizava por uma forte estrutura social de controle ao trabalho, conflitos de terras entre colonos, posseiros, indígenas e latifundiários e uma nítida cultura conservadora.

Observando o sistema de repressão e vigilância política na região nordeste do estado do Paraná, procuraremos compreender suas práticas durante o período de 1964 a 1982, usando como estudo de caso o Inquérito Policial Militar (IPM) de nº 384 ou Brasil Nunca Mais (BNM) nº 238, que se refere à atuação da União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá/PR (ULTGA), e o Inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná, que investigou a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá.

Fundada em 1962, a ULTGA teve como presidentes Edmundo Bonesso, entre 1962 e 1963, e Francisco Alves Cabral, de 1963 a 1964. Neste ano, a organização teve suas atividades encerradas e foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores e Lavradores de Andirá, ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá (STRA), conforme é citado em diversos documentos. Os presidentes do STRA foram Francisco Alves Cabral, entre 1964 e 1967, e Raul Gomes de Carvalho, de 1967 a 1969. Os três líderes foram presos: Bonesso em 1964, acusado de subversão em sua atuação na ULTGA, Cabral em 1967 e Carvalho duas vezes, em 1964, por suposto envolvimento com o Grupo dos 11 Companheiros, e em 1969, por promover agitação no STRA.

Os documentos que contam a história desses personagens e nos servem de material para examinarmos a vigilância e a repressão política empreendidas na região foram produzidos pela Delegacia de Polícia de Andirá, a Delegacia de Polícia de Itambaracá, o Serviço Nacional de Informações (Agência Curitiba), a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná e o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. As informações neles fornecidas tiveram de ser confrontadas com conteúdos de variados suportes. No presente estudo, cruzamos informações das delegacias regionais com as da DOPS/PR e, quando possível, com as da DEOPS/SP,

além de recorrermos a periódicos como o Diário do Paraná (1960-1964), o Jornal Tribuna do Norte (1964-1966), O Estado do Paraná (1957-1960) e estudos realizados a respeito desse período e dessa região. Os bancos de dados para pesquisa online que utilizamos foram os do Projeto Memórias Reveladas, do Projeto Brasil: Nunca Mais e da Hemeroteca Digital. Outras fontes, por sua vez, são de acesso mais restrito, ou não são disponibilizadas na internet, como é o caso das pastas e fichas individuais da DOPS/PR, informes do Sistema Nacional de Informações (Agência de Curitiba) e publicações do periódico Tribuna do Norte, de Jacarezinho.

Considerando o período no qual se inseriam, as fontes nos exigiram uma investigação atenta aos contextos políticos e culturais de sua produção e à seleção a que os fatos foram submetidos por seus redatores e pelas instituições de guarda. Distinguir o que foi preservado, eliminado ou liberado para acesso revela, inclusive, uma intrínseca relação dos escritos com o tempo presente. Ao selecionar documentos produzidos entre 1964 e 1982, procuramos observar suas especificidades e, ao mesmo tempo, as possíveis relações entre registros de natureza diversificada: cartas, testemunhos, termos de perguntas, relatórios, fichas individuais, prontuários e dossiês de delegacias. Cruzando suas informações e recorrendo a pesquisas de temática e objetos semelhantes, realizamos operações como:

- Identificação dos grupos políticos envolvidos no processo, bem como seus objetivos;
- Apreensão de preocupações, práticas e alianças partilhadas e estabelecidas pelos sujeitos desses grupos;
- Entendimento da relação entre as práticas particulares dos integrantes e as práticas institucionais públicas;
- Análise da atuação de órgãos públicos em atividades de repressão e vigilância.

O cruzamento de conteúdo em nosso estudo foi, portanto, uma operação fundamental. Entendemos que documentos permitem a apreensão da situação política do período em que foram produzidos, expressando suas riquezas e mazelas, mas o que oferecem são perspectivas da realidade e, se vistos de modo isolado, apresentariam apenas fragmentos do passado. Por essa razão, recorreremos à metodologia interdisciplinar para análise das fontes, observando particularidades na construção discursiva de cada depoimento na seleção e na maneira como foram descritas as

informações, bem como no uso de imagens míticas para explicar fatos e as deformações delas decorrentes.

Como exemplo, no depoimento colhido em 29 de maio de 1964, de Aparecido Rufato, comerciante de 39 anos residente em Andirá, os temas tratados foram: atividades subversivas no município; Sindicato de Trabalhadores Rurais de Andirá; a testemunha não teria ouvido depoimento de Mauro Cardoso Oliveira (prefeito eleito em 1963) como favorável aos comunistas; Grupo dos 11 Companheiros. Sua declaração apresentou imagens que manipulavam os fatos e associavam a família Bonesso ao comunismo e à subversão, relatando que Edmundo Bonesso teria revelado “ideais materialistas e comunistas” ao cuspir na imagem da Nossa Senhora Aparecida e declarado que o regime de Fidel Castro era o melhor do mundo. Além disso, Edmundo Bonesso, Alcides Bonesso, Alexo Bonesso e Francisco Alves Cabral teriam promovido em Andirá a “luta de classes, jogando empregados contra patrões, fomentando greves e outros distúrbios” (BNM 238, p. 78), e o juiz Durval Ramos teria achado que Gularte [sic] estava certo. Segundo o depoimento de Rufato, os conflitos no campo foram, pois, relacionados à atividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá, assinalada indiretamente como subversiva por conta da atuação seus dirigentes, e à suposta passividade política dos trabalhadores rurais frente à “agitação” promovida por pessoas do espaço urbano.

A análise do discurso de Rufato revela os mitos políticos por ele utilizados para embasar sua narrativa, deixando entrever, por consequência, os pensamentos do grupo no qual se inseria, de pessoas que replicavam tais posicionamentos discursivos. Uma crítica documental atenta também pode considerar as marcas de oralidade presentes em depoimentos, como a grafia dos nomes Alexo e Gularte, referentes a Alexis Bonesso e João Goulart no registro do testemunho de Rufato. Assim, para entendê-los nos embrenhamos nas noções de mitologias políticas de Raoul Girardet (1987) e nas concepções de Nahid de Mesquita (2003) e Roland Barthes (2001) acerca das construções e estruturas narrativas. Além disso, consideramos o contexto e os propósitos dos responsáveis por tais fontes, cuja forma de coletar e registrar os depoimentos possivelmente também estava enleada a interesses particulares e/ou de grupos e poderia até mesmo ter se utilizado da coerção.

Conforme notamos nos testemunhos, entre eles o de Rufato, ao criar a imagem sobre o juiz Durval Ramos ou apoiar Mauro Cardoso de Oliveira, existia na década de 1960 um conflito na elite local. Esta se configurava em grupos com interesses próprios,

num período de mudanças econômicas que constroem a elite cafeeira a modificar suas culturas de plantio e industrializar suas plantações para que não tivesse reduzido seu poder econômico e, conseqüentemente, político. Nesse processo, havia a busca por neutralizar os inimigos políticos e exercer influência sobre os trabalhadores em ações como os arrendamentos de terras, na intenção de suprimir gastos e aumentar os lucros. Contudo, o que mais chama atenção na trajetória política de Andirá é que a polícia local e os inquéritos policiais, por meio da lógica da suspeição e da ideia de segurança nacional, tiveram importante papel com práticas coercitivas e violentas nesse período, motivadas pelas necessidades de determinados grupos locais.

Nessa perspectiva, procuramos mapear as estratégias dos grupos em dois níveis, sendo o primeiro referente às atuações no âmbito político-institucional, localizando os resultados eleitorais, observando as denúncias por disputas políticas relatadas nos informes do Sistema Nacional de Informações e nos testemunhos do BNM 238 e considerando as opções partidárias e as alianças que influenciaram a escolha das lideranças. No segundo nível, analisamos estratégias e práticas de repressão e vigilância empreendidas pelas instituições e pelos grupos no que diz respeito aos relacionamentos estabelecidos com eleitores, trabalhadores, opositores políticos e demais indivíduos. Buscamos mapear ainda as táticas dos atores sociais, especialmente no que diz respeito à forma como se apropriaram ou tentaram converter em benefício próprio a lógica da suspeição.

Temos como enfoque a reconstrução histórica local e as relações de poder, com olhares sobre práticas como apadrinhamento, clientelismo, mandonismo, anticomunismo, conservadorismo, violência e exclusão de direitos sociais e políticos em decorrência de condições econômicas. Essas e demais ações comuns nos sistemas de repressão e vigilância política de pequenas e médias cidades em âmbito nacional do período recriam meandros locais, justificando nossa proposta de estudo pela quantidade reduzida de pesquisas voltadas às práticas, ao cotidiano e às relações políticas e culturais nas cidades pequenas que compõem a região nordeste do estado do Paraná.

Sobre a estrutura da dissertação, esta se divide em três capítulos. No primeiro deles abordamos aspectos do contexto relacionados ao sistema repressivo em âmbito local e métodos de como trabalhar fontes produzidas pelos órgãos de vigilância política e retomamos concepções de pesquisas realizadas em nível nacional e local sobre o período e o objeto de nossa análise. No segundo capítulo trabalhamos com aspectos relevantes para entendermos a história local, como o processo de (re)ocupação das

terras, relações entre famílias e de poder na história política local, estruturação dos partidos políticos, configuração das elites cafeeiras e atuação da Igreja Católica na cultura conservadora difundida na região. O último tópico foi elaborado para introduzir o leitor aos anos de 1960 a partir de considerações sobre a democracia cristã na atuação do ex-governador Ney Braga, o processo de urbanização pelo qual passavam as cidades do nordeste do Paraná e a descrição do golpe civil-militar em periódicos.

No último capítulo, vimos a ditadura civil-militar em âmbito local com os atores, histórias, práticas e meandros na coerção política da maior parte da população. As nossas atenções estiveram voltadas para as estratégias dos grupos no tocante às relações que estes procuraram estabelecer com seus potenciais eleitores e as instituições públicas; a atuação dos órgãos de segurança pública nas disputas políticas; a forma como a ideia de segurança nacional e a lógica da suspeição aparecem e são apropriadas nos discursos dos grupos políticos locais, nos documentos da Delegacia de Polícia de Andirá e nas interpretações da DOPS/PR e Polícia Federal; e a forma como os diferentes grupos se apropriaram delas e influenciaram a política local, considerando as disputas eleitorais e os caminhos da ULTGA e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá entre 1964 e 1982.

Capítulo 1

1.1. Lógica da Suspeição

O dia 02 de abril de 1964, uma quinta-feira, foi a data em que o jornal Folha de S. Paulo noticiava em primeira página “Congresso declara presidência vaga”, seguindo por informações acerca de Goulart, que “abandonava o governo”, da união do I, II e IV Exército para a ação militar sucedida e o envio de 4 mil soldados de São Paulo para Guanabara. O cenário era conturbado, entre informações e boatos como ferramentas do campo político. Isso não se diferenciava muito nas cidades do interior. Em Andirá, no nordeste do Paraná, Edmundo Bonesso estava sendo levado como preso à Delegacia de Polícia de Jacarezinho, por circularem boatos de que teria cometido um “crime político”.

Para pesquisar o período e entendermos o que fez com que as atividades desenvolvidas por Bonesso fossem vistas como crimes políticos, buscando entender a história do período e a lógica da suspeição ao nível local, começaremos elencando aspectos do contexto, métodos de como trabalhar com fontes e as pesquisas já realizadas sobre o período e o objeto de nossa análise.

Partindo das diferenças do tempo presente para o passado, duas observações devem ser feitas. A primeira é que, em 05 de janeiro de 1953, foi assinada pelo presidente da república a lei n.º 1.802, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social e, em seu artigo 11, configurava como crime, entre outras ações, a propaganda pública de processos violentos para a subversão da ordem política ou social, com pena de reclusão de um a três anos. O segundo fato que destacamos é que, desde a década de 1950, a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná tinha entre seus eixos conceituais a Segurança Nacional, com ações de espionagem que buscavam “informes sobre a defesa nacional” e observação às ações extremistas “de agentes ou organizações de propaganda de ideias contrárias ao regime e à Segurança Nacional (comunismo, fascismo, nazismo, etc.)” (PRIORI, 2012, p. 20).

Por conta disso, os Agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e/ou os Delegados Regionais das Delegacias de Polícia da capital e das cidades do interior deveriam enviar à DOPS de Curitiba, no dia 30 de cada mês, relatórios sobre atividades e informações colhidas (PRIORI, 2012). Nas redes de coleta de informações

que se formaram, as delegacias das cidades do interior tinham grande importância, “porque elas podem dispor de auxiliares que, por seus estudos e conhecimentos, possam prestar informações de grande valia para os interesses da Segurança Nacional” (“Diretrizes...”. In: Pasta 786-A, cx 92 apud PRIORI, 2012).

Os auxiliares poderiam ser quaisquer pessoas: membros do funcionalismo público que cediam informações em busca de benefícios pessoais num “clientelismo às avessas”, membros da Tradição, Família e Propriedade (TFP) que identificavam a ditadura como um auxiliar de seus ideais, ou, até mesmo, informantes voluntários que se identificavam ou buscavam reconhecimento por parte das autoridades (MAGALHÃES, 1997).

Em um trabalho publicado na Revista Brasileira de História, a professora Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (1997) estudou a lógica da suspeição a partir da observação dos aparelhos repressivos durante a ditadura civil-militar de 1964. Seu argumento, nesse artigo, é que, embora muitos historiadores apontem a tortura como núcleo do sistema repressivo, a lógica da suspeição foi uma alternativa que, em muitos casos, se mostrou mais eficiente e produtiva. Esta se caracterizaria como uma repressão preventiva, exercida na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade por meio da espionagem exercida pela comunidade de informações, formada por oficiais e pela sociedade civil.

O recurso da lógica da suspeição colheu “informações muito úteis no imediato pós-golpe militar de 1964”, sendo que “quase todas as pessoas citadas nesses relatórios e que foram fichadas no período de 1954-1964 foram detidas a partir de abril de 1964 para averiguações e esclarecimentos” (PRIORI, 2012, p. 23). Entre eles se encontrou Edmundo Bonesso, apontado como comunista, agitador e subversivo em cartas de políticos da região e discursos, principalmente de fazendeiros. Sua prisão ocorreu de forma ilegal, antecedendo a abertura de um processo criminal. Bonesso, dois irmãos e outras pessoas ligadas à União de Lavradores e Trabalhadores em Geral, de Andirá, foram enviados à Delegacia Regional de Jacarezinho, onde permaneceram por quatro dias antes de serem levados a Curitiba.

No dia 31 de março, Rosa Branca, Anísio da Silva e Mário Stasiak também foram presos, por “estarem conclamando o povo da cidade de Jacarezinho a se levantarem contra a Revolução. (ACE n.º 0277/66)” (ACT/ACE/002789-82). Embora a notícia da “Revolução” tenha sido divulgada apenas pelo único jornal da cidade de Jacarezinho, Tribuna do Norte, em 06 de abril de 1964, os policiais de Andirá,

Jacarezinho e possivelmente outras cidades do interior estavam naturalizados com as “operações limpezas” locais. As informações e boatos circulavam rápido, tanto no lado da repressão, quanto no da resistência, e as culturas políticas, como sistemas orgânicos, passavam por processos de agrupamentos e rivalidades, sob os tecidos políticos dos municípios da região.

Sobre o sistema repressivo, diferente dos aparatos que existiram até então, o de 1964 pretendeu consolidar uma estrutura coesa, como uma rede inextricável, cujas ações fossem coordenadas por meio de um núcleo central: o Sistema Nacional de Informações. A base dessa estratégia era a técnica de infiltração da suspeita, que recaía sobre todos e motivava uma constante vigilância, a partir da qual todo dado coletado deveria ser entregue à polícia.

Para entender a colaboração das pessoas comuns, a autora Brepohl de Magalhães buscou, no texto citado, entender o vínculo desses informantes com a cúpula do sistema sob o viés da obra *Ideologia, conflito e poder* (1978), de Pierre Ansart. O estudioso francês voltou suas pesquisas em direção às ideologias políticas, mostrando que as produções dessa natureza possibilitam o mascaramento ou desvio de potenciais conflitos. Segundo ele, os discursos ideológicos seriam dotados de mitologias e símbolos que ressignificariam as leituras sobre a realidade: “cada ideologia constrói um esquema temporal, onde o passado, o presente e o futuro se coordenam e proporcionam à ação presente uma plenitude de significado” (ANSART, 1978, p. 37).

Nesse sentido, Brepohl de Magalhães argumenta que os poderes instituídos, sejam em regimes autoritários ou não, elaboram uma série de mensagens que buscam apoio ou tolerância por parte da população. A ditadura civil-militar brasileira teria substituído discursos racionais por linguagens repletas de mitos, buscando garantir obediência aos poderes oficiais. Por meio do terror ideológico, que concebe um inimigo a ser combatido, trabalhando com os medos e estereótipos sociais, os discursos foram veiculados no intuito de tornar determinado grupo um algoz e apresentar o restante da sociedade como vítima.

No processo de veiculação do discurso ideológico, intencionava-se que os interlocutores da propaganda da ditadura fossem mais do que receptores e se tornassem entusiastas, profundamente envolvidos na causa. Outra ideia intensificada era a dos crimes políticos, divulgados com bastante agravantes; o infrator que ameaçasse a ordem política recebia “um tratamento extremamente rigoroso por ser considerado não apenas

como inimigo interno, mas por ter sido convertido no principal inimigo da nação” (JOFFILY, 2009, p. 770).

Entretanto, para Brepohl de Magalhães, a cadeia de informação e o sistema de repressão eram hierarquizados e sedimentados, no sentido de que as pessoas não possuíam plena consciência ou responsabilidade sobre o resultado de suas ações ao denunciarem os “subversivos”. Retomando Pierre Ansart, poderíamos pensar que, aliados à irresponsabilidade, foram o rancor ou desejo de vingança que moveram muitas pessoas; outras teriam agido por conta de experiências de humilhação e medo. No caso de Bonesso, este iria se defender após a prisão alegando que seus denunciadores foram induzidos unicamente por vingança, conforme veremos em breve.

1.2. Espaços de pesquisas

Embora muitas versões dos fatos ocorridos durante a Ditadura Militar no Brasil tenham sido acobertadas por líderes e grupos da sociedade da época, a memória daquele período tem sido revisitada dentro e fora da academia em todo o país. Em grande parte, essas transformações ocorrem devido a fraturas de silêncios e silenciamentos, impulsionadas talvez pelo distanciamento temporal, as semelhanças do presente com o passado, o crescimento dos movimentos pelos Direitos Humanos e o surgimento do tema da Justiça de Transição. Embora frágeis, os espaços abertos para essas conversas têm mostrado que existem inúmeras narrativas ainda não-ditas de pessoas que viveram aqueles acontecimentos. Dotada de propriedades, o papel da História nesse processo tem sido o de reorganizar a constituição dos fatos.

Iniciativas como a transferência dos acervos de documentos da DOPS para instituições públicas na década de 1990 também podem ser vistas como tentativas de combater a impunidade e desinformação no que diz respeito à Ditadura, que permaneceram incontestáveis por décadas. O estudo desse material abre possibilidade para que se comprovem a ocorrência das práticas da vigilância e de poder na época, buscando esclarecimentos e resgatando a própria história.

Entretanto, o debate sobre o recente período ditatorial brasileiro, bem como as políticas de memórias, encontram certa resistência nos ambientes públicos, mesmo com os apoios para sua permanência e sistematização no país. Acerca dos incentivos para o acesso a tais informações, soma-se:

o lançamento em abril de 2009, do projeto Memórias Reveladas, que reúne informações sobre o acervo arquivístico relacionado à temática da repressão política no período 1964-1985, custodiado por diferentes instituições brasileiras. Nessa demanda, insere-se também o lançamento do livro-relatório Direito à Memória e à Verdade, o registro dos trabalhos ao longo de onze anos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Trata-se da primeira vez em que um documento oficial do governo federal brasileiro responsabiliza integrantes dos órgãos de repressão da ditadura civil-militar de executar opositores ao regime que já estavam presos e não podiam reagir. Esse livro foi publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e lançado, no ano de 2007, durante o segundo mandato do Presidente Lula. É válido ressaltar, ainda, a realização em diversos estados brasileiros das chamadas “Caravanas da Anistia”, uma das ações do projeto “Anistia Política: Educação para a Cidadania e os Direitos Humanos”. A atividade vem realizando sessões de julgamento de processos de ex-perseguidos políticos, ato de construção da bandeira das liberdades democráticas e campanhas de arrecadação nos diversos estados da federação com o intuito de contribuir para o conhecimento e reflexão do nosso passado recente. Ademais, o reconhecimento oficial daqueles que têm direito a reparações econômicas, a atuação de movimentos como o Grupo Tortura: Nunca Mais, a criação do Memorial da Resistência (antes denominado Memorial da Liberdade) e a tentativa de implementação de uma Comissão da Verdade configuram alguns exemplos de que a rememoração do nosso recente passado ditatorial ocorre após alguns anos de silêncio institucional (RESENDE, 2011, p. 07-08).

Dentre outras ações de fomento que podemos elencar, estão o levantamento de documentos sobre o período e sua preservação junto ao Arquivo Nacional, a formação de um sistema de dados para agrupar bibliografias e a realização de exposições e materiais de cunho educativo.

Ao lado e por conta desses incentivos, a literatura que tenta desvelar os acontecimentos e memórias do período da ditadura civil-militar de 1964 tem sido ampliada. Para abordar o sistema repressivo, concentra-se em sua estrutura organizacional (FICO, 2001; GASPARI, 2002 ALVES, 2005) e nos discursos de militares (D'ARAÚJO, 1994; HUGGINS, 1998; MARTINS FILHO, 2009), sendo bastante recentes as contribuições que buscam explorar aspectos das atividades da repressão política.

Acerca da estrutura, Carlos Fico (2007) aponta que a espionagem, a polícia política, a censura e a propaganda foram pilares para repressão. O estudo desses meios permite-nos perceber a gestação, a partir de 1964, de um projeto repressivo de combate ao comunismo, à “subversão” e à corrupção, que estariam, na visão de grupos que deixaram vestígios do período, impedindo a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro”. Ademais, Fico (2001) iniciou estudos importantes, procurando analisar os sistemas de informações do regime a partir de documentos da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Seu objetivo era revelar

as estratégias de espionagem e controle da oposição, demonstrando que a lógica da desconfiança foi central nestes órgãos.

Sobre as atividades da repressão política, destacamos os trabalhos de Mariana Joffily (2009; 2014), Reginaldo Benetido Dias (2010), Carlos Fico (2001) e Angelo Priori (2012). No texto “Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI”, Joffily (2009) propõe-se a entender o funcionamento dos órgãos coercitivos por meio de interrogatórios da Operação Bandeirantes e do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo. A autora delimitou o período da pesquisa entre 1969 e 1974 e buscou entre os depoimentos, principalmente, por temas com os quais pudesse observar as preocupações da repressão política e servissem de fios para conduzir suas investigações.

No trabalho do professor Reginaldo Benedito Dias, encontramos aspectos sobre a lógica da produção dos documentos da repressão, baseada em incriminar com base na suspeição. Após boatos, denúncias ou outras informações, a polícia política buscava localizar e monitorar movimentos ou indivíduos tidos como subversivos, seguindo pela captura e a realização dos primeiros interrogatórios. Nestes, os detidos eram obrigados a escrever suas próprias declarações, muitas vezes por meio de tortura, pois a autoincriminação era considerada uma das provas mais importantes (DIAS, 2010). Após isso, instaurava-se o inquérito para apurar os crimes contra a Segurança Nacional, dando início aos processos legais, nos quais o indiciado era identificado, tinha suas afirmações averiguadas e era novamente interrogado, sendo coagido a reafirmar o que havia dito anteriormente sob tortura.

Ao reunir um montante de evidências para dar base às acusações, os policiais agrupavam variados tipos de acusações e conduziam o entrelaçamento das informações com o objetivo de reconstituir os fatos e traçar um caminho que incriminasse o indiciado. Tomamos a liberdade para fazer um paralelo, pois, como sugere Carlos Fico (2001, p. 100) sobre o trabalho de espionagem dos policiais: “tomados inteiramente pela desconfiança sistemática, os agentes de informações desenvolveram algumas técnicas de trabalho capazes de gerar culpados em quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista de que estavam tomados”. Quando concluído o inquérito, este era enviado à circunscrição militar onde os crimes teriam ocorrido e submetido à apreciação de um procurador, “ao qual cabia oferecer a denúncia ao juiz-auditor. Aceita a denúncia, iniciava-se a fase judicial do processo” (DIAS, 2010, p. 156).

Voltando ao estudo de Mariana Joffily (2009) citado anteriormente, a pesquisadora aponta interesses da polícia política durante os interrogatórios por ela observados. As informações colhidas pela Oban e pela DOI-CODI apresentavam pelo menos três funções: localizar pontos, aparelhos e nomes de pessoas que fariam parte de movimentos clandestinos de esquerda, servindo para novas capturas e perseguições; conhecer o inimigo, com o objetivo de antever e impedir seus movimentos; identificar o grau de envolvimento do interrogado, para orientar a decisão dos juízes no processo movido pela Justiça Militar.

A autora também trabalhou com os estereótipos de criminosos políticos formulados pela polícia política, que construía o estigma do “subversivo terrorista” e, ao mesmo tempo, distinguia as pessoas de esquerda em dois grupos, o dos “fanáticos” e dos “inocentes úteis”. Estes últimos seriam, em sua maioria, estudantes da classe média supostamente seduzidos pelos ideais comunistas. Apoiando-se em Cecília Coimbra (1997), Mariana Joffily argumenta que existiam duas categorias de presos políticos, a dos recuperáveis e a dos irrecuperáveis.

Nesse sentido, os interrogatórios serviriam também para avaliar o grau de envolvimento dos depoentes e suas convicções ideológicas. “Dentro da terminologia da época, havia várias categorias de participação política: dirigente, militante, simpatizante e apoio. Nos dois primeiros casos a implicação era óbvia. Já nos outros, era preciso verificá-la” (JOFFILY, 2009, p. 790). O tema da convicção ideológica era recorrente, já que as ideias “subversivas” poderiam se traduzir em práticas quando os depoentes se encontrassem novamente em liberdade.

Em Dias (2010), vemos os aspectos da atuação de advogados das pessoas interrogadas. Os profissionais da área do Direito, na maioria dos casos, não compartilhavam das convicções ideológicas de seus clientes, mas engajavam-se contra a situação vivenciada no período, buscando minimizar as sentenças e evitar e/ou denunciar as torturas e mortes dos presos políticos. Assim, inquéritos, fichas, informes e materiais disponibilizados pelos advogados que se engajaram e por práticas de resistência como o projeto “Brasil: nunca mais” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1990) são uma farta documentação a respeito das atividades da repressão política.

No artigo “A máscara chinesa” (2010), o professor Reginaldo Benedito Dias aponta as metodologias utilizadas pelos historiadores ao se debruçarem sobre a documentação produzida pela ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, na primeira parte do texto, o autor apresenta os inquéritos como material recorrente nos acervos e

trata da abertura dessas “caixas pretas” (DIAS, 2010, p. 158) e da Lei da Anistia, de 1979, como um determinante na ampliação dos arquivos. A segunda parte do trabalho trata das questões metodológicas e assinala o rigor dos pesquisadores ao lidar com as fontes, pois, “em vez da informação bruta, encontram-se, ali, tanto as formas utilizadas pelo aparato policial para produzir a verdade, quanto as estratégias de resistência dos depoentes” (DIAS, 2010, p. 160). Os silenciamentos e os conteúdos propositalmente distorcidos portam vestígios sobre a verdade dos acontecimentos.

Carlo Ginzburg, em *El juez y el historiador*, trabalha com o caso de Adriano Sofri, buscando remontar o inquérito a partir de comparações entre a investigação dirigida pelo inquisidor e informações levantadas pelo próprio historiador italiano. No texto, são apontados aspectos metodológicos acerca dos documentos e fontes utilizadas. Dentre suas ponderações, destacamos a que argumenta que “la historiografía, cuando está baseada em los documentos puede levantarse por encima de los acontecimientos y convertirse em ‘um tribunal nocivo igual para todos’” (GINZBURG, 1993, p. 19-20), pois esta recai na necessidade de perceber as interações que são silenciadas na produção da fonte. Quando fala dos processos que analisou, “Ginzburg [1991] sugere que o pesquisador é instado a espreitar por cima do ombro do inquisidor, a seguir seus passos, verificando como extraiu do réu as informações que buscava ou queria produzir” (DIAS, 2010, p. 162). A intencionalidade dos documentos produz verdades convenientes aos objetivos políticos e isso se mostra ainda mais claro quando pensamos que a pesquisa sobre a ditadura civil-militar brasileira ecoa na atualidade sob as vozes dos processos recentes.

Reginaldo Benedito Dias segue, em seu artigo, falando sobre a atuação da resistência política por meio da Ação Popular e da ética dos militantes, para então tratar da *máscara da clandestinidade*, ou seja, informantes inseridos na organização de esquerda. Tanto em seu trabalho quanto no estudo de Ginzburg notamos que os documentos apresentam diferentes informações, que indicam versões conflitantes dos acontecimentos. As variantes das narrativas se encontram, todavia, sedimentadas em falas, silêncios e ocultamentos, fazendo necessária a utilização de recursos de interpretação adequados para que sejam notadas.

Contudo, além de recorrer a recursos de interpretação e ter acesso a fontes sobre o contexto local, foi imprescindível para o desenvolvimento de nossa pesquisa que soubéssemos como funcionava o sistema repressivo da época. Nossa proposta é relacionar as lógicas locais do pensamento e ação àquelas nacionais estudadas na obra

Como eles agiam, de Carlos Fico (2011). Nesta, com o objetivo de compreender o surgimento dos sistemas de informações e de segurança, o autor traz a história da linha dura, formada por capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que, com um discurso anticorrupção e anticomunista, travaram uma escalada pela radicalização do regime.

A autonomia excessiva dessa ala radical, aliada à ideia de guerra interna, ao anseio de completar a “operação limpeza” e à polarização política, que levou a pressões para a instituição dos atos institucionais e medidas arbitrárias, foram incorporadas, em boa parte, à Constituição de 1967. Segundo Fico (2011, p. 55), o trecho “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei” (Constituição de 24 jan. 1967) é o postulado imprescindível para entendermos a “criação de um setor especificamente voltado para a repressão política”. Afinal, o foro militar foi estendido aos civis em casos de ameaças à segurança nacional, e sob essa lógica, foi necessária a aprovação da Lei de Segurança Nacional, que elencava os tipos de crimes a serem punidos, tornando legal a “guerra interna”. Nesse momento da história, em 1967, a linha dura passou de grupo de pressão para sistema de segurança e o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decorreu da opção extremada do governo Costa e Silva pelo caminho da ditadura.

Em seu segundo capítulo, Fico trata do Sistema Nacional de Informações (SISNI), instituído na década de 1970 e centrado no Serviço Nacional de Informações, que existia desde 1964. A partir de 1968, a necessidade de informações do regime militar pedia a reunião de dados e a interação com o sistema de segurança. Dessa forma, criou-se uma teia legal, por meio de artifícios conceituais e ideológicos, na qual “os ministérios integravam o Sistema Nacional de Informações (SISNI) através das respectivas DSI [Divisões de Segurança e Informações], cujas atividades competiam ao SNI superintender e coordenar, visando a produção de ”Informações Nacionais”” (FICO, 2011, p. 81).

Vale mencionarmos que no SISNI seguia por dois ramos de atividades: a da informação e a da contrainformação, tentativa de neutralizar as atividades de notícias dos “inimigos”. A abrangência do SISNI era externa, por meio das embaixadas, e interna, guardando informações e espionando todos os campos da vida nacional, tendo como órgão central o SNI. O Serviço Nacional de Informações “produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar as operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios” (FICO, 2011, p. 81). Em 1971, foi

criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), subordinada ao SNI, que tinha como objetivo especializar os funcionários responsáveis pelas informações.

Considerando o foco do trabalho de Fico, que recai sobre a vigilância imposta a civis, o autor também nos explica que em todos os setores considerados importantes na administração pública foi instalada uma Assessoria de Segurança das Informações (ASI), ou melhor, o órgão central de informações de um ministério civil era a sua “Divisão de Segurança e Informações”. Em cada órgão importante da administração pública existia uma “Assessoria de Segurança e Informações” (ASI), por vezes chamada de “Assessoria Especial de Segurança e Informações” (AESI) (FICO, 2011). Portanto, no âmbito de um ministério civil havia uma DSI e várias ASI e/ou AESI.

Para nos passar uma noção do quadro das DSI, Carlos Fico observou, em 1981, a estrutura da DSI do Ministério das Relações Exteriores, mostrando que esta possuía 17 funcionários e 17 pessoas como pessoal de apoio. Os problemas com a equipe eram recorrentes com relação a quadros incompletos, principalmente no período de “abertura política”, “tanto em função das carências típicas do serviço público [...] quanto pelas exigências específicas que se faziam ao pessoal alocado nas DSI, extremamente rigorosas no que se refere ao sigilo e à disciplina” (FICO, 2011, p. 87). Além disso, o funcionário da DSI era malvisto, estigmatizado pelos colegas.

Acerca da produção das informações, “a matéria prima desses órgãos era o informe, isto é, notícias, dados, esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema” (FICO, 2011, p. 95). O conteúdo dos informes era classificado com letras de “A” a “F”, de acordo com a sua fidedignidade, e a veracidade era classificada com notas de um a seis, de modo que A1 expressava o máximo de confiabilidade da informação. Os informes poderiam tratar de indivíduos, eventos, pedidos de levantamentos de dados bibliográficos, pedidos de investigação, entre outros, mantendo os diversos órgãos da comunidade em constante comunicação, “numa atividade que tinha muito de autoconvencimento para se retroalimentação [sic]” (FICO, 2011, p. 100). Isso porque, antes de tudo, tratava-se de um sistema embrenhado na lógica da suspeição, que partia do princípio de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à corrupção ou à subversão, sendo a vigilância, a repressão e a propaganda política armas de uma guerra ideológica.

Neste sentido, além de mostrar a trajetória da consolidação e desmontagem dos sistemas de repressão e vigilância política no Brasil de 1964 a 1985, Carlos Fico também desmitifica alguns argumentos comumente utilizados para defender esses

sistemas. Inicialmente, trata da memória que justifica o AI-5 com os atos extremados da guerrilha rural e urbana. Depois, trata do abrandamento nas vezes em que o sistema de vigilância ultrapassou os limites legais de atuação:

No regime militar brasileiro, [...] estes órgãos não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas integraram o sistema repressivo da Ditadura Militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político (FICO, 2011, p. 105).

Os mitos e enganos de memória que agem de forma a justificar esse sistema fazem parte dos vestígios e cicatrizes do período, que continuam incomodando no tempo presente. O desmonte desse sistema foi um longo processo e seguiu uma série de conflitos, rupturas e acordos de que trataremos ao longo da presente dissertação. No momento, convém mencionarmos que, para a escrita de *Como eles agiam*, Carlos Fico utilizou como fonte o arquivo da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, que atualmente se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. A consulta a esses documentos ilustra bem que, embora os acervos abertos sobre a Ditadura sejam fragmentados e as fontes repliquem discursos intencionais, criados ou forjados, há uma forte potencialidade quanto à utilização desses materiais disponíveis, como também mostram as diversas pesquisas que tratamos e trataremos neste capítulo.

Na abertura de espaços para pesquisas, encontra-se no Estado do Paraná uma parcela significativa do acervo documental produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), presente como parte do arquivo do Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná (DEAP/PR). O material é composto de 62.500 fichas e aproximadamente sete mil pastas, divididas em três séries: fichas nominais, pastas nominais e pastas por assunto. O acervo da DOPS tem sido a mais recorrente base de consulta para pesquisas documentais sobre a ditadura civil-militar no Paraná.

Além desses documentos, no final de 2015 os arquivos referentes à produção de informes na região norte do Paraná foram encaminhados pelo Arquivo Nacional ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL). Este acervo trata da documentação produzida no período da ditadura pelos órgãos que controlaram e levantaram informações sobre opositores da ditadura civil-militar no norte do Paraná, como as delegacias de Polícia Civil, a ASI da Fundação

Universidade Estadual de Maringá e a ASI da Fundação Universidade Estadual de Londrina. O volume do arquivo é de 7.556 documentos, digitalizados em formato PDF e distribuídos em três pastas: ACT, APR e ECT. Os dados disponíveis oferecem informações sobre investigações policiais, controle individual de pessoas, associações e organizações tidas como suspeitas, entre outros. O processo de distensão política da região também está registrado nesses documentos, bem como a atuação da resistência à ditadura e os esforços para a construção e consolidação da democracia.

Fonte importante também para pesquisa sobre a ditadura no Paraná é o acervo digital do Projeto Brasil: Nunca Mais, que possui nove Inquéritos Policiais Militares (IPMs) da Zona Norte do Paraná, sendo estes: BNM (Brasil Nunca Mais) 69, BNM 139, BNM 238, BNM 240, BNM 292, BNM 312, BNM 315, BNM 385, BNM 495. Os inquéritos são processos que visavam condenar e punir militantes políticos e participantes dos sindicatos, fossem estes de trabalhadores urbanos ou rurais, mas dando maior ênfase aos movimentos do campo e movimentos estudantis.

1.3. Pesquisas regionais

As pesquisas sobre o regime militar e repressão na região norte e nordeste do estado do Paraná vêm aumentando em quantidade ao longo da última década. A fonte da maioria desses trabalhos são os BNMs e periódicos que registram os processos de constituição e desenvolvimento das instituições de esquerda, como o Grupo dos 11 Companheiros (REGGIANI, 2015). Outros enfoques foram a luta dos trabalhadores rurais (ALVARES, 2014), o movimento de direita para conter as demandas sociais (VALENTINI, 2014), a atuação da imprensa no período (ALVES, 2012), a formação de sindicatos, memória e repressão (ALVARES, 2017), bem como a cultura política e o anticomunismo (IPÓLITO, 2016), todos essenciais para compreendermos o período de uma maneira geral.

Reconstituindo a trajetória do militante comunista Manoel Jacinto Corrêa, que atuava no norte do estado, Ipólito (2016) retomou o período de 1945 a 1953 para analisar os mitos políticos que se formaram da relação da DOPS/PR com o comunismo e atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB) no Paraná. Já Angélica Ramos Alvares utilizou o IPM nº 384/BNM nº 238 para estudar a luta dos trabalhadores rurais por direitos sociais no início da ditadura civil-militar, observando as lideranças do movimento sindical de trabalhadores rurais da cidade de Andirá (2017) e dando bastante

enfoque a questões em torno do anticomunismo e do silenciamento das vozes de trabalhadores e movimentos rurais.

João Paulo de Medeiros Reggiani (2015) buscou observar a formação do Grupo dos Onze Companheiros na região norte do estado do Paraná consultando os processos da “Operação Limpeza¹”. Para tanto, o autor faz um recorte entre 1963 e 1964 e utiliza os casos relativos à organização em Querência do Norte e Itaguajé. Fabiana Aline Alves (2012) mostrou a atuação dos jornais Gazeta do Povo e O Estado do Paraná durante o ano de 1968, analisando a cobertura fotojornalística sobre assuntos polêmicos. As temáticas separadas foram *mobilizações estudantis, censura, subversivos e comunistas e políticos e militares*, das quais examinou 15 imagens. As considerações da autora apontam a preocupação dos periódicos em não demonstrarem oposição, tampouco resistência em suas páginas, preferindo dedicar atenção a fatos internacionais. Situações de resistência ao regime foram noticiadas de maneira isolada, fora do contexto. Quando tratavam das políticas nacionais e estaduais, as fotografias denotavam um alinhamento entre estas esferas do governo, o que foi visto por Alves como um sinal de apoio do veículo de comunicação ao regime.

Observando uma concordância mais enfática com o regime, Juliana Valentini (2014) escreveu sobre a atuação de uma elite rural em duas entidades, a Mobilização Agrária do Paraná e a Ação Democrática do Paraná, ambas com membros que participavam também da Associação Rural de Londrina. A partir do vínculo entre estas associações e de sua relação com detentores de discursos semelhantes, como o jornal Folha de Londrina, a autora evidencia uma rede de contatos e mobilizações no norte do Estado. As fontes de Valentini são a Carta de Princípios e Atas de reuniões da Associação Rural de Londrina (ARL), um discurso de Omar M. Guimarães, diretor da ARL, um documento com os Objetivos da Ação Democrática do Paraná e notícias do jornal Folha de Londrina. Além disso, a autora espreita a memória de alguns participantes por meio de discursos presentes numa publicação da Associação Pró-Memória de Londrina, de 2004, nos quais constata a suavização dos posicionamentos.

As pesquisas acima descritas são as que mais se aproximam de nosso objeto e do espaço a ser estudado em nosso trabalho. Com exceção de uma proveniente da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, elas foram desenvolvidas em

¹ Com o Ato Institucional n.º 1, as pessoas que antes do golpe apoiaram as reformas de Goulart passaram a ser consideradas inimigas do governo militar e, por isso, foram perseguidas, tendo seus direitos democráticos suspensos no que se materializou a “Operação Limpeza” (REGGIANI, 2015).

instituições que se localizam no norte do Paraná e, em sua maioria, foram orientadas por professores que iniciaram suas pesquisas na década de 1990. Com esses dados, se fazem notáveis os incentivos do governo brasileiro na pós-graduação durante o período de 1980 e 1990 e o interesse em pesquisar as minorias, que aparecem como um movimento geral da historiografia do período. O campo da história política da ditadura civil-militar, ressurgiu como área privilegiada, com fontes em periódicos e processos militares, conforme propiciado pela abertura dos documentos da ditadura nas disposições da Lei n.º 8.159/91, a Lei de Arquivos. Com o passar de duas décadas as pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil procuraram entender os mecanismos de atuação e as lutas da resistência urbana e rural. Também há interesse pelos desdobramentos e processos de repressão, vigilância política e resistência no âmbito local, bem como pelas organicidades das culturas políticas e reordenamentos das memórias. A UEL dedicou-se ao assunto, principalmente na Iniciação Científica, com o acervo do CDPH/UEL. Já a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), instituição inserida na região estudada, não possui registros sobre pesquisas do tipo e ainda não dispõe de um programa de mestrado devido à estrutura precária proporcionada pelo Programa Meta-4.

Retornando ao enfoque das pesquisas citadas, podemos observar algumas intencionalidades políticas de grupos, como o dos lavradores de Andirá, que buscava melhores condições de vida (ALVARES, 2017), e cidadãos de Querência do Norte e Itaguajé (REGGIANI, 2015) que identificavam-se com as propostas de reformas sociais de Goulart e queriam contribuir com aquele cenário de esperança. Essa vontade, difundida em todo o país, motivou o envio de declarações de apoio a Brizola e a formação de conjuntos de onze companheiros, chegando a cerca de 60 a 70 mil envolvidos, em cálculos do deputado Neiva Moreira (FERREIRA, 2007). Essas pessoas foram perseguidas e muitas tiveram seus direitos cassados após maio de 1964. Ademais, vimos uma elite local e rural que atuava por meio de entidades do pré-golpe (VALENTINI, 2014), associações patronais que buscavam se organizar durante o regime (ALVARES, 2017) e a utilização de veículos de comunicação para a influenciar a opinião pública urbana (ALVES, 2012).

As pesquisas mostraram algumas ferramentas de atuação das direitas e das esquerdas, mas deram pouco enfoque às políticas e às elites locais, assim como aos jogos de apropriação destas pelo discurso da Segurança Nacional. Vimos a perspectiva do anticomunismo, de mitos políticos modernos como motores de atuação da DOPS/PR e o maniqueísmo que estes causaram (IPÓLITO, 2016) e, com Alvares (2017),

passamos a ter uma noção mais aproximada dos acontecimentos da década de 1960 em Andirá.

Entretanto, acreditamos que possam ter influenciado no jogo político as alianças e rivalidades locais promovidas por questões econômicas e sociais nas cidades do nordeste no estado do Paraná com a crise da produção do café e a tentativa do Governo Ney Braga de diversificar as produções e industrializar a região, num processo de modernização e estabilização da economia regional. Por conta disso, as elites em disputa teriam se apropriado do discurso de Segurança Nacional para atingirem objetivos próprios, retomando as ideias de cultura política e indústria do anticomunismo, das quais partiremos para ler as práticas e desdobramentos dos inquéritos sobre Edmundo Bonesso, Raul Gomes Cardoso e Francisco de Assis Pereira. O uso da violência também pode ser visto como elemento político utilizado na esfera pública por meio da lógica da suspeição. Nesse sentido, olharemos para as elites a fim de entender por quais grupos eram formadas, como poderiam ser caracterizadas e, principalmente, como utilizaram a lógica da suspeição em suas intencionalidades, analisando o BNM 238 e fragmentos dos autos do Inquérito Policial n.º 152/69, que indiciaram Francisco de Assis Pereira e outros.

Capítulo 2

Após observarmos as metodologias, contexto e pesquisas cujo objeto e fontes se aproximem ou sejam semelhantes ao nosso, iniciamos as leituras primárias dos inquéritos a serem analisados. Nessa etapa, averiguamos a repetição de muitos sobrenomes ao longo dos textos, o que talvez indicasse o envolvimento de determinadas famílias com os processos. Em seguida, notamos que diversas pessoas citadas nos documentos provinham de famílias consideradas abastadas, de prestígio no cenário político local. Algumas delas tinham iniciado suas atuações na época da emancipação no município de Andirá, como os Teixeira, Castilho, Canhoto e Negrão², e outras estiveram envolvidas na emancipação política de Itambaracá, daquela desmembrada em 1955.

Notamos também que existia uma fácil comunicação entre as cidades da região e, por meio da observação dos informes referentes ao Norte Pioneiro no acervo CDPH/UEL, localizamos dois centros de influência policial e política do período: Cornélio Procópio, com 25 informes relacionados a pessoas naturais e/ou atividades políticas, e Jacarezinho, com 13 informes. Este último município era o maior centro de influência sobre Andirá, destino das decisões ligadas a processos e criminosos políticos antes de serem encaminhados à DOPS, em Curitiba.

Portanto, para adentrarmos nos documentos, embora não seja parte do nosso recorte temporal, julgamos ser importante entendermos minimamente alguns aspectos de como se constituíam as relações e referências entre as instituições locais, fossem estas familiares ou públicas. Por isso, faremos algumas considerações sobre a (re)ocupação da região, buscando olhar o espaço de atores e grupos sociais.

² Conf. Fundação de Andirá e primeiros políticos, disponível em: <<http://andira.pr.gov.br/cidade/historia>>. Negrão mencionado como homem público, disponível no comentário em: <<http://jacarezinho.nafoto.net/photo20100426182823.html>>.

2.1 (Re)ocupação³ das Terras

Por ser o local de fundação das primeiras cidades do norte do estado, a mesorregião de Andirá e Jacarezinho denomina-se Norte Pioneiro do Paraná, tendo sido povoada devido aos interesses latifundiários na implantação de fazendas de café. Esse foi seu ponto de principal diferença com as demais áreas da região, que foram (re)ocupadas por migrantes e imigrantes por meio de ações de empresas como a Companhia de Terras Norte do Paraná/Cia de Terras Melhoramentos (TANNO, 2015).

Dentro do cenário econômico do final do século XIX, que se seguia ao término da crise europeia e americana, em 1882 o sistema mundial se restabeleceu e, dois anos depois, os preços do café tenderam a aumentar. Isso favoreceu a aquisição de terras para sua produção e o território que compreende atualmente o norte do estado do Paraná passou a ser cobiçado pela fama de fertilidade e um suposto vazio demográfico.

Essa fama, responsável por atrair pessoas à região, foi criada por discursos tão antigos quanto os que influenciaram a formulação de uma identidade ao Paraná. Citando datas, em 1853 a Província do Paraná desmembrou-se da Província de São Paulo e, com a proclamação da República, em 1889, as províncias imperiais tornaram-se estados. Na época, intelectuais e políticos, principalmente os envolvidos com o Movimento Paranista⁴, exaltaram as virtudes das terras paranaenses para que o estado e o povo se orgulhassem de suas peculiaridades, resultando numa união territorial e estabilidade política.

Contudo, na busca pelas semelhanças entre os habitantes paranaenses, também elegeram-se diferenças e criaram-se divisas para os territórios simbólicos e físicos. Os primeiros povoamentos do norte do Paraná surgiram por volta de 1880, com Nova Alcântara e Cambará.

Se no primeiro momento os mineiros foram os responsáveis pela (re)ocupação das terras no Norte Pioneiro, agora aparecem os paulistas nos últimos anos do século XIX e início do século XX. As ligações desse grupo

³ Cabe explicarmos que (re)ocupação foi o termo escolhido por não excluir a ideia de que as terras do norte do Paraná já estivessem ocupadas anteriormente por indígenas, caboclos e outras pessoas. A entrada de novos grupos nesse local desencadeou conflitos e lutas pela posse de terras e da memória. Uma indicação sobre o tema é: CARSTEN, Aluizio Alfredo. *Ocupação Humana na Bacia do Rio das Cinzas: uma história de povos sem história*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

⁴ Movimento Paranista foi um ato com fortes vínculos políticos, que buscou definir e valorizar determinada identidade regional no estado do Paraná. O auge do movimento ocorreu entre 1927 e 1930, quando seus ideais estiveram organizados e institucionalizados em forma de práticas culturais (SALTURI, 2014).

com o sistema financeiro por meio das casas bancárias favoreciam o financiamento e a abertura de fazendas. Por outro lado, deixavam suas terras esgotadas e compravam terras novas no Norte Pioneiro. Começavam a surgir novos núcleos urbanos, tais como: Jacarezinho ex- Nova Alcântara (1888), Santo Antônio da Platina (1890), Carlópolis, ex- Jaboticabal, (1900), Cambará (1904), Ibaiti (1909), Quatiguá (1909) e Joaquim Távora (1915). (TOMAZI, 1997, p. 145).

Acerca da (re)ocupação dos territórios e fundação dos povoados, segundo Tania Maria Fresca, a distribuição de terras se fazia por meio de doação por um fazendeiro à Igreja sob a escolha de um santo que seria o Padroeiro da cidade – no caso de Jacarezinho, seriam São Sebastião e a Imaculada Conceição. Ainda com base em Fresca (2004, p. 90), “erguia-se uma cruz ou capela e, após a realização do primeiro serviço religioso, estava criado o núcleo urbano do qual o doador das terras era considerado o fundador”.

Segundo Nilson Ghirardello (2010), os patrimônios foram comumente utilizados até meados do século XX para dar nome a povoados oriundos de terras aforadas pela Igreja Católica. O autor ainda aponta que o termo “patrimônio” passou, então, a ser utilizado como sinônimo de pequeno povoado ou vila, antecedendo a elevação a sede de município, quando passaria a ser chamado de “cidade”.

Em Jacarezinho, por volta de 1884, Severo Baptista, natural de Alfenas (MG) que residia até então no interior de São Paulo, tornou-se latifundiário na região do Norte Pioneiro. Foi provavelmente o fluxo migratório que, em 30 de março de 1885, permitiu que o mineiro tomasse posse das terras que envolviam a atual cidade de Jacarezinho, por meio do título de legitimação do Governo do Estado:

Nesse mesmo cartório, Livro 3B, folha 05, nº 423, consta a ratificação da Escritura Pública de 1º de fevereiro de 1899 e registrada sua aquisição em 07 de dezembro de 1909, pela transcrição nesse documento, ocorreu a formação do núcleo urbano de Jacarezinho através da doação de 50 alqueires norte ao Patrimônio de Ourinho, distrito de Jacarezinho, pelo Major Joaquim Severo Baptista, sob a designação de Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião. Essa ratificação se faz necessária porque consta no Tabelionato Rocha, em Jacarezinho, no Livro 3, folhas 51-52 e verso, que Joaquim Graciano e sua mulher D. Maria Sabina de Jesus, por escritura pública lavrada em 9 de março de 1896, fizeram a doação à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião de 50 alqueires de 100 x 50 braças, no valor de duzentos e cinquenta mil réis, tendo comparecido Antônio de Fonseca Alcântara como outorgado, procurador dos Padroeiros Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião, para isso o senhor Alcântara apresentou uma provisão enviada por Dom José de Camargo Barros, Bispo Diocesano, datada de 1895. (EVANGELISTA, 2012, p. 50).

Após o trecho citado, a autora pontua que, se a porção de terra doada por Joaquim Graciano data de 1896 e, já em 1885, tinha Severo Baptista como proprietário, o documento deixa margem à interpretação de possíveis conflitos pela posse de território na região e uma possível ratificação do documento da doação por parte da Igreja para assegurar seu direito de propriedade do bem. Em 02 de abril de 1900, a cidade foi emancipada do município de Tomazina, recebendo o nome de Nova Alcântara, e posteriormente, em 09 de março de 1904, de Jacarezinho.

Com a Proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891, o poder de legislar sobre as terras passou para as mãos do governo provincial, que, de imediato, influenciou a vida no campo com algumas medidas, principalmente a lei nº. 68 de 20 de dezembro de 1892, que “firmou o princípio de que as terras devolutas só deveriam ser alienadas a quem estivesse em condições de cultivá-las ou torná-las úteis, uma troca de serviços que produzam benefício geral” (CANCIÁN, 1997, p. 115). Essa intervenção do Paraná sobre o norte do estado, que suprimiu direitos de posseiros sobre suas propriedades, estava relacionada aos interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

O benefício social da propriedade privada para “todos” os paranaenses tinha como objetivo aumentar a renda do estado por meio da produtividade agrícola, principalmente do café, que passou a ser tributável. No dia 11 de junho de 1907, foi editado o Decreto 218, que definiu as bases para a colonização em terras paranaenses e fez do imigrante europeu um dos beneficiários na formação das colônias agrícolas.

A Lei nº. 1147, de 1912, elevou consideravelmente o preço das propriedades e criou uma barreira para a apropriação das terras irregulares. Enquanto isso, a força militar do estado puniu quem havia se beneficiado do processo anterior, sendo que “em seguida pretendia disciplinar o acesso a terra por meio do mecanismo da compra, o que iria abrir caminho para o desenvolvimento capitalista no contexto do espaço geográfico paranaense” (SERRA, 1991, p. 60).

A política de terras devolutas do estado facilitou a venda dos territórios por preços estabelecidos em lei. Quem desejasse tornar-se proprietário rural deveria observar as restrições e condições impostas pela legislação vigente. Também poderiam tornar-se proprietários aqueles que tivessem possuído terras públicas antes de 15 de novembro de 1889. No entanto, cada caso dependia de sua procedência constitucional para que tivesse legitimados os direitos do posseiro ou, na maioria das vezes, do latifundiário de obter os títulos definitivos de propriedade e medir e demarcar suas

terras para revalidação facultativa do seu domínio perante o governo do estado (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1933 apud LINO, 2009, p. 62).

Nelson Dacio Tomazi (1997), revisitando outros trabalhos acadêmicos (CAMBIAGHI 1952; BERNARDES, 1953; MULLER, 1956 apud TOMAZI, 1997), mostra que o processo de povoamento se desenvolveu em função das grandes fazendas que empreendiam enormes plantações de café, nas décadas de 1920 a 1940: “Neste período, muitos núcleos urbanos foram surgindo ainda a leste do Tibagi, no Nordeste do estado, como Jundiá do Sul em 1917, Bandeirantes em 1921, Santa Mariana em 1922, Cornélio Procópio e Ribeirão do Pinhal em 1924, Andirá em 1927” (TOMAZI, 1997, p. 195).

2.2. Famílias

Em 1923 foi fundado o município de Cambará, cujo primeiro prefeito foi Antonio Barbosa Ferraz Junior, conhecido como Major Barbosa. Proprietário da Fazenda Água do Bugre ali localizada, Barbosa Ferraz foi um dos investidores na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, que ligaria Ourinhos (SP) a Guaíra (PR), na fronteira do Paraguai. A parceria, entretanto, não conseguiu cumprir suas metas, tornando concreto apenas o trecho Ourinhos-Cambará.

Barbosa Ferraz era proprietário nos arredores de Ribeirão Preto quando ouviu dizer, por volta de 1910, que o futuro da cafeicultura estava nas terras roxas paranaenses. Em decorrência da expectativa,

Comproou uma enorme gleba de terras entre Ourinhos e Cambará e plantou, de saída, um cafezal de um milhão de pés. Para garantir o escoamento da produção através da Sorocabana, evitando a distância do porto de Paranaguá, Barbosa, os filhos e outros fazendeiros da região, entre os quais Willie da Fonseca Brabazon Davids (casado com Carlota, filha do senador Mello Peixoto), Gabriel e Antônio Ribeiro dos Santos, Manoel da Silveira Correa e Cornélio Procópio, associaram-se para a construção da estrada de ferro ligando suas terras a Ourinhos (RIOS, 2015, p. 52).

Contudo, como faltaram condições financeiras para que os envolvidos dessem prosseguimento ao projeto, a Companhia Ferroviária do Paraná foi comprada por ingleses. Segundo Bráulio Barbosa Ferraz (apud MARTINES, 2016, p. 06), filho de Antônio Barbosa Ferraz Junior:

O pioneiro paulista que chegara ao Paraná, já maduro e realizado, se tinha integrado de tal forma com essa nova terra que, vindo a saber que um grupo

de ingleses chefiado por Lord Lovat estava inclinado a comprar terras na zona Noroeste de São Paulo, hospedou-o na fazenda Água do Bugre e mostrou-lhe a vantagem que oferecia essa nova Canaan. O resultado foi a compra de muitas centenas de milhares de alqueires nas bacias do Paranapanema, do Tibagi e Piquiri, tudo no estado do Paraná. Posteriormente, este grupo adquiriu o controle da Cia. Ferroviária do Paraná, com a compra de quase totalidade das ações e em poucos anos levou trilhos até Maringá, próspera e importante cidade do norte do Paraná.

Face ao progresso advindo com a chegada da Estrada de Ferro na localidade, Bráulio Barbosa Ferraz dividiu sua propriedade em lotes de aproximadamente cinco alqueires, colocando-os à venda e dando início à formação de um núcleo urbano, que recebeu a mesma denominação da Estação Ferroviária: Ingá.

Essas informações são formuladas a partir do texto “Preservação da História e da Memória da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz/PR”, de Natália da Silva Madóglio Martines (2016). A autora trata da descrição de arquivos da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz que foram doados ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (CEDHIS-UENP) e aprofunda-se em uma biografia datilografada, fotografias e entrevistas com Regina Barbosa Ferraz Kinker. A biografia “Antonio Barbosa Ferraz Junior”, elaborada alguns anos após sua morte por seu filho Bráulio Barbosa Ferraz e impressa em jornal em 1966, é uma síntese de sua trajetória, desde o primeiro trabalho como administrador da fazenda de seu pai, em Ribeirão Preto/SP, até seu estabelecimento nas terras da região. O escrito também menciona as plantações de café e a construção de suas fazendas, Água do Bugre e Antas. Martines ainda mostra que outros feitos são atribuídos a Ferraz Junior, como a construção de uma usina hidrelétrica, em 1926, no Paranapanema. As linhas de transmissão teriam sido levadas para a fazenda Água do Bugre e, depois, para a cidade de Cambará, possibilitando o uso de energia elétrica nesses locais.

A outra propriedade de Antonio Barbosa Ferraz Junior, a Fazenda das Antas, foi construída a partir de 1922, em terras que pertenciam à cidade de Cambará, “pois neste período a Vila Ingá (futura Andirá) era distrito de Cambará. Sua separação se dará apenas em 1944” (MARTINES, 2016, p. 7). Os moradores da Vila Ingá costumavam frequentar a Fazenda das Antas devido a seus espaços de sociabilidade, onde se realizavam festas, bailes e exposições de filmes. Ainda segundo Martines (2016, p. 7), “Em 1928, Bráulio Barbosa Ferraz, filho de Antônio Barbosa Ferraz Junior, juntamente com sua esposa e filhos, mudam-se da fazenda Água do Bugre para a Fazenda das Antas”.

Dessa maneira, notamos que as famílias proprietárias exerciam influência econômica e política na região aos constituírem em suas terras centros de recreação social. Atraindo pessoas que buscavam trabalho e diversão, tais eventos também geravam uma interação entre cidades vizinhas e diferentes grupos. Em ocasião dos campeonatos de futebol, a maioria dos envolvidos pertenciam à elite; “O campo ficava no meio da mata e os familiares e namoradas dos jogadores sempre assistiam aos jogos e apreciavam uma bela paisagem” (KINKER, 2012, s/p). Já nas festas religiosas, a maior parcela dos participantes era advinda das classes humildes.

Destaque da grande influência política da família Barbosa Ferraz foi a nomeação de Bráulio como prefeito de Andirá em 1944. A influência de seu interventor, Manoel Ribas, justifica-se por ter sido ele o responsável por assinar o Decreto-Lei nº 199, de 31 de dezembro de 1943, que constituía Ingá como município. Outro fato interessante foi Leovegildo Barbosa Ferraz ter sido eleito vereador de Jacarezinho em 1918, constando nos registros apenas 17 eleitores dentre os 14.520 habitantes do município⁵. Logo, a família possuía poder na administração pública de três cidades da região, Jacarezinho, Cambará, na qual Bráulio Barbosa Ferraz foi eleito prefeito em 1936, e Andirá. Além disso, mantinha o prestígio em outros locais do norte do Paraná com a nomeação do município Barbosa Ferraz, em homenagem ao Major, e a renomeação do distrito de Ivainópolis, pertencente à cidade de Manoel Ribas, que, em 1955, passou a ser chamada Ivaiporã por sugestão de Araci Barbosa Ferraz, esposa de Bráulio Barbosa Ferraz (DENEZ; SILVA, 2014).

A influência dos Barbosa Ferraz não foi um fato isolado. Em Jacarezinho, as famílias Alcântara e Costa Junior exerceram grande poder na administração pública e a família Negrão, na segurança pública. Em consulta ao Almanaque Laemmert, encontramos Severino Conrado de Alcântara como Delegado na administração policial, Antônio Andrade Alcântara como escrivão na administração jurídica, Ovídio Fortes Alcântara como vice-prefeito na administração municipal, Avelino Conrado Alcântara como guarda da Coletoria Estadual e em empresas particulares, Antonio Fonseca Alcântara como proprietário de fábrica, engenho de aguardente e fazendas. Antonio José Costa Junior, por sua vez, além de ter sido deputado federal e ter exercido uma vida política ativa em São Paulo, possuía engenhos de aguardente e serragens, exportava café e era dono da fazenda Ourinho, de 104 alqueires, localizada entre a Água do Jacu

⁵ Municípios – Paraná. Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1891 a 1940, Ano 1918\Edição A00074.

(no atual município de Ourinhos) e Jacarezinho. Estabeleceu laços com outras grandes famílias da região, como os Cerqueira César. Seu genro, Julio Cerqueira César, era dono de propriedades no município de Santa Cruz do Rio Pardo e no nordeste paranaense. O pai deste, José Alves de Cerqueira Cesar, havia sido deputado geral em 1885, ministro da Justiça em 1889, constituinte de 1891, senador por São Paulo de 1891 a 1896, presidente de São Paulo de 1896 a 1897 e, novamente, senador de 1909 a 1913.

As famílias que formavam a elite local estabeleciam entre si uma relação dúbia de aliança e competição, sempre comprometidas com o desempenho econômico da região. A construção das linhas férreas contribuiu com o crescimento local; por conta da estação ferroviária em Ourinhos, “para aqui se transportou o sr. Jacinto e Sá, que, abrindo sua fazenda – Furnas –, adquiriu também os terrenos em volta da estação, vendendo-os depois aos interessados. E com isso Ourinhos foi se desenvolvendo aos poucos” (RIOS, 2015, p. 141). Os interessados foram principalmente “fazendeiros, entre os quais ainda me recordo de diversos: major Barbosa e filhos, dr. Willie Davids, seu irmão Rolando, o senador Mello Peixoto, seu filho Joãozinho Mello Peixoto, dona Anésia Cerqueira César, senador Costa Júnior, etc.” (RIOS, 2015, p. 141).

A região que estudamos, assim como tantas outras do país, desde muito antes daquele período possuía várias famílias consideradas poderosas, que formavam verdadeiras oligarquias dentro da política local. Em âmbito estadual, convém mencionarmos Ney Braga, que viria a ser governador do Paraná em 1960, teve sua candidatura a prefeito de Curitiba lançada, em 1954, por seu então cunhado, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Outra influência no Norte Velho do estado foi a família Pimpão. Antônio Ferreira Pimpão foi prefeito de Sertanópolis na década de 1930, mas afastou-se poucos meses depois por um problema de saúde. Em 1938, quem ocupou o cargo na prefeitura foi seu irmão, Vespertino Pimpão, por meio de um decreto assinado por Manoel Ribas. Segundo Loredó (2017, s/p), em *A pensão da Procópio: Sertanópolis nos tempos do padre Jonas*, isso ocorreu “porquanto a família Pimpão era formada por homens de confiança do interventor Ribas”, entretanto acreditamos que essa ação fazia parte da política de hierarquizar, uniformizar e integrar os diversos grupos das classes dirigentes, promovida entre os anos de 1930 e 1945 a fim de garantir “um grau razoável de coesão inter-regional (unidade), apoio contínuo ao presidente nacional (legitimidade) e equilíbrio institucional (governabilidade)” (CODATO, 2015, p. 305).

2.3. Partidos Políticos

No fim do século XIX, os partidos políticos no Paraná eram basicamente o Conservador, formado pelas elites ervateiras, e o Liberal, representante dos interesses agrários e mais voltado para o mercado interno. Ambos os grupos se rivalizavam e faziam jogos políticos em decisões da Assembleia Legislativa. No que diz respeito à transição de governo, os partidos monárquicos no Paraná praticamente não se envolveram nos debates republicanos e, após a Proclamação da República, aceitaram os fatos e aderiram ao governo provisório.

Com a queda da monarquia, algumas modificações ocorreram na organização política, pois o caráter federalista da República impôs que os partidos se tornassem estaduais. No caso do Paraná, isso resultou em uma reorganização dos partidos imperiais, sob uma nova roupagem:

Os dois maiores partidos existentes, o Liberal e o Conservador adaptam-se às novas circunstâncias. O Partido Conservador, liderado pelo Barão do Serro Azul, é na realidade, com seu consentimento, chefiado por Vicente Machado. Transformou-se no Partido Republicano Federal. Os antigos liberais, sob o comando do Dr. Generoso Marques dos Santos, fundam a União Republicana do Paraná (VARGAS, 1970, p. 116).

Após a reorganização, os mesmos atores sociais do período da monarquia exerceram influência política sobre os partidos, haja vista que eram detentores do capital político acumulado durante o período imperial. Contudo, com a República, a burguesia ervateira começou a dominar o cenário político, devido a um alinhamento de antigos conservadores do Clube Republicano de Curitiba com o Partido Republicano Paranaense.

A União Republicana do Paraná surgiu formalmente em março de 1890, quando as forças políticas do estado começaram a reorganizar-se. Foi composta majoritariamente por antigos liberais e alguns republicanos históricos que ficaram fora do jogo político com a ascensão do grupo de Vicente Machado ao poder. Segundo um estudo de Amélia Siegel Corrêa (2009, p. 146), “A própria forma como se deu essa reorganização das forças políticas locais deixa entrever que as lutas apreendidas no campo do discurso eram menos ideológicas do que pessoais, intra-elites”.

Em um estudo de Mônica Helena Harrich Silva Goulart sobre a atuação dos coronéis durante o início da República, vemos que:

O que se fez comum no Paraná deste período é o fato dos coronéis estarem à frente das prefeituras municipais e, quando possível, alternando-as como deputados estaduais, como é o caso de coronéis como Telêmaco Borba, Amazonas de Araújo Marcondes, Domingos Soares, Otoni Maciel, Romualdo Baraúna, Capistrano Cunha, Lysandro Alves de Araújo e vários outros. O que permite aproximarmos da visão de Vitor Nunes Leal, na qual vê, antes de tudo, uma fraqueza dos coronéis em detrimento do governo do estado, já todos os mencionados anteriormente foram membros do Partido Republicano Paranaense (GOULART, 2009, p. 05).

Ou seja, todos os políticos mencionados faziam parte do PRP, mas, na visão de Goulart, não possuíam força política suficiente para ascenderem ao governo estadual, visto que, no total de 64 cadeiras, apenas três foram ocupadas por coronéis paranaenses no cargo de deputado federal entre 1880 e 1930. Ainda assim, a autora mostra a presença marcante dos coronéis no poder municipal:

Verificamos que os grupos locais, através das figuras dos coronéis tinham um papel fundamental de garantir as eleições na medida em que eram instrumentos para sustentação do grupo que ocupava o executivo estadual, além de revigorar o mecanismo hierárquico do sistema partidário (GOULART, 2009, p. 05).

Já no Estado Novo, a política imposta no estado do Paraná pelo interventor Manoel Ribas, aliado dos grupos tradicionais e ligado às classes dominantes paranaenses, pode ser deduzida sem rupturas deste *status quo*: “A análise dos ocupantes da Secretaria de Justiça revela que entre dez deles, oito pertenciam às famílias históricas paranaenses, com ascendentes e redes de parentescos estabelecidas no poder desde o século XVIII” (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

Os partidos políticos do Paraná representavam as oligarquias dominantes no estado. Tanto o Partido Social Democrático quanto o Partido Social Nacionalista e o União Republicana Paranaense possuíam diferenças que se “vinculavam mais a interesses políticos que a determinações socioeconômicas. Apoiar ou não Vargas era o divisor de águas. No governo de Ribas, vários políticos que trabalhavam no regime deposto pela Revolução de 1930 voltaram a cargos de poder” (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

Manoel Ferreira Ribas nasceu em Ponta Grossa (PR) e começou sua carreira política como prefeito em Santa Maria (RS). Durante a ditadura varguista, foi escolhido como interventor federal no Paraná, atuando de 1932 a 1935. Nesse período, Ribas foi fundador e presidente honorário do Partido Social Democrático (PSD) paranaense e, no fim do seu primeiro mandato como interventor, foi eleito governador pela Assembleia Estadual Constituinte de 1935 (na qual o PSD era maioria, com 20 representantes),

voltando a ocupar a interventoria durante o Estado Novo, entre 1937 a 1945. Faleceu um ano depois, em 1946, com 72 anos de idade. Convém mencionarmos que o PSD foi extinto junto com os demais partidos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, após o estabelecimento do Estado Novo.

Segundo o verbete sobre o PSD na base de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), em 1936 o governador Manuel Ribas tentou minimizar as forças de oposição propondo acordos entre seu partido (PSD) e seus principais opositoristas, o Partido Social Nacionalista (PSN) do Paraná e a União Republicana do Paraná. Uma vez que esses pactos não se concretizaram, Manoel Ribas nomeou Vespertino Ferreira Pimpão, do Partido Republicano, como prefeito de Sertanópolis em 1938 para conciliar políticas, amenizando os conflitos ou travando alianças.

Com o tempo, o Partido Republicano, ligado às oligarquias do Paraná Tradicional (Curitiba, litoral e Campos Gerais) que predominavam antes dos anos 1930, perdeu popularidade naquela região. Segundo Pieruccini (1995), isso teria se dado pela crescente influência do PSD nos redutos tradicionalmente republicanos do centro-sul do estado. Por outro lado, o crescimento do eleitorado na região norte teria colaborado para que, nos fins da década de 1940, o Partido Republicano tivesse uma seção com relativa importância ali, vivendo uma nova ascensão.

Estabelecendo no norte do estado seu principal reduto eleitoral, o Partido Republicano admitiu, mais tarde, deputados estaduais da região, como Vespertino Ferreira Pimpão e Nilson Ribas, além de importantes nomes, como os irmãos Josino e João Alves da Rocha Loures. Todos esses políticos eram provenientes de prefeituras e cargos nomeados em cidades como Sertanópolis, Londrina, São Jerônimo da Serra, Cornélio Procópio, Apucarana e Astorga.

Se pensarmos todas as mudanças de projetos e regimes políticos ocorridas do fim do século XIX a 1950, a recorrência de alguns nomes dentre as lideranças políticas nos remetem a uma longa tradição oligárquica no Paraná, e por isso, não representam rupturas ou mudanças expressivas na política do período. Ademais, Ribas teria procurado conciliar os conflitos partidários na década de 1930 nomeando membros do Partido Republicano numa região em que este perdia cargos políticos. Uma vez que essas designações também se ligavam a sobrenomes influentes da região, concluímos que havia uma busca de conciliação entre os partidos e as famílias da elite para que seus interesses fossem atendidos.

2.4. Café

Do período de 1920 a 1940, o contexto do país era conturbado, com disputas entre diferentes projetos políticos e várias ameaças. Isso por conta da grande crise internacional de 1929, a “ameaça” de outubro de 1930 e a “ameaça” da Estrada de Ferro Sorocaba, que se aproximava do norte do Paraná e poderia escoar a produção dessa região para os portos paulistas. Também havia uma simbiose entre o governo do Estado, a Igreja Católica e a iniciativa privada no tocante à questão agrária.

No tocante à cafeicultura paranaense, “até este momento não era tão expressiva quanto parecia, se tomarmos, como referência, a totalidade de pés de café em diversos estados brasileiros” (TOMAZI, 1997, p. 199). Tratando deste ponto, Tomazi apresenta a seguinte tabela:

QUADRO III
PÉS DE CAFÉ EM DIVERSOS ESTADOS

Estados	1921	1930
São Paulo	843.592.000	1.188.058.000
Minas Gerais	511.252.100	650.691.700
Espírito Santo	122.500.000	271.400.000
Rio de Janeiro	160.239.000	213.818.000
Bahia	49.799.000	94.440.200
Pernambuco	27.886.000	82.073.000
Paraná	15.138.000	30.229.000

Fonte: TAUNAY, Pequena História do Café no Brasil, p. 534.

Figura 1 – Quadro III. Fonte: TOMAZI, 1997, p. 199.

A partir de 1930, o quadro da cafeicultura tem uma melhora com o crescimento das plantações, conforme notamos ao comparar os dados da tabela com os do “Relatório do levantamento estatístico dos cafeeiros existentes no Estado do Paraná de acordo com a portaria n.º 341 de 29-8-1935”, escrito por Antonio Pietruza, que aponta a existência de 39.417.976 cafeeiros (pés de café) no Paraná em 1935. O relatório ainda aponta a

existência de 333 proprietários rurais em Jacarezinho e 260 em Cambará, que passam a ser 381 e 337, respectivamente, conforme o “Levantamento cafeeiro D.N.C”, de 1942.

Apesar de o número de cafeeiros no Paraná em 1935 ter sido “jamais alcançado por outro qualquer Estado Cafeeiro da União, para nós, para a nossa ‘Terra da Promissão’ é relativamente baixo”. A partir dessa afirmação, podemos inferir um descuido com o acompanhamento dos dados no período anterior. Possivelmente, o interesse nesses registros surgiu em 1930, em decorrência do Decreto nº 19688, de 11 de fevereiro de 1931, que determinou a compra e incineração do produto retido; a proibição do plantio por cinco anos; além da cobrança de um imposto em espécie de 20% sobre cada safra. Fez-se importante conhecer os números da produção porque os estados que não ultrapassassem 50 milhões de cafeeiros seriam isentos dessa taxa.

Além disso, a supervalorização da “terra da promessa” reitera uma crença no poder econômico da elite cafeeira por parte de Pietruza e das pessoas a quem consultou no norte do estado ao elaborar o relatório. O documento também apresenta diferentes descrições sobre a região, como “maravilhoso”, de “fantástica exuberância”, com “terras declaradas e reconhecidas as melhores do mundo”, além da afirmação de que “o Norte do Paraná, é a nata do Estado, é a sua região mais productiva, é o celeiro do Paraná”, que, por certo, mais descrevem utopias e desejos de determinada classe social.

Nesse sentido, posicionando-se a favor da elite e do desenvolvimento do Paraná por meio da agricultura cafeeira, o documento dialogava com as decisões do Departamento Nacional de Café, sendo escrito e enviado ao Secretário de Fazenda e Obras Públicas. Imaginando que o plantio de cafeeiros no Paraná logo ultrapassaria os 50 milhões, já em 1935 Pietruza advogava contra o Decreto nº 19688. Salientava que “será um crime inqualificável dada a presente orientação do Departamento Nacional de Café, limitar o plantio de novos cafeeiros”.

Ainda sobre a construção das ideias impressas no relatório, este baseia-se na perspectiva da importância da exportação do café. Ao argumentar, o texto utiliza sempre a terceira pessoa do plural, marcando uma ideia de grupo. A classe cafeeira que representava estaria preocupada com a agroexportação da mercadoria e solicitaria uma redução das taxas sobre sua produção e exportação, além de opor-se à limitação da produtividade, para que continuasse em condições de competir no mercado mundial. Isso porque o Brasil dependia dos preços e da qualidade dos produtos para assegurar compradores estrangeiros. Por possuir “os melhores tipos pelos menores preços”, o norte do Paraná poderia assegurar a reputação do país no mercado externo, sendo de

importância econômica e política, e sua produção deveria ser preservada e incentivada pelo Estado.

Entretanto, “a população [da região Norte], na sua grande maioria, é composta de Paulistas e Mineiros”, o que causava riscos de “futuramente, um novo contestado, sob a natural alegação de que a população é toda paulista”. Portanto, “outro assumpto, que não deve ser olhado com indiferença, é o de Paranisarmos o Norte”. Para isso, Pietruza aconselha a construção de vias de comunicação entre o norte e Curitiba por meio de “escolas públicas, por toda a parte, onde a juventude ouça fallar no Paraná, apprenda cousas do Paraná, fique sabendo enfim, que por seu nascimento, são genuínos Paranaenses”.

Notamos que outra preocupação da classe, conforme as questões levantadas pelo documento, era com relação à mão de obra. Apesar da vinda de pessoas do norte do país para trabalharem nas lavouras, “não raro porém, esses colonos são desviados por outros lavradores, que lhes oferecem melhores vantagens”, razão pela qual Pietruza defende que esse assunto fosse regulamentado pelo Ministério do Trabalho, “com obrigações recíprocas, entre agricultor e colonos”.

Ao demonstrar tamanha preocupação com questões ligadas a trabalho, impostos e regulamentos de produção para uma seguridade econômica e política dos produtores de café, o narrador pode ser considerado como parte desse grupo. Devido à voz coletiva assumida pelo discurso para defender essas causas, expressa em trechos como “vender os nossos cafês” e “teremos naufragado” caso as questões não sejam atendidas, podemos notar que a classe em questão reconhece sua força conjunta, argumentando e buscando soluções para os problemas cujos vestígios encontramos no documento analisado.

Essa elite agroexportadora manteve sua posição privilegiada perante o estado até o início da década de 1930. A partir desse momento, com o Estado Novo e a percepção, a partir da Depressão de 1929 e 1933, da fragilidade de uma economia agroexportadora sujeita às condições do mercado externo, iniciou-se um reposicionamento da política estatal, passando a ressaltar uma ideologia industrializante. Essa mudança pode ser vista por meio da regulamentação de leis de trabalho, do controle da ação dos sindicatos e dos investimentos em infraestrutura, com incentivo e crédito destinados a comunicação, transporte e energia. Isso acentuou-se na região nordeste do Paraná no fim da década de 1950 e no início de 1960:

Entretanto, não é correto afirmar que as indústrias nasceram da crise cafeeira, pelo contrário, a industrialização brasileira se deu nas atividades do complexo cafeeiro, atendendo parcialmente as demandas do setor, tanto é que várias famílias que se iniciaram como industriais brasileiros estavam relacionadas à economia do café, além de imigrantes que iniciaram como comerciantes e passaram depois de um tempo para o setor industrial. (OLIVEIRA, 2013, p. 21).

Cabe aqui a colocação de um paradoxo referente ao governo Vargas, fortalecer o modo de produção industrial através de recursos advindos do modo de produção dominante na época, o agroexportador. Desta forma não houve nenhuma possibilidade de fazer com que a industrialização tomasse maiores proporções um [em] pouco tempo, afinal, a agroexportação deveria ser mantida em significantes volumes para que seu excedente de capital suprisse as principais necessidades para incentivar o setor industrial. (OLIVEIRA, 2013, p. 47).

Nesse contexto, entrou em cena o interventor Manoel Ribas, que dirigia movimentos políticos em consonância com as necessidades econômicas e os interesses da classe burguesa tradicional e daquelas em ascensão no estado durante os anos de 1930. As políticas públicas colocadas em prática eram sinais de que o Paraná tomava parte nas ações de mudança político-institucional que conduziam a burguesia para uma nova etapa de desenvolvimento capitalista, mas sem excluir as elites políticas tradicionais.

Assim, Manoel Ribas seguia as orientações do palácio do Catete sem esquecer os conflitos do período, a política marcante do Estado Novo de Vargas e de seus interventores estatais e a perseguição aos opositores do governo. Podemos ver, dentre os interesses de desenvolvimentismo da elite agroexportadora, algumas reivindicações do relatório de Pietruza foram atendidas, com a construção de Escolas Normais e Complementares na região a partir do final da década de 1930 e o incentivo à imigração, “que abriu a perspectiva para a política do Paraná tradicional conviver e integrar as novas populações migrantes dentro da identidade e da política do Paraná” (OLIVEIRA, 2004 p. 28).

É importante lembrar que o cenário mundial refletiu-se no Brasil durante a Era Vargas de maneira peculiar, tendo de um lado a luta contra o capitalismo e de outro a disputa contra comunistas e socialistas. Instaurou-se no país uma ideologia de justiça – e não de igualdade – social por conta da predominância do catolicismo: “Nesse espírito, o cultivo da tradição cristã católica seria um valor indispensável para reunião do povo sob a égide desse modelo nacional-sindicalista” (NUNES, 2009, p. 06.)

Esse momento histórico que antecede a implantação do Estado Novo foi marcado por uma crise política, de hegemonia e ideologia, “cujas origens estão na raiz

da Revolução de Trinta, evoluindo ao longo das duas primeiras fases do governo Vargas” (DINIZ, 1996, p. 83). A partir da década de 1930, as terras paranaenses passaram por uma supervalorização que perturbou a ordem dos negócios entre grileiros, posseiros e novos ocupantes do Norte Pioneiro. Os títulos falsos das propriedades e o apossamento das terras alheias causaram conflitos de ordem jurídica e inquietação no meio rural.

Em meio aos conflitos no Norte Pioneiro do Paraná estavam as lutas entre os chefes locais, resolvidas por meio de jagunços e violência. Além disso, a contenda entre as oligarquias regionais contribuiu para o rompimento da atividade agroexportadora, que se baseava na monocultura em café. A instabilidade gerada por esses conflitos tornou-se um “novo fator de pressão no sentido de uma mudança de regime político: o fortalecimento do Executivo aparece como condição de preservação da ordem e, portanto, de sobrevivência dos grupos dominantes” (DINIZ, 1996, p. 84), sendo uma ferramenta usada para a proteção dos grupos econômicos tradicionais da região.

Conforme aqui observado, principalmente de 1930 a 1945, o Estado usava de práticas de clientelismo com as elites rurais, apoiando e nomeando membros de famílias proprietárias de terras a cargos públicos, buscando garantir coesão inter-regional, apoio contínuo ao presidente nacional e equilíbrio institucional para a governabilidade. Por outro lado, conforme estudado por Florestan Fernandes (1983, p. 45), no desenvolvimento do capitalismo na sociedade agrária e autárquica brasileira, "Para objetivar-se e agir politicamente no patrocínio de seus 'interesses gerais', os estamentos dominantes precisavam do aparato administrativo policial, militar, jurídico e político inerente à ordem legal". Assim, a elite recebia o apoio e a proteção do Estado ao ser conivente com políticas governamentais e atuar como agente de práticas de controle social, além de aliciar votos. Eram, portanto, relações de estratégias e usos empreendidas por ambas as figurações.

2.5. Igreja

Retomando o final do século XIX e o início do XX, os núcleos urbanos e as irmandades religiosas eram cada vez mais controladas pelo poder oficial católico. O Norte Pioneiro estava marcado por mudanças sociais profundas por meio do processo de romanização do clero e, também, por conta da introdução de novas relações sociais no campo. A secularização do Estado após a Proclamação da República exigiu a

separação entre o poder secular e o religioso no Brasil, o que acabou destituindo a Igreja de seus privilégios políticos e sociais.

Ainda assim, a Igreja oficial reestruturou-se por meio de um novo clero, que passou a atuar no contexto que então se apresentava. O catolicismo oficial nos grandes centros urbanos se desenvolveu ao lado de um modelo cultural burguês, servindo para harmonizar as relações entre a Igreja e o Estado e distanciando-se das camadas populares. Posição semelhante se reproduziu no período de 1930 a 1945, quando Dom Leme estabeleceu clara proximidade com o Estado, conquistando vantagens até então inéditas na República. Isso porque, entre outros aspectos, o cardeal propôs “recatolicizar” o Brasil, apegando-se ao “mito da maior nação católica do mundo” (SILVA JUNIOR, 2012, p. 01). No entanto, após a morte de Dom Leme foram poucos os bispos que seguiram com sua empreitada, dentre eles, Dom Geraldo de Proença Sigaud.

Em locais mais afastados, aos quais o Estado não voltava sua atenção, a ausência de um sistema de saúde de amplo atendimento, bens materiais e estabilidade financeira fizeram com que os fiéis dirigissem suas preces aos santos, transferindo-lhes responsabilidades de ordem secular, isto é, pertencentes à esfera política. À margem do poder político, social e econômico, o catolicismo popular, principalmente no campo, dispensou até mesmo a Igreja enquanto instituição, por meio de uma complexa ordem coletiva de trabalho, trocas e consumo de bens simbólicos.

Nesse momento da história, a violência e a exclusão se tornaram comuns no cotidiano da região. As restrições eram predominantemente políticas e sociais, mas também estavam presentes na prática religiosa, como mostra Aimone (1988, p. 30):

Aos domingos e dias Santos, os senhores iam a Igreja de São SEBASTIÃO, E NÃO ERA PERMITIDO QUE SEUS ESCRAVOS, que oficialmente já eram LIBERTOS mas não sabiam, pois a lei de 13 de maio de 1888 não era conhecida pelos escravos, e os senhores procuravam sempre abusar dos negros escravos [...] JOAQUIM INÁCIO DE MELO E SOUZA, único padre que veio com a caravana dos ALCÂNTARAS, somente pregava para os brancos, pois os negros escravos não tinham o direito de estarem juntos com os senhores e seus parentes, razão porque resolveram pregar suas idéias africanas, nesta terra em que se encontravam em plena escravidão, por serem negros, mas, suas almas eram muitas vezes mais brancas do que os brancos, no entanto, a força predominava IMPLACAVELMENTE.

Vemos, com o trecho acima citado a respeito do que acontecia em Jacarezinho, como a exclusão religiosa se aliava à concepção de direito. Forjavam-se os espaços de sociabilidade e os benefícios popularmente erigidos a partir de concepções fundadas

num pré-conceito colonial. Nota-se o preconceito inclusive na fala do próprio Thomaz Aimone, elevando a “alma branca” perante a “alma negra”. O primeiro padre da cidade se colocava ao lado dos senhores, reconhecendo como um direito natural que ocupassem espaços na celebração católica. Essas observações podem dialogar com Carlos Rodrigues Brandão, em *Os deuses do povo* (1986), o qual diz que a Igreja oficial sempre esteve ao lado do poder político rural e da burguesia econômica, e “prestou serviços às classes subalternas, inclusive os de controle e domesticação” (BRANDÃO, 1986, p. 102).

No espaço simbólico pertencente à Diocese de Jacarezinho, o Bispo Dom Fernando Taddei, “juntamente com os vigários das paróquias locais, ‘conscientizou’ a convivência grupal ‘harmônica’ de uma sociedade imaginária” (LINO, 2009, p. 71) e “Esse trabalho religioso desenvolvido pelo clero estava concomitantemente ligado ao surgimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos no Norte Pioneiro” (LINO, 2009, p. 78).

Sobre o catolicismo urbano, conforme os elementos mostrados por Pedro Assis Ribeiro de Oliveira, os sacramentos da Igreja oficial tecem relações com o sagrado e exigem a subordinação do sujeito religioso à Instituição. Esta, por sua vez, assumiu na região uma posição ultracatólica e ainda mais conservadora quando Dom Geraldo de Proença Sigaud foi admitido na posição de Bispo da Diocese de Jacarezinho, em 1947. Tal personagem era avaliado como ultraconservador e, inclusive, foi cofundador nacional, ao lado de Plínio Correa de Oliveira, da TFP — Sociedade da Defesa da Tradição, Família e Propriedade, “uma organização civil anticomunista que tinha como objetivo primordial combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de Santo Tomás de Aquino e das Encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente, a tradição, a família e a propriedade” (BELOCH; ABREU apud SILVA JUNIOR, 2006, p. 50).

Da ligação do líder religioso com Plínio Correa e outros intelectuais organizou-se o livro *Reforma Agrária Questão de Consciência*, que condena energeticamente a reforma agrária e observa o tema fundiário sob o ponto de vista integrista. Em outras palavras, D. Geraldo assumia uma postura de resistência às transformações socioculturais, em repúdio à modernidade e em “defesa da tradição conservadora através do engajamento leigo consubstanciado nas Congregações Marianas, o anti-comunismo e a preocupação em ampliar a rede educacional católica” (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 83-84).

Dom Geraldo de Proença Sigaud nasceu em Belo Horizonte, em 1909, filho de um comerciante e ex-fazendeiro chamado Paulo da Nóbrega Sigaud. Seu avô, também fazendeiro e exportador de café, era filho de um médico francês que viveu no Brasil no início do século XIX e tornou-se um dos responsáveis pela fundação da Academia Imperial de Medicina e do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, segundo o professor Alfredo Moreira da Silva Junior, em “A Neocrisandade Tardia da Diocese de Jacarezinho” (2007).

Dom Geraldo estudou filosofia na congregação do Verbo Divino, na capital mineira, e, com o término do curso, foi enviado a Roma, onde doutorou-se em Teologia pela Universidade Gregoriana, em 1932. Mais tarde, atuou como professor universitário e foi consagrado, em 1947, bispo de Jacarezinho, cuja diocese era uma das maiores do Brasil, numa região com extensão entre os estados do Paraná e Mato Grosso, com mais de dois milhões de habitantes.

O texto do professor Alfredo Moreira da Silva Junior (2007), com a análise da *Pastoral de Saudação* (1947) de Dom Geraldo, revela aspectos do pensamento deste para com o catolicismo e posicionamentos e estratégias que o conduziram ao longo dos anos em que permaneceu em Jacarezinho. Algumas considerações a respeito mostram que:

- Sigaud não aceitaria o isolamento da diocese de Jacarezinho, por acreditar que os fiéis deveriam atuar para a edificação do país, uma vez que também formam “o corpo da Nação, tanto nas horas de prosperidade como nos momentos de luta, tanto em dias claros como em tardes sombrias” (SIGAUD, 1947, p. 8);

- A desigualdade e a harmonização social eram vistas como naturais e mantidas/promovidas pelo bispo, já que:

É claro que o corpo não é um membro só, mas muitos membros. Se o pé argumentasse: – “Eu não sou mão, logo não pertencço ao corpo: com isto deixaria de ser parte do corpo? E se um dia a orelha dissesse: – Eu não sou olho: e logo não sou parte do corpo – porventura deixaria de ser parte do corpo? – pensai: se todo corpo fosse olho – onde ficaria o ouvido? Se todo fosse ouvido, onde ficaria o olfato?... Logo, concluímos que os membros são muitos e todos fazem o corpo que é um. E não pode o olho dizer à mão: não preciso de teus préstimos; nem a cabeça poderá dizer aos pés: – eu não tenho necessidade de vós. – Se sofre um membro todos os outros sofrem juntos; quando um membro passa bem, todos compartilham seu bem estar. (SIGAUD, 1947, p. 7-8).

Outra passagem que segue essa linha de raciocínio, encontrada em *Catecismo Anticomunista*, escrito por Sigaud, com a terceira edição em 1963, é a seguinte:

15. A justiça social manda que todos sejam iguais em fortuna e posição social? Não. Que todos os indivíduos e famílias fossem iguais seria uma injustiça social, porque importaria na destruição da liberdade, da iniciativa privada e do direito dos filhos a herdar dos pais. A boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada (SIGAUD, 1963, s/p).

Voltando às considerações, conforme também pode-se notar com as citações anteriores, o conservadorismo era claro na concepção de Sigaud, e esse seu posicionamento influenciava a política, uma vez que “a Igreja é reflexo da sociedade em que está situada. Assim ‘não é possível esquecer que o discurso da Igreja é teológico-político’” (ROMANO, 1979, p. 20). Com efeito, talvez, o maior trunfo do catolicismo seja permanecer heterogêneo, mesmo que tenha grupos hegemônicos (XISTO, 2007, p. 1).

Vale dizer que o conservador aceita o existente como se fosse a ordem do mundo e se vale do instinto mais conhecido de todos: a luta pela sobrevivência (CARVALHO, 2005). O conservadorismo, desse modo, afirma Silva Júnior (2006, p. 19), lida “com os ‘novos tempos’ buscando conforto na história e no passado”. Nesse sentido, vale salientar, ele apresenta-se como uma possibilidade de restituição dos bons costumes que existiam, isto é, a ordem natural do mundo.

O conservadorismo e o desejo de manter as posições sociais bem definidas sobreviveram às transformações da estrutura socioeconômica do país ao longo do tempo, que ocorreram com as mudanças dos grandes latifúndios e a abolição da escravatura. Essa posição tradicionalista expressou-se no compromisso coronelista, nas oligarquias locais e na atuação do clero local e pode ainda hoje ser verificada. Essas relações desiguais assentam uma cultura política e, aliadas ao anticomunismo, ao clientelismo e ao mandonismo, formam “um conjunto de valores, tradições e práticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para os projetos políticos direcionadas ao futuro” (BERSTEIN, 2009, p. 31).

Logo, o posicionamento de Sigaud, declarado por meio da atuação da diocese na região, influenciava e dialogava diretamente com aquela realidade cultural e política. O autoritarismo social já existente na história de lutas pelas terras era reforçado na fala desse personagem, (re)produzindo formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que pode ser verificada no conjunto das práticas sociais, alimentando desigualdades em diferentes níveis de relações sociais.

Acerca de outros aspectos do que pode ser considerado uma cultura política, o anticomunismo é identificado em passagens como: “Após todas as missas dominicais se rezem de acordo com as rubricas as orações de Leão XIII, precedidas das seguintes fórmulas: Rezemos pela conversão da Rússia e pela derrota mundial do comunismo” (SIGAUD, 1947, p. 8), expressa na primeira reunião do bispo com os párocos da diocese. Já o mandonismo pode ser notado em textos memorialísticos, como *Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra*, de Tomaz Aimone (1975).

Devemos estabelecer que esses elementos da cultura política são interdependentes, ligam-se às relações sociais e, apesar de serem modificados e relidos de acordo com o contexto histórico, seu núcleo de conservação da ordem hierarquizada continua o mesmo. Consideramos que o posicionamento de Sigaud tenha peso na repercussão desses conceitos porque a difusão ocorre por meio de vetores sociais como famílias, igrejas, instituições militares/policiais, mídia e ambientes de trabalho e escolares. Como exemplo, vemos o reflexo dessas ideias nas diferenças dos espaços de sociabilidade da Fazenda Ingá e nas relações de exploração trabalhista estabelecidas nas propriedades rurais.

A escola pode ser considerada um importante vetor, principalmente se considerarmos a busca do Bispado Diocesano naquela época pela ampliação da educação católica na cidade Jacarezinho e o esforço pela implementação de escolas católicas na região. Desde a década 1930, o primeiro bispo da Diocese local conseguiu instalar o Colégio Cristo Rei e o Colégio Imaculada Conceição, para meninos e meninas, porém foi apenas com Dom Geraldo Sigaud que esses institutos conquistaram projeção nacional, por seu projeto educacional envolver ao mesmo tempo os interesses religiosos e políticos:

Foi íntimo o trabalho do terceiro Bispo de Jacarezinho à frente de sua diocese. Desmembrada a Diocese em 1956, com a criação das de Londrina e de Maringá, as atividades de D. Geraldo tornaram-se mais estreitas na formação do Clero e dos fiéis. A sua atividade no setor mariano foi intensa, a ponto de sua diocese contar com o maior número de congregados entre as dioceses do Brasil (OLIVEIRA, 1998, p. 31).

O trecho citado mostra a adesão das pessoas à instituição católica e seu posicionamento, pois, no imaginário dos jacarezinhenses, a cidade havia se transformado num centro de referência cultural por meio de D. Geraldo. Tal perspectiva teria sido alimentada por Sigaud com sua posição de incentivo à educação. Em 1959, o

Bispo articulou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. O professor Alfredo Moreira Silva Junior (2002, p. 09) bem pontua:

exatamente naquele momento histórico, de luta entre os defensores do bem e da Igreja contra a proliferação das idéias comunistas associadas freqüentemente às “legiões satânicas”, se funde uma Instituição de Ensino Superior com o objetivo de formar professores para as Escolas da região.

Dessa forma, criou-se uma rede de influência desde as igrejas às instituições escolares. Convém ainda lembrarmos que os professores formados nas escolas normais da região e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho eram provenientes de famílias tradicionais da região, assim como os párocos, em sua maioria. Logo, não conseguiríamos pensar a hegemonia de uma elite local, formada por casas consideradas abastadas e proprietários de comércios e/ou terras, sem considerar os recursos econômicos e simbólicos, aliados ao capital social, de que dispunham, fundamentais para a manutenção do seu poder durante a primeira metade do século XX.

Ainda sobre cultura política, convém mencionarmos que uma mesma sociedade pode abarcar diferentes culturas, que podem concorrer e dialogar entre si. Essas alterações ocorrem por conta da atuação dos próprios sujeitos, que constroem estratégias e se apropriam das culturas de acordo com suas redes de sociabilidade, subjetividades e necessidades. Dessa forma, os traços de uma “cultura política” foram difundidos por toda a sociedade, conforme os usos que pessoas e grupos faziam destes. Consideremos como exemplo o clientelismo, uma prática utilizada na relação entre atores políticos que caracteriza-se pela troca de benefícios, como empregos e isenções fiscais, por apoio político. As relações de clientelismo envolviam os grandes e pequenos políticos, os proprietários de terras e as pessoas comuns, com políticas cotidianas que também votam de acordo com suas estratégias, seja para benefício coletivo ou individual e financeiro imediato, como com a venda do voto.

A religiosidade, então, se aliava à política por meio da influência direta da Diocese em apoio a políticos locais de ações de militância e da interferência simbólica. Das ações de militância que se ligaram à Diocese de Jacarezinho na figura de Dom Geraldo de Proença Sigaud, tem especial destaque nos estudos já realizados a Frente Agrária Paranaense (FAP), que foi articulada no início da década de 1960 pelos bispos de Jacarezinho, Londrina, Maringá e Campo Mourão. Salientamos nesse assunto o texto de Angelo Priori, Luciana Regina Pomari, Silvia Maria Amâncio e Veronica Karina Ipólito, que aponta que “o ‘rolo compressor’ da Igreja Católica tinha um destino certo.

Açambarcar o movimento de trabalhadores rurais, visando ‘cristalizar a verdade agrária’, a fim de privar os comunistas da expectativa de dominar esse movimento” (PRIORI et al., 2012, p. 180).

Dentro da influência simbólica da Igreja Católica, podemos notar que ser ou não um membro ardoroso constituía-se como um aspecto de confiabilidade conferida aos indivíduos, seja em meio urbano ou rural. Um exemplo disso no estado do Paraná foi a estratégia utilizada na campanha do major Ney Aminthas de Barros Braga. Durante a sua trajetória política, Ney Braga construiu uma imagem pública de líder competente, bom pai de família, homem digno, trabalhador e, sobretudo, católico fervoroso. Dessa forma, além das manobras puramente político-eleitorais, “Ney Braga procurou sempre fazer uma profissão de fé democrata-cristã, alegando, inclusive, que sempre fora cristão e que passou a infância sob a guarda de pessoas religiosas em casa e na escola” (DOUSTDAR, 2013, p. 89). Aliada a isso esteve a consistência do apoio da Igreja Católica em sua campanha de 1960, por meio da atuação do Clero e da Liga Eleitoral Católica (LEC), que se inspiravam no anticomunismo. Os apoios a Ney Braga não foram deflagrados somente por ser este um candidato católico, mas também pela possibilidade de derrotar seu concorrente Nelson Maculan, visto como comunista.

Em seus discursos da campanha política, aliado ao elemento do catolicismo (que lhe conferia honestidade e respeito) estava o de boas relações familiares, como descrito no estudo realizado durante o doutorado de Neda Mohtadi Doustdar (2013). Nessa mesma pesquisa podemos encontrar parentescos de Ney Braga que se ramificavam na política, como as famílias Munhoz da Rocha e Alves Camargo. Braga foi levado à política por seu ex-cunhado Bento Munhoz da Rocha Neto ao ser nomeado Chefe de Polícia enquanto ocupava a patente de major. Em 1954, como dissemos anteriormente, foi eleito prefeito de Curitiba, também graças ao apoio de Bento Munhoz. Após romper relações com este, elegeu-se o segundo deputado federal mais votado no Paraná em 1958, já no Partido Democrata Cristão (PDC). Dois anos depois, derrotou o senador petebista Nelson Maculan e elegeu-se governador paranaense.

Acreditamos ser pertinente falarmos sobre o Partido Democrata Cristão, pelo qual Braga se elegeu em 1960, pelo fato de ser democrata e cristão, elementos defendidos por políticos no BNM 238. Iniciaremos o próximo tópico tratando do PDC e observaremos a presença ou não de coerência nas políticas de Ney Braga enquanto democrata cristão, com foco na região de Andirá, buscando também observar o processo de urbanização dessa cidade.

2.6. Democracia cristã, urbanização e golpe civil, empresarial e militar

O PDC demonstrou, de 1954 a 1965, crescimento em nível estadual e nacional: na legislatura de 1955-1959, os democrata-cristãos contavam com dois deputados, na de 1959-1963 passaram a sete e, entre 1963 e 1967, contaram com 20 (COELHO, 2000, p. 67). Acreditamos ser válido mencionarmos que o PDC também esteve em ascensão nessas décadas no Chile, constituindo-se como uma alternativa política após a unificação do partido em 1957, conforme estudo de Sandro Anselmo Coelho (2000), “Democracia Cristã e Populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile”, e considerações de Luiz Werneck Vianna (1981) em “O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão”.

A proposta democrata cristã surgiu no final da Segunda Guerra Mundial, autodenominando-se como um movimento político distinto e colocando-se como uma terceira opção entre o democrata liberal capitalista e o socialista. Com esse discurso e a “insistência sobre os valores familiares e sobre o papel das comunidades intermediárias, no respeito pela propriedade privada, na busca da participação nas relações de trabalho e no pluralismo político” (MAYEUR, 1999, p. 898), o PDC passou a conquistar uma relativa força eleitoral em diversos lugares, principalmente na Europa e na América Latina.

O PDC brasileiro foi legalmente criado em 1945, em São Paulo, com o fim da ditadura de Vargas, e seu objetivo era transmitir valores cristãos para amplos setores sociais (VIANNA, 1981). Na compreensão de Coelho (2000, p. 70), esta era a única posição que lhes caberia no cenário nacional, que já possuía uma forte dinâmica do processo eleitoral: “o PSD tinha um razoável controle sobre as classes subalternas camponesas, o PTB vinha se apoiando nas classes populares urbanas, e a UDN articulava praticamente todos os opositoristas àquele *modus operandi* do sistema partidário brasileiro”.

Na década de 1950, embora a proposta do PDC fosse uma alternativa política ao capitalismo e ao socialismo, o partido comprometeu-se a combater as reivindicações populares que não se submetessem à ordem institucional vigente. Aliado às construções discursivas de radicalização e polarização política entre o final de 1950 e 1964, a ascensão política do PDC foi favorecida principalmente pelo estreitamento da aliança PSD-PTB. Assim, apesar de ter se constituído partido ainda em 1945, foi apenas em

1962 que conseguiu se estabelecer com alguma significância no quadro partidário nacional brasileiro. Além de a democracia populista estar em profunda crise, contribuíram nesse crescimento os discursos moralizantes, relacionados à cultura conservadora, que transitavam entre as classes média e alta nos quais cabia perfeitamente a ideia de cristão fervoroso pregada por Braga, por exemplo.

Em 1957, *O Estado do Paraná*, mídia que apoiava Ney Braga, justificou a possibilidade de seu ingresso no PDC da seguinte maneira: “O programa dessa agremiação, a sua linha de coerência no panorama político nacional, o alto valor moral de seus dirigentes e a sua absoluta independência foram os motivos que orientaram a decisão do prefeito Ney Braga de se filiar ao PDC” (1957, p. 4). Por meio desse discurso, notamos o apelo moral da legenda do partido e a adesão do periódico ao político, vinculando-o ao suposto “alto valor moral” dos demais candidatos da legenda. A ligação de Braga ao PDC, na perspectiva de Doustdar (2013, p. 89), teria ocorrido por conta de “uma agremiação que aglutinava pessoas que defendiam a combinação de justiça social com o desenvolvimento econômico, estimuladas pela ascensão da Democracia Cristã na Europa na década de 1950”.

Em 1960, Ney Braga chegaria ao governo estadual com a legenda do PDC e assumiria, em âmbito estadual, nítidos aspectos sugeridos pelo desenvolvimentismo nacional. Sua administração buscava “a industrialização interna via substituição de importações, tomando como referência a evasão da renda estadual provinda, ao mesmo tempo, de sua especialização agrícola (a monocultura cafeeira) e da importação de produtos manufaturados dos Estados industrializados, principalmente São Paulo” (AUGUSTO, 1978, p. 1). O projeto inicial de desenvolvimento do estado tinha a intenção de montar um parque industrial no Paraná, com incentivos como empréstimos e a melhoria e criação de infraestrutura para produção e circulação de mercadorias, capital, informação e pessoas. Além disso, o investimento na década de 1960 em energia elétrica e asfaltamento de rodovias favorecia a instalação de indústrias e seguia a ideologia de integração das três regiões do Paraná.

Aliada à industrialização promovida no estado nas décadas de 1950 a 1970, outro aspecto que recebeu atenção foi a municipalização. No estudo *Urbanização e Industrialização no Paraná* (2011), vemos que 65% dos municípios do Paraná existentes até o início da década de 1990 surgiram entre os anos 1950 e 1960, mostrando como recordista o ano de 1961, quando surgiram 81 novos municípios. Para

ilustrar esse movimento de municipalização, seguem abaixo dois mapas, retirados do trabalho de Nelson Tomazi (1997, p. 239-240):



Fonte: PADIS, Pedro C., 1981, p. 98

Figura 2 – Mapa n. 11. Fonte: TOMAZI, 1997, p. 239-240.

Em 1948 havia uma maior concentração de municipalidades na região do Norte Velho, visto que a (re)ocupação deste local data inicialmente do fim do século XIX. Além disso, houve uma grande propaganda para a compra de terras na região e a vinda de migrantes e imigrantes para o trabalho nas propriedades. Ainda assim, é interessante notarmos a profunda demarcação dos municípios durante as décadas de 1950 e 1960, conforme a próxima imagem ilustra:

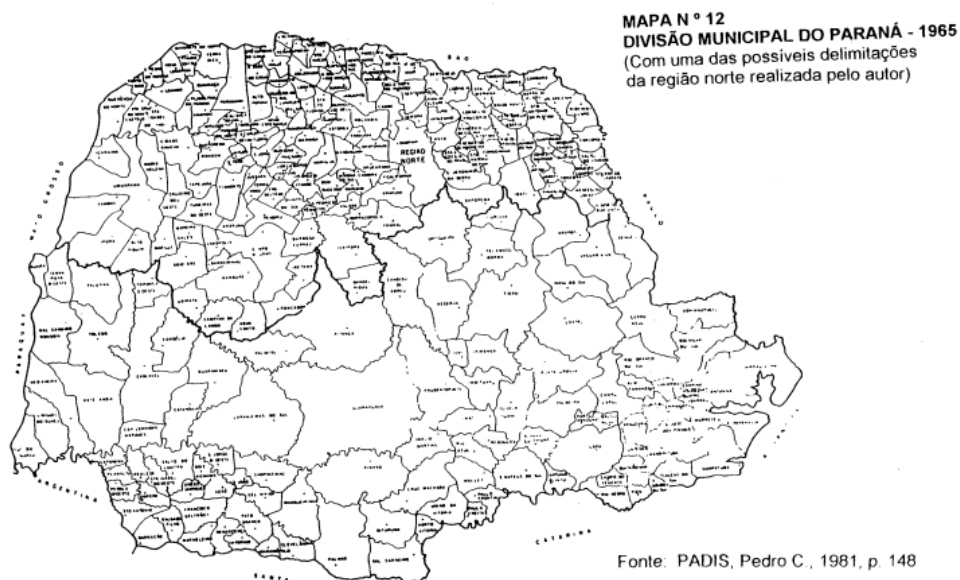


Figura 3 – Mapa n. 12 Fonte: TOMAZI, 1997, p. 239-240.

O surgimento dos novos municípios tem relação com os interesses políticos e eleitorais, mas também traduz um aumento urbano relacionado às condições de trabalho. Observa-se que, segundo a tabela abaixo, retirada do já mencionado estudo *Urbanização e Industrialização no Paraná* (2011, p. 10), a distribuição da população no estado do Paraná manteve-se estável em 1960 e 1970, mas passou a ser majoritariamente urbana em 1980.

TABELA 1			
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO PARANÁ, 1940-1980			
ANO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	Situação do Domicílio	
		Urbana (%)	Rural (%)
1940	100,0	24,5	75,5
1950	100,0	25,0	75,0
1960	100,0	30,7	69,3
1970	100,0	36,1	63,9
1980	100,0	58,6	41,4

FONTE: IPARDES. **Séries retrospectivas do Paraná** : dados históricos da indústria (1940 -1980). Curitiba, 1993. p.17

Figura 4 – Tabela 1. Fonte: *Urbanização e Industrialização no Paraná* (2011, p. 10).

Para observarmos mais especificamente a nossa região de estudo, tomamos como referência os dados de Jacarezinho, cuja população ainda era majoritariamente rural na década de 1960, tornou-se igualmente rural e urbana na década de 1970 e, em 1980, era, em sua maioria, urbana, conforme a pesquisa do professor Marcus Selonk (1999). Segundo ele, o fato de essas alterações coincidirem com as crises da cafeicultura na região e com a substituição do colonato pela mão-de-obra volante mostra uma modificação da base da economia local. Os trabalhadores temporários seriam elementos característicos da economia de cana-de-açúcar, de modo que “todo esse processo define uma nova vocação econômica no município, baseada, principalmente, na cana-de-açúcar, tendo como relação predominante a mão-de-obra volante – o bóia-fria” (SELONK, 1999, p. 84).

A urbanização pode ser considerada um indício do período de transição entre uma monocultura e a diversificação das plantações. Ligada a isso estava a crise do café, assunto muito recorrente nos periódicos da época, que mencionavam o clima de insegurança com relação à economia cafeeira (DIÁRIO DO PARANÁ, 1961, edição 01979), a tentativa de controle dos preços por meio da queima (1961, edição 01847), o encarecimento do produto (1963, edição 02345), o descontentamento dos produtores de Andirá (DIÁRIO DO PARANÁ, 1963, edição 02345) e o incentivo ao beneficiamento de algodão nas indústrias de beneficiamento de café, como na Máquina Cafepar, de Narato & Cia Ltda, em Andirá (DIÁRIO DO PARANÁ, 1962, edição 02159). Ainda noticiando temas de Andirá, vemos o estímulo ao plantio de algodão (DIÁRIO DO PARANÁ, 1962, edição 02173) e a criação de indústria de óleo (DIÁRIO DO PARANÁ, 1962, edição 02211).

Nesse momento, ao falarmos da modificação da economia de plantio agrícola e da urbanização, torna-se importante trazer as considerações traçadas nos estudos de Tânia Maria Fresca sobre a rede urbana da região norte do Paraná para entendermos, ao menos superficialmente, a relação que se estabelecia entre esses locais. Conforme Fresca (2005, p. 5554), nas décadas de 1950 e 1960 podia-se notar que a:

inserção da rede na divisão territorial do trabalho apresentava relativa fraca heterogeneidade produtiva, caracterizada fundamentalmente pela produção agrícola destinada ao mercado externo – com café, produto pelo qual ocorria a inserção na divisão internacional do trabalho – e ao mercado interno nacional com gêneros alimentícios e matérias-primas ao setor industrial, concentrado sobretudo em São Paulo. Com tal inserção, as cidades apresentavam-se como localidades centrais cuja essência era a distribuição de bens e serviços – correlacionada a produção, circulação, consumo – além

daquelas funções vinculadas à produção propriamente dita como a coleta, transformação, comercialização e transporte.

As cidades da região, portanto, exportavam café, e as produções alimentícias estavam sendo destinadas ao setor interno nacional. A construção e melhorias da infraestrutura e o esgotamento da economia cafeeira, bem como o incentivo do governo Ney Braga à diversificação de produtos, propiciaram facilidades de venda e transporte dos gêneros que antes pertenciam ao comércio interno. A partir de 1960 e 1970, a economia de base local esteve relacionada a soja, trigo, milho, frangos, cana-de-açúcar e outros. Ainda citando Fresca (2005, p. 5555), “Do desempenho destas funções emergiu uma diferenciação hierárquica entre as cidades muito mais pautada na quantidade do que na qualidade das funções desempenhadas”. Nessa hierarquia, os municípios de maior produção, como Jacarezinho e Cornélio Procópio, assumiam posição privilegiada entre as demais.

Em panorama do norte do estado do Paraná, vemos no documento *Plano diretor do eixo viário Londrina-Maringá*, de 1979: “Além de Londrina e Maringá, as cidades norte-paranaenses que parecem ocupar uma posição hierárquica logo abaixo são: Jacarezinho e Cornélio Procópio, na porção nordeste; Apucarana, Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama e Cianorte, na porção oeste e noroeste” (PARANÁ, 1979, p. 232-233). Estas seriam centros de poder e influência na região, como confirma a Lei n. 4615, de 09 de julho de 1962 (DOE, n. 103, 09 jul. 1962 apud PRIORI, 2012), que expõe formulações de segurança pública e prevê a criação de 13 Delegacias Regionais (Superintendências), sendo as do Norte Velho localizadas em Jacarezinho e Cornélio Procópio, conforme apresentado também no BNM e nos informes que veremos adiante.

As décadas de 1960 e 1970 foram um período de mudanças na rede urbana da região estudada. Até os anos de 1950, embora pertencessem a uma área dinâmica em produção econômica, as cidades do Norte Velho apresentavam fraca articulação entre os centros urbanos, visto que a agricultura era totalmente gerenciada pelos proprietários das terras. O beneficiamento, o transporte e o comércio partiam de dentro das fazendas, sem a necessidade de comunicação ou relação com os espaços urbanos. Ademais, os trabalhadores também não tinham motivos para circularem nas cidades, uma vez que o forte controle dos patrões os obrigava a adquirir produtos em armazéns instalados nas fazendas e as mesmas também serviam como espaços de religiosidade e sociabilidade, como vimos com a Fazenda das Antas, de Cambará.

Junto com a urbanização, houve a intensificação da divisão social e territorial do trabalho (FRESCA, 2000). Os trabalhadores passaram a transitar entre as cidades, por conta das novas condições de contratação, e as instituições públicas estabeleceram relações com os interesses coletivos e os de grandes proprietários e políticos. Além disso, algumas entidades privadas da região expandiram-se, como as Indústrias Setti Ltda., que tinham sede em Jacarezinho e passaram a funcionar em Andirá na década de 1970, gerando maior diversidade de empregos.

Seguindo esse processo, Andirá veio a possuir, em 1950, uma hospedaria chamada Hotel Andirá, localizada na rua São Paulo, n. 71, fone 18, e empresas de ônibus para o trajeto entre as cidades surgiram na década de 1960. Andirá também possuía, na mesma década, uma filial do Banco do Estado do Paraná, na rua São Paulo, e uma fábrica de carroças e oficina de caminhões, a Mecânica dos irmãos Cervi, na rua Baía. Os irmãos Cervi também possuíam uma fábrica de carroças em Cambará e, além deles, Humberto Marcolim, Jacomo Bampa, Castilho & Cia, Auto Curti e Basílio & Ramos faziam reparos automotivos nessa cidade. Voltando a Andirá, havia ali uma tipografia chamada São Judas Tadeu e circulava o Jornal Vanguarda (1954), editorado por José Durval e com a redação localizada na Rua São Paulo, n.º 351. A cidade possivelmente tinha uma rádio difusora ou sintonizava as estações da ZYA 3 Rádio Difusora de Cambará S.A., ou as frequências de Jacarezinho. Sabemos que, em 1954, existia ali uma empresa telefônica, visto que o Hotel Andirá possuía número de telefone. Ademais, o processo de urbanização aumentou os espaços de sociabilidade no meio urbano, realizando-se uma programação semanal de cinema (1954), com duas sessões diárias, na praça Sant'Ana, n.º 39. Bandas e fanfarras da região participavam de desfiles e competições interurbanas e os times de futebol deslocavam-se para participarem de partidas no estádio da Cambaraense e ou Estádio Municipal de Jacarezinho ou para assistirem aos VIII Jogos Abertos do Paraná, que, em 1964, foram sediados em Jacarezinho. Dessa forma, fosse por trabalho, lazer ou outras necessidades, havia circulação de pessoas e bens mesmo nas cidades mais pacatas, formando entre as mesmas uma rede, na qual partilhavam economias, culturas e práticas políticas semelhantes nas décadas de 1950 a 1970.

Com relação à urbanização ocorrida em Andirá, a população urbana passou de 2.361, no ano de 1950, a 10.315 em 1970. Houve um crescimento de pouco mais de três vezes na quantidade de moradores urbanos, apesar de a cidade ter aumentado em apenas 1.630 o número total de pessoas, do ano de 1950 ao de 1970. Em dados das eleições de

1951 notamos que, naquele ano, havia 2.106 eleitores em Andirá, passando a 5.680 em 1968; logo, se a população não aumentou nessas proporções, concluímos que os residentes da cidade tinham mais facilidade em participar das eleições, exercendo um poder maior com relação à política pública local, e/ou mais deles foram alfabetizados nesse intervalo de tempo. Pensamos na alfabetização devido aos fatos de a Escola Normal de Jacarezinho ter diplomado 132 professores entre 1940 e 1950, que passaram a atuar na região (RUCKSTADTER, 2017), haver quatro andiraenses se formando como docentes no ano 1960 (GONÇALVES, 2018) e, em 1961, ter sido terminada a obra de construção de um estabelecimento estadual de ensino em Andirá (DIÁRIO DO PARANÁ, ano 1962, ed. 02041). Outro ponto importante foi a evasão ocorrida da década de 1950 à de 1960, como notamos na tabela abaixo, produzida por Angélica Ramos Alvares (2017, p. 126):

A tabela abaixo nos mostra alguns dados demográficos do município de Andirá:

Ano	Total de habitantes	Perímetro Urbano	Perímetro sub-urbano	Perímetro Rural
1950	18,581	2,361	442	15,778,
1960	14,930	-	-	-
1970	20,211	10,315	-	9,896
2014	21.663	19.927	-	1.736

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil - 2014. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=410110&search=parana|andira|infoograficos:-historico>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2016;< <http://andira.pr.gov.br/cidade/dados-gerais>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil - 1950. Rio de Janeiro, 1953, p. 12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil - 1970. Rio de Janeiro, 1970, p. 44.

Figura 5 – Dados demográficos do município de Andirá. Fonte: ALVARES, 2017, p. 126.

As condições de trabalho e os investimentos do governo, aliados às circunstâncias da economia cafeeira, também influenciaram o processo de urbanização, principalmente por meio da revogação da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de contrato. Depois, essa norma foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei n. 5.107, de 1966, que estimulava a rotatividade da força de trabalho. Os recursos arrecadados teriam sido aplicados no

sistema habitacional, majoritariamente urbano, que seria financiado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).

Ademais, a necessidade das elites locais de substituírem a economia cafeeira na década de 1960 e os apoios do governo à industrialização, como o incentivo ao beneficiamento de algodão (DIÁRIO DO PARANÁ, 1963, edição 02788) e o financiamento à refinaria e indústria de Óleos Vegetais em Andirá (DIÁRIO DO PARANÁ, 1962, edição 02235), mostram que as propostas de Ney Braga e suas políticas de incentivo andavam de acordo com o cenário da região. O ideal da democracia cristã era um alicerce na moral que lhe dava prestígio entre os setores conservadores e/ou populares, mas as propostas políticas não se apresentavam como alternativa ao socialismo ou ao capitalismo. Mostravam-se, ao contrário, inclinadas a este último, criando meios para maior produção e exportação de itens diversificados a fim de auxiliar as elites locais e regionais e colaborar com a meta do Paraná de inserir-se no mercado mundial, seguindo as construções que já havíamos notado no documento de Pietruza (1935). Era a economia brasileira e paranaense abrindo suas portas para a associação com o capital monopolista internacional e a busca por políticas que se adequassem às necessidades das elites governistas regionais. Nesse sentido, concluímos que as disposições de legenda do partido eram menos determinantes que as exigências dos grupos hegemônicos e as medidas de Ney Braga não tinham ligação direta com os valores cristãos ou democráticos, conforme veremos a seguir.

No final da década de 1950, estavam envolvidos no cenário político do Paraná o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR) e o Partido Democrático Cristão (PDC). O PTB e o PSD ocupavam o domínio político e o PDC estava em ascensão, liderado por Ney Braga em âmbito estadual, conforme já mencionamos.

Em 1961, ao assumir o governo estadual, Braga contava com o apoio do PDC, da UDN e do PR e tratou de aproximar-se do PTB, com o qual aliou-se até 1963, quando este e o PSD passaram a fazer oposição ao governo. Um dos pontos criticados pelo PTB e sua bancada na Assembleia foi a posição dúbia mantida por Ney Braga acerca da renúncia de Jânio Quadros. Além disso, setores de estudantes, sindicalistas, nacionalistas e imprensa colocaram-se ao lado de Brizola na Campanha da Legalidade, que obteve grande apoio popular no Paraná, e passaram a organizar diversas manifestações e comícios em favor da posse de João Goulart (DIÁRIO DA TARDE, 29/08/1961, p. 01).

No final da década de 1950 houve o acirramento das lutas no campo, por meio das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, que intensificaram suas mobilizações, tendo bandeiras principais na reforma agrária e na extensão dos direitos trabalhistas e sociais aos assalariados rurais. Nos espaços urbanos, havia as greves, muitas vezes impulsionadas pelos movimentos reivindicatórios, mas também pela inflação e pela carestia de vida. Além das mobilizações desses setores populares, os grupos políticos empresarias, militares e esferas da Igreja Católica articulavam-se para combater as mobilizações de esquerda e desestabilizar o governo Jango, por meio do complexo IPES/IBAD, financiado por instituições particulares e pela CIA.

O IPES/IBAD organizou-se nos principais centros do país, promoveu campanhas e conseguiu apoio a suas posições políticas, inclusive por meio de financiamento de campanhas:

No Paraná, o complexo IPES/IBAD também financiou a campanha de diversos políticos da UDN, PR, PDC e PRP nas eleições de 1962, como, por exemplo, o candidato a senador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), o candidato a deputado federal Ivan Luz (PRP), Othon Mader (UDN) e o governador Ney Braga (PDC) (DREIFUSS, 1981, p. 334). (2015, p. 278).

Mesmo quando seus discursos tendiam a se aproximar dos de Jânio Quadros e, posteriormente, de João Goulart, como com relação às reformas de base, Ney Braga sempre utilizava a retórica das reformas referendadas pela doutrina social cristã, mantendo-se assim, distanciado deles. Desse modo também não se aproximou de políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes, que defendiam tais reformas de maneira mais contundente (KUNHAVALIK, 2004, p. 303 e 307).

Em 1963, houve alguns momentos de aproximação entre o governo estadual e o federal, como quando Goulart cedeu um ministério ao Paraná, Ney Braga foi consultado sobre a nomeação de um ministro pedecista e quando indicou seu secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para a presidência do Instituto Brasileiro de Café (IBC). Entretanto, Jango acentuou seu afastamento da figura de Ney Braga e seu partido, PDC, quando colocou Maculan (PTB) na presidência do IBC, rejeitou nomear Queiroz Filho (PDC) à embaixada brasileira na Iugoslávia e realizou nomeações nos Institutos de Aposentadoria e Pensões que favoreciam o PTB.

Num cenário geral, a política conciliatória de Goulart não estava funcionando, pois o afastou de Brizola e das esquerdas, da mesma forma que não obteve apoio dos grupos de centro e conservadores, encontrando-se isolado em 1963. No Paraná,

Na Convenção Estadual do PDC, realizada no final de novembro e início de dezembro de 1963, Ney Braga o atacou: “considerando que as dificuldades pelas quais passam o Brasil e o Paraná se devem ao mau governo da União”, afirmou: “Eu não sabia que o Jango era tão ruim assim” (O ESTADO, 01/12/1963, p. 4 apud KUNHAVALIK, 2004, p. 310).

Após romper com Jango, Braga se aproximou dos governadores que conspiravam para o golpe, sendo principalmente Carlos Lacerda (UDN), do estado Guanabara, José Magalhães Pinto (UDN/MG), Adhemar de Barros (PSP/SP) e Ildo Meneghetti (PSD/RS).

Em março de 1964, após o emblemático “comício das reformas” ocorrido na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em que o governo estabelecia a desapropriação de “propriedade rurais superiores a 500 hectares situadas numa faixa de 10 km à margem das rodovias federais ou propriedades superiores a 30 hectares localizadas às margens de açudes e obras de irrigação efetuadas pelo governo” (D’ARAÚJO, 1996, p. 155), houve uma maior polarização do cenário político e mobilização das direitas. O evento contou com a participação de Brizola e Miguel Arraes, com discursos que se inseriam no processo de radicalização das esquerdas.

Setores conservadores civis, eclesiásticos e militares, utilizando-se do contexto da Guerra Fria e do exemplo da Revolução Cubana, passaram a fazer grande propaganda contra Goulart, Brizola, a CGT, a UNE e as Ligas Camponesas e a difundirem que o comício do dia 13 era um indício de que o governo havia começado sua escalada contra a propriedade privada, representando o avanço do comunismo no país. Durante o mês de março, manifestações com ampla participação das classes médias e alta ocorreram em diversas capitais do Brasil, criando um clima favorável à intervenção militar.

Embora a participação de Ney Braga seja pouco mencionada nesses acontecimentos, o governador paranaense esteve envolvido direta e “silenciosamente” no golpe. Segundo o depoimento do Coronel Ítalo Conti, secretário de Segurança de Ney Braga, em matéria publicada no jornal Gazeta do Povo, em 31 de março de 2009,

O Ney não só era favorável (ao golpe) como integrava o grupo de conspiradores. Ele disse para mim: “Ítalo, eu preciso governar o estado e não posso me expor. Mas você tem o meu aval para fazer o que tem de ser feito”. Segundo Conti, o governador paranaense não quis se envolver publicamente para não prejudicar a administração do estado. O ex-secretário de Segurança afirma que, desde 1962, Ney Braga o havia incumbido de preparar um batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no momento necessário, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. “Havia

tenentes e capitães do Exército que estavam do nosso lado. Mas não sabíamos como eles iriam se comportar quando houvesse a deposição de João Goulart”. Quando o golpe “estourou”, porém, Ney Braga, que era coronel do Exército, foi um dos primeiros a apoiar a deposição do então presidente. Já no 1º de abril, ele fez um pronunciamento favorável à deposição de João Goulart e à tomada do poder pelos militares.

Sobre 31 de março de 1964, conforme Élio Gaspari (2002, p. 81-83) retomou as palavras do general Cordeiro de Farias, um dos conspiradores: “O Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º”. Seguiram-se prisões pelo país, sendo as mais noticiadas as do governador pernambucano Miguel Arraes, pelo comando do IV Exército (o Comando Militar do Nordeste, com sede em Recife), com a adesão do General Justino Alves Bastos ao golpe. Ainda em 31 de março, os Bispos do Paraná lançam um manifesto que criticava o comunismo e apoiava as Forças Armadas e o Congresso Nacional (KUNHAVALIK, 2004, p. 320-321).

No dia 1º de abril, demonstrando apoio ao golpe, Ney Braga discursava no Palácio Iguaçu, com transmissão das emissoras de rádio e televisão:

Vamos juntos, Paraná, povo e Governo! Vamos juntos continuar trabalhando, principalmente agora que o Brasil está livre e que se encaminha para novos destinos. Ontem, quase a esta hora, quando escrevi isto para o Brasil, estava me arriscando a ser deposto. Felizmente vencemos, e, agora, juntos haveremos de fazer com que o Brasil democrata cristão seja exemplo para a humanidade inteira (O ESTADO, 02/04/1964, p. 2).

O dia 02, conforme já mencionamos no início deste trabalho, foi a data em que o jornal Folha de S. Paulo noticiava em primeira página “Congresso declara presidência vaga”, seguindo com informações acerca de Goulart, que “abandonava o governo”, da união do I, II e IV Exército para uma prisão bem sucedida e do envio de 4 mil soldados de São Paulo para Guanabara. Além dos militares, o golpe contou com decisivo apoio de vários governadores, como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, Celso Ramos, Ney Braga, entre outros, que autorizaram as polícias militar e civil em seus respectivos estados a prender os “subversivos” e reprimir qualquer possível reação ao golpe. As prefeituras também não tardaram a manifestar aprovação, enviando telegramas e ofícios ao Palácio Iguaçu em conformidade com a posição tomada pelo governador, como o fez o prefeito Mauro Cardoso de Oliveira, de Andirá (DIÁRIO DO PARANÁ, 1964, edição 03061). A cooperação também se manifestou em denúncias e auxílio da Prefeitura Municipal às prisões realizadas no pré e pós-golpe.

No próximo capítulo observaremos os recursos que faziam frente à União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá (ULTGA), criada em 1962, e ao Sindicato Rural dos Trabalhadores de Andirá, fundado em 1965. O processo em combate à ULTGA é retratado no BNM 238 (IPM 384) e o desenvolvido contra o Sindicato Rural aparece no Inquérito 23/69 do Departamento de Polícia Federal do Paraná. Buscaremos entender os grupos que compunham os conflitos, suas transformações e relações com a história política da cidade, bem como seus discursos e usos sobre a Segurança Nacional, conforme a lógica da suspeição.

CAPÍTULO 3

Em vista de que esta pesquisa trata das práticas de repressão e vigilância política empreendidas em Andirá entre o período de 1964 a 1982, buscaremos observar as ações dos atores usando como estudo de caso o Inquérito Policial Militar (IPM) n.º 384, ou Brasil Nunca Mais (BNM) n.º 238, e o inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná. Como visto no Capítulo 2, historicamente a política local foi excludente, atrelada aos interesses das famílias proprietárias de terras. A Igreja Católica atuou como repressora do comunismo, do socialismo e das demais religiosidades, as cidades encontravam-se em processo de urbanização e a população era majoritariamente analfabeta.

No período que antecedeu 1964, setores patronais, junto com políticos regionais e nacionais, passaram a se organizar e a sistematizar ações para “neutralizar” o comunismo e qualquer indício dele. Nesse movimento, consideraram como “perigosa” inclusive a movimentação política dos trabalhadores rurais, que se acentuou em fins de 1950 e início de 1960, quando passaram a ganhar espaço no cenário nacional brasileiro. No discurso dos grandes proprietários rurais e dos setores conservadores da sociedade, o objetivo central da mobilização dos trabalhadores, principalmente em torno de associações e sindicatos, era a implantação do regime sindicalista e comunista no Brasil.

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) estavam entre os aparatos utilizados pelo regime militar instaurado em abril de 1964 no Brasil para repressão política. Tais dispositivos tinham por objetivo suprimir as oposições e assegurar a segurança interna e a manutenção da ordem. Na região norte do estado do Paraná destacou-se um conjunto de IPMs, posteriormente cunhados como IPMs Zona Norte do Paraná, que denunciavam as atividades subversivas em várias cidades.

A maioria dos IPMs instaurados no norte do estado do Paraná em 1964 indiciavam políticos ligados ao governo de João Goulart, líderes de sindicatos e de associações de trabalhadores rurais. Dentre eles encontra-se o IPM 384, ou BNM 238, com o qual trabalharemos ao longo deste capítulo. Para entendermos as ações repressivas por meio desse documento, buscaremos observar seu início e desenvolvimento, elencaremos os atores sociais presentes, as falas dos depoentes e a relação destas com o momento histórico local, além de levantarmos as mitologias presentes nos discursos para entendermos por quais imagens são construídas, como reescrevem a realidade e como a deformam. Acreditamos que tal observação auxiliará a

melhor compreensão do período. Ademais, a leitura do desfecho dos processos e dos conflitos institucionais permeará o presente capítulo.

3.1. IPM 384/BNM 238

O BNM 238, como arquivo de repressão, é depositário de informações que nos permitem buscar o entendimento de como se produzem e se explicam as diferentes versões, estabelecendo diálogo com perspectivas e problematizando-as. Posto isto, a nossa preocupação foi perceber os discursos contidos nas falas desses sujeitos, intentando desvendar os significados presentes nas relações e reconhecer e contextualizar os pontos de vista, para então entender as formas de repressão política utilizadas no processo.

Desde já, é importante ressaltar que os anos que precedem 1964, sobremaneira aqueles do governo de João Goulart (1961-1964), abriram ampla margem de participação ao meio sindical e trabalhista, de modo que estes puderam buscar garantias fundamentais por meio de ligas, associações e sindicatos. Em grupo, discutiam-se questões pertinentes aos direitos, recorria-se à justiça com ações trabalhistas e, quando necessário, organizavam-se greves e mobilizações. Dessa forma, nos documentos presentes no IPM 384, encontram-se panfletos acerca de greves realizadas em 1964 em fazendas como Santa Adelaide e Santa Alzira, de Andirá e Cambará, denotando as movimentações sindicais na região.

Os motivos das reivindicações, prioritariamente ligados à melhoria de condições de vida, eram geralmente levados ao tribunal em forma de processos contra os patrões, orientados pela União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá/PR (ULTGA). A orientação e os esclarecimentos sobre a legislação trabalhista e os direitos já garantidos em lei estavam muito presentes na luta no campo no período pré-1964 e eram uma das pautas primordiais da ULTGA. Isso porque o assistencialismo figurava-se como uma marca registrada da intervenção das associações de trabalhadores rurais, empenhadas em melhorar as condições de vida e profissão em áreas como saúde, educação, moradia, entre outras.

A União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá foi fundada em 1962 e fechada em 1964, já sob designação de Sindicato dos Trabalhadores e Lavradores de Andirá (STL). Seus personagens centrais foram Francisco Cabral, que

assumiu a presidência logo após a fundação da ULTGA, e os irmãos Alcides, Edmundo e Alexis Bonesso, comerciantes⁶ que realizavam forte militância no período e abrigavam a ULTGA em residência de Edmundo. Em meados de 1963 teria ocorrido uma desavença entre Francisco Cabral e os irmãos Bonesso. Segundo Francisco Cabral, o desentendimento teria se dado por conta dos Bonesso quererem distribuir material subversivo vindo de Cuba aos trabalhadores; outras testemunhas de acusação e defesa no BNM salientam que o motivo foi tentar conquistar a amásia do pai dos Bonesso; Edmundo, por sua vez, salienta em seus relatos atuais (RAMOS, 2016) que não se recorda de haverem travado questões pessoais.

Após o suposto desentendimento, Francisco Cabral retirou a sede da ULTGA da casa dos Bonesso, transferindo-a a outro local e nomeando-se presidente, enquanto os irmãos deixaram de ser membros. Em entrevistas concedidas a Angélica Ramos (2016), Edmundo Bonesso salienta que, quando a União se transformou em Sindicato, ele e os irmãos não puderam mais participar da diretoria pelo motivo de não serem mais trabalhadores rurais.

Portanto, às vésperas de abril de 1964, ano da prisão e inquirição dos réus, apenas Francisco Cabral conduzia o Sindicato dos Trabalhadores e Lavradores de Andirá (SLT). Ademais, divergências outras fizeram com que Cabral e os Bonesso se tornassem adversários, sendo interessante mencionarmos estes fatos pois Francisco Cabral seria apontado como autor da denúncia da atuação dos Bonesso na ULTGA.

Voltando ao IPM 384, acerca da instauração, a trama que observaremos começou a ser repreendida pelo poder policial antes do Inquérito Policial Militar n.º 384, aberto em 29 de maio de 1964. Boatos acusavam que ocorreria uma reunião no dia 1º de abril de 1964, às 20h, na ULTGA, de onde sairiam pessoas para tomar os pontos estratégicos de Andirá. Como prova da ameaça, havia um depoimento anônimo, que consta somente nos documentos do Inquérito com a data de 02 de abril, atribuído a Alexandre Pereira e não assinado por ele. O documento relata que Sebastião Dias, no dia 29 de março, chamou Pereira para participar do “levante” para tomar os pontos estratégicos da cidade, como a Prefeitura, a Igreja Matriz e a estrada que leva à cidade, sendo que este ato estaria marcado para 02 de abril e teria como chefe Euclides

⁶ É interessante mencionarmos que, embora a ULTGA englobasse trabalhadores da cidade, pequenos produtores, lavradores, colonos, assalariados, volantes, arrendatários, posseiros, parceiros, enfim, “trabalhadores em geral”, como o próprio nome prevê, a associação tinha suas pautas voltadas primordialmente aos “trabalhadores rurais”, até porque a cidade de Andirá, na época, pertencia a uma região majoritariamente agrícola.

Casemiro Teixeira e integrantes do Partido Vermelho, do qual Edmundo Bonesso era o líder.

Frente ao relatado, Albino Pontara, então Delegado de Polícia, e o prefeito Mauro Oliveira procuraram o juiz Cláudio Nunes Nascimento, que recomendou-lhes buscarem reforços em Jacarezinho. Com os reforços e auxílio de veículos da Prefeitura, começaram as buscas e prisões. Nesse momento, foram presos em Andirá Alcides Bonesso, Edmundo Bonesso, Francisco Pereira Cardoso, Sebastião Dias Camargo, Euclides Casemiro Teixeira e Francisco Alves Cabral.

Alguns dos testemunhos trazem a hora e data da prisão e, com base nisso, podemos dizer que as buscas começaram logo cedo, com Edmundo Bonesso, que foi preso às 5h da manhã do dia 02 de abril por três soldados da Polícia Militar. Às 17h da tarde, Francisco Pereira Cardoso foi preso em seu local de trabalho por cinco policiais. Alexis Bonesso estava fora da cidade nesse dia, mas, retornando no dia 03, ouviu dizer que a polícia o procurava e compareceu à Delegacia de Jacarezinho, onde foi detido. Já Alcides Bonesso encontrava-se em sua casa comercial em 04 de abril, às 9h, quando chegaram quatro soldados da Polícia Militar e realizaram a prisão.

Nos dias 04 e 05 de abril também foram realizadas prisões em Bandeirantes, Cambará e Itambaracá. Embora não conste no processo, ainda no dia 05 de abril foram presos em Andirá os lavradores Benedito Vergílio, José Mattos, Joaquim Lourenço da Silva e Raul Gomes de Carvalho, soltos no dia 08 de abril de 1964 por ordem do Dr. Piloto, em Curitiba/PR. Segundo depoimento de Edmundo Bonesso nos autos do IPM 238, ele havia sido levado no dia 06 de abril a Curitiba, junto com outras 28 pessoas. Dessa forma, nas ações da Operação Limpeza realizada pela Polícia Militar na região do Norte Pioneiro do Paraná, foram presos, entre os dias 02 e 06 de abril de 1964:

1. Alcides Bonesso, comerciante, procedente de Andirá;
2. Alexis Bonesso, vendedor, procedente de Andirá;
3. Edmundo Bonesso, comerciante, procedente de Andirá;
4. Sebastião Dias Camargo, comerciante, procedente de Andirá;
5. Francisco Cardoso, comerciante, procedente de Andirá;
6. Antônio Miguel, lavrador, procedente de Andirá;
7. Benedito Vergílio, lavrador, procedente de Andirá;
8. José Mattos, lavrador, procedente de Andirá;
9. Joaquim Lourenço da Silva, lavrador, procedente de Andirá;
10. Raul Gomes de Carvalho, lavrador, procedente de Andirá;

11. Nicanor Maranhão, lavrador, procedente de Itambaracá;
12. Julio Dias de Oliveira, comerciante, procedente de Itambaracá;
13. José Francelino da Costa, procedente de Itambaracá;
14. João Neves Barbosa, procedente de Itambaracá;
15. Jaime Jorge Vicente, procedente de Itambaracá;
16. João Francisco da Silva, procedente de Itambaracá;
17. Durvalino Marques Lugnete, procedente de Itambaracá;
18. Anacleto Jorge dos Santos, comerciante, procedente de Itambaracá;
19. João Martino dos Santos, maquinista de café, procedente de Itambaracá;
20. João Porto da Silva, lavrador, procedente de Itambaracá;
21. José Cícero da Silva, comerciante, procedente de Itambaracá;
22. José Monteiro, comerciante, procedente de Itambaracá;
23. José Pennos da Silva, comerciante, procedente de Cambará;
24. Irineu Sinos dos Santos, comerciante, procedente de Cambará;
25. Teodorico Sinodeu, lavrador, procedente de Cambará;
26. Sebastião Machado de Oliveira, lavrador, procedente de Cambará;
27. Pedro Miguel Trindade, comerciante, procedente de Bandeirantes;
28. Avelino Santana, lavrador, procedente de Bandeirantes.

Além destes, foram presos em Andirá Euclides Cassemiro Teixeira (solto em Jacarezinho) e Francisco Alves Cabral, que ficou detido no Batalhão da Polícia Militar, em Jacarezinho, além de ter sido preso em Wenceslau Braz, no dia 08 de abril, Altamiro Loureiro de Mello, eletricista.

Após as prisões realizadas em Andirá, os presos políticos foram levados para a Prisão Provisória do Ahú, em Curitiba, onde seriam ouvidos e aguardariam o desenrolar do processo. O IPM de nº 384/BNM de nº 238 foi instaurado pela Auditoria da 5ª Região Militar de Curitiba em 29 de maio de 1964 com a finalidade de conter a tal “agitação subversiva” por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Andirá, norte do estado do Paraná. O documento apurou o envolvimento de três irmãos – Edmundo, Alcides e Alexis Bonesso – em atividades subversivas. A denúncia formal foi enviada em 05 de maio de 1964 à 5ª região militar de Curitiba e os acusados foram ouvidos em 13 de junho de 1964, segundo os autos do processo.

Na cidade de Andirá, foram ouvidas as testemunhas Arthur Castilho, Aparecido Rufato, Cláudio Nunes e Ernesto Thomé em 29 de maio. Os autos da polícia local foram recebidos em 12 de junho com os depoimentos das testemunhas e um despacho para que

fossem ouvidas em julho as falas de Edmundo, Alexis e Alcides Bonesso, assim como de Francisco Alves Cabral, que encontrava-se detido no Batalhão da Polícia Militar em Jacarezinho. Ainda no dia 12 de junho, o Capitão André Luiz dos Santos, encarregado da Comissão dos Inquiridos da Polícia Militar na Zona Norte, foi a Curitiba. Depois, em 28 de agosto, Sebastião Dias Camargo, Francisco Pereira Cardoso e os irmãos Bonesso foram ouvidos.

Na denúncia formal, o denunciante foi Francisco Alves Cabral, que afirmou estar contribuindo com o propósito da “Revolução de 1964” de “extirpar do organismo nacional toda a influência maléfica produzida pela sutil infiltração dos ideais comunistas que ameaçam a integração e a soberania de nossa pátria” (BNM 238, 1964, p. 13-15). A exemplo da fala anticomunista de Cabral, muitos outros aspectos ideológicos e mitológicos são expostos nos diferentes discursos elencados pelo processo. Para entender os processos, acreditamos ser importante a observação dos discursos presentes, identificando os mitos políticos utilizados, suas explicações e deformações da realidade e como essas alterações ajudaram a justificar a atuação policial no período.

3.2. Discursos IPM 384/BNM 238

Observando os depoimentos das testemunhas de acusação, podemos dividir o tema central das falas em dois blocos, sendo um dedicado a explicar as prisões e o outro a explicar a agitação política. Eram testemunhas Ernesto Thomé, industrial de Andirá, com então 27 anos, nascido em Cambará/PR e residente na Fazenda das Antas; Arthur Coelho, de 46 anos, natural do estado de São Paulo e proprietário de terras em Andirá; Aparecido Rufato, de 39 anos, que era comerciante e havia sido candidato eleito a vereador em 1963, pela UDN; Sergio Saffaro, de 37 anos, natural de Trieste, na Itália, e agrônomo na fazenda Santa Adelaide; Sebastião Ferreira Resende, de 60 anos, natural de Enéas Ferreira/SP e proprietário de terras em Andirá; e Lauro Castilho⁷, de 32 anos, natural de Cambará/PR, advogado e vereador em Andirá.

⁷ Lauro Castilho era filho de Andrez e Leonilda Castilho e fazia parte de uma família de proprietários rurais da região, sendo seu pai dono da Fazenda Barreirão, na divisa entre Cambará e Andirá, e seu avô, Cesário Castilho, proprietário da Fazenda Anto Antônio, em Cornélio Procópio.

3.2.1. Explicações sobre as prisões

Alexandre Pereira, 31 anos, lavrador. Natural do Estado de Minas Gerais. Pereira relata que foi convidado por Sebastião Dias a participar de um Levante Comunista em Andará. Foi levado à sede do “Partido Vermelho” e apresentado ao “chefe vermelho” (Edmundo). Estariam planejando na ULTGA um “levante comunista”, em que tomariam ou bloqueariam pontos estratégicos da cidade seguindo instruções revolucionárias; embora Edmundo fosse “chefe vermelho”, o líder do Levante era Euclides Teixeira. O depoente tentava, assim, dar respaldo às prisões dos indiciados, deformando a atuação de Euclides Teixeira e criando narrativas embebidas em mitos anticomunistas para explicar a atuação da Polícia, dos patrões, da Prefeitura e de si mesmo.

Arthur Coelho, proprietário de terras de 46 anos, relatou que existiam vários casos importantes de subversão na cidade, sendo o primeiro o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que teria como dirigentes Orlando, Alexis, Edmundo (líder), Alcides e Aparecido Bonesso; apontou a atuação de Durval Ramos como comunista, ao lado de empregados; declarou que Mauro Oliveira teria acompanhado a atividade do Sindicato, comparecendo em reuniões; não tinha certeza, mas inferiu que a campanha de Mauro Oliveira teria sido paga com dinheiro da Prefeitura; afirmou que era voz corrente na cidade que Mauro Oliveira havia comprado votos.

Segundo as imagens criadas pelo discurso de Coelho, a única finalidade do Sindicato seria pôr em choque patrões e empregados, criando um clima de intranquilidade na população. Ademais, os Bonesso teriam falado abertamente em dividir as fazendas, dizendo que a reforma agrária vinha por aí e também faziam gracejo com os lavradores, aparecendo com medalhas e outros símbolos religiosos pendurados no pescoço, ou dizendo que um dia iriam desfilar com bandeiras vermelhas. O depoente ainda mencionou outro nome ligado à ULTGA, Francisco Pereira Cabral, como “um elemento que não gostava muito do trabalho árduo; que quando deu-se oportunidade passou a fazer parte ativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais”. A sua fala, por meio da caracterização e “incriminação” de personagens ligados à ULTGA, buscou explicar a agitação política na cidade, a vitória de Mauro Oliveira e as causas jurídicas ganhas a favor dos empregados. Também, implicitamente, tipifica as pessoas ligadas ao sindicato

como: 1. Subversivos, na figura dos Bonesso; 2. Vagabundos, na figura de Cabral; 3. Ingênuos, na figura dos trabalhadores. Assim, deforma a vitória jurídica destes últimos. O juiz que teria decidido em favor dos deles, Durval Ramos, na visão de Coelho, teria feito um baile em louvor pela geada, enquanto o prefeito Mauro Oliveira já apresentava indícios de subversão antes da Revolução, visto que “não ia na Igreja”.

Claudio Nunes do Nascimento, 33 anos, advogado (juiz de Direito de Andirá havia cinco anos). Relatou que soube de atividades subversivas por parte dos Bonesso; ouviu falar que Euclides Teixeira chamou várias pessoas para participarem do Grupo dos 11, entre elas Arthur Coelho e Pedro Oliveira (funcionário da empresa de telefonia); Euclides teria lhe mostrado uma carta direcionada a Truman (presidente dos EUA) e um documento de acusação do prefeito, por comunismo; na ocasião das prisões, Euclides também teria sido preso e Mauro auxiliou nas detenções realizadas na cidade quando ainda não estava definida a vitória da Revolução.

O depoente trouxe a imagem de que as principais repartições públicas da cidade teriam sido tomadas se não houvesse a intervenção e prisão das pessoas enquanto o golpe civil-militar ainda não estava definido. Também mostrou os Bonesso como pessoas que efetivamente desenvolviam atividades subversivas na cidade, lançando confusão ao meio rural e alimentando o ódio dos Trabalhadores Rurais contra patrões. Essa fala buscou explicar a prisão das pessoas indiciadas e a agitação política. Para isso, deformou a imagem da ULTGA, da família Bonesso, de Euclides Teixeira e Mauro Oliveira, além de colocar em plano secundário a atuação dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos.

Sebastião Ferreira Resende, proprietário de terras de 61 anos. Quando perguntado sobre atividades subversivas em Andirá, relatou que os Bonesso fundaram um Sindicato dos Trabalhadores Rurais e que, ao serem depostos por Francisco Cabral, as coisas melhoraram consideravelmente. O depoente afirmou ter sofrido duas greves em sua propriedade. Também relatou que um membro de Sindicato havia denunciado que os elementos incendiariam e assaltariam prédios como a Igreja, a Prefeitura e a Delegacia, razão pela qual deu-se a prisão dos Bonesso, Euclides Teixeira e Francisco Cabral, ainda que este último não fosse comunista, mas integralista militar, segundo Resende. O

juiz Durval Ramos teria ido a uma reunião sobre apoio dos comunistas ao prefeito e, quanto ao Mauro Oliveira, este teria comprado votos para se eleger.

As imagens criadas na fala de Resende são de que havia grandes choques entre patrões e empregados, provocados pelos sindicalistas; que os Bonesso tinham estreita relação com os comunistas Edson Campos e a professora Maria Lorena, de Cambará, e, por volta do dia 22, usando o nome de Cabral ou do Chefe de Polícia local, reuniram os elementos do sindicato para incendiarem e assaltarem estabelecimentos públicos. Sua fala tentam explicar as greves, as prisões e a vitória eleitoral de Mauro Oliveira, deformando os conflitos locais, uma vez que teriam sido provocados pelos sindicalistas, e não pelas condições de trabalho e vida dos sindicalizados.

3.2.2. Discursos que explicam a agitação política

Aparecido Rufato, comerciante de 39 anos, quando questionado sobre atividades subversivas em Andirá, relatou a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Andirá (ULTGA) e do Grupo dos 11 Companheiros. Tratando especificamente do Sindicato, a sua fala criou imagens de que a família Bonesso era comunista/subversiva, afirmando, para corroborar essa ideia, que Edmundo Bonesso teria cuspidido na imagem da Nossa Senhora Aparecida e, em outra ocasião, feito pregação comunista, dizendo que o regime de Fidel Castro era o melhor do mundo. Além disso, Edmundo, Alcides, Alexo [sic] e Francisco promoveriam na cidade a luta de classes, colocando empregados contra patrões, fomentando greves e outros distúrbios. Dessa maneira, o depoente buscava explicar os conflitos do campo usando a “incriminação” dos Bonesso e da ULTGA.

Entretanto, suas imagens deformavam a realidade associando o comunismo à falta de religiosidade e respeito: ao ter cuspidido na imagem sacra, Edmundo Bonesso teria mostrado seus “ideais materialistas e comunistas”. Também foi apresentada de maneira deformada a atividade política no campo, visto que a luta, na visão da testemunha, advinha de pessoas do espaço urbano, e não dos próprios trabalhadores rurais. Ainda segundo Rufato, Durval Ramos acharia que Gularte [sic] estava certo, Euclides Teixeira seria presidente do PTB em Andirá e teria convidado Arthur Coelho a participar do G11. O depoente, por outro lado, que não teria ouvido Mauro Oliveira declarar-se como favorável aos comunistas.

Sergio Saffaro, agrônomo de 37 anos, quando perguntado sobre as atividades subversivas em Andirá, relatou que Alex [sic] e Edmundo Bonesso fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade e que os irmãos Bonesso incentivaram uma greve na Fazenda Santa Adelaide durante a colheita de algodão, mas a movimentação não teve resultado por falta de condições. Também teriam tentado organizar outras greves nas fazendas de firma, como a Fazenda Santa Alzira, em Itambaracá, apedrejando os que se recusaram a delas participar. Nesse sentido, a testemunha estaria criando a imagem de que Sindicato servia para promover agitação na cidade, colocando patrões contra empregados, buscando explicar a greve nas fazendas e o envolvimento dos trabalhadores rurais por meio da intimidação com a ameaça de serem apedrejados. Assim, deforma o envolvimento dos trabalhadores e a própria greve, pois afirma que esta teria sido motivada por atos subversivos e falsas crenças no comunismo, e não por problemas reais e precariedade das condições de trabalho e de vida dos indivíduos. Sobre Mauro Oliveira, este nunca teria dito nada que o comprometesse e Saffaro nada saberia sobre Euclides Teixeira, Durval Ramos e Petrica de Tal.

3.3. Mitos políticos

A visão tecida por Raoul Girardet sobre mitologias políticas torna-se de grande relevância, uma vez que busca compreender como os mitos possuem associações ou são desdobramentos da realidade, exercendo os mitos modernos uma potencial força no meio social. Para Girardet, o mito é o “revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade” (1986, p. 83), e organiza-se por meio de uma série de imagens dinâmicas, reconhecíveis, que possibilitam o estudo e as observações do campo da história. Trabalhar com esse elemento, entretanto, seria sempre um desafio por conta de sua fluidez e organicidade, típica das ideias e das concepções políticas enquanto parte das sociedades.

Ainda segundo Girardet (1986), os mitos poderiam resultar em uma profusão de efeitos, quase sempre dotados de uma carga destrutiva, como a paranoia e o medo, dentro da organicidade da sociedade. As concepções mitológicas atuariam em todo o meio social, com a contribuição de olhares sorrateiros, intrigas e boatos, enleando os

indivíduos e estigmatizando-os. Como um código de linguagem, farto de ilustrações, o discurso mitológico carregaria um conjunto de representações simbólicas, as quais seriam utilizadas ao longo das falas dos atores sociais a fim de causar a sensação de medo nos círculos sociais, por meio de explicações ou conformações fantasiosas sobre a realidade.

No contexto por nós estudado, buscando uma explicação para a realidade de protestos e tensões políticas no campo, os depoentes lançariam mão de imagens mitológicas para personalizar aqueles que julgavam ser os culpados pelas greves e pela causa jurídica ganha em favor dos empregados e para desqualificar os seus oponentes políticos.

3.3.1. Levante comunista

Observando os discursos, podemos separá-los em dois grupos, os que explicavam ou buscavam justificar de forma explícita as prisões ocorridas logo após o golpe e os mais interessados em encontrar e justificar culpados e motivações para a agitação política no campo. Tratando inicialmente do primeiro conjunto de depoimentos, a justificativa para as prisões seria o “levante comunista” que estaria para acontecer. Esse mito político data de 1935, quando teria ocorrido a “intentona comunista” ou “levante comunista” durante o governo de Getúlio Vargas, e mesmo nessa época a expressão já era uma imagem mitológica, conforme veremos.

Os levantes de 1935 foram movimentos de insatisfação manifestados em alguns estados brasileiros (Rio Grande do Norte, Recife e Rio de Janeiro), que tinham como justificativa a luta contra as injustiças sociais e os rumos que o governo tomava. Para legitimar as medidas posteriores às revoltas, o governo relacionou os levantes a toda uma ação conspiratória comunista, chegando a demonizar os seguidores dessa corrente ideológica.

Porém, segundo Vianna (2003, p.102), os levantes realizados não possuíam um caráter socialista. O que ligaria essas insurreições, realizadas em localidades diferentes, seria seu caráter tenentista; basicamente, seriam o fim de um ciclo de revoltas iniciadas pelos tenentes uma década antes.

Em 1930, houve a chamada Revolução de 30, “que contara com a simpatia ativa da esmagadora maioria da população, conseguiu quebrar a hegemonia da oligarquia cafeeira, em especial da paulista e de seus representantes políticos do Partido Republicano Paulista” (VIANNA, 2003, p. 67). Nesse movimento já temos o início do descontentamento paulista, sobre o qual Vargas conseguira manter o controle, mesmo após ter trocado várias vezes algumas interventorias das implantadas nos estados, inclusive em São Paulo.

Em 1932, ocorreu a chamada “Revolução de 32”, que nada mais foi que a manifestação do descontentamento paulista pela perda da hegemonia política que possuía durante anos, utilizando como apoio a luta por uma nova constituição. O governo conseguiu conter o levante após o evento e uma Assembleia Nacional Constituinte foi convocada.

Em 1934, a nova Constituição fora assinada:

Terminou o período do governo provisório revolucionário de Vargas, eleito na ocasião presidente da República. O país entrava num período de normalidade constitucional, mas a movimentação política continuava intensa, pois ninguém estava satisfeito. O próprio Vargas declarou-se contra a Constituição que acabava de jurar (VIANNA, 2003, p. 68).

Ao mesmo tempo em que o país passava por toda essa movimentação, novas correntes políticas e ideológicas iam ganhando espaço e, nesse cenário específico de 1935, temos dois partidos que merecem destaque: o PCB (Partido Comunista do Brasil), fundado em 1922, e a ANL (Aliança Nacional Libertadora), lançada em 1935.

Tendo em vista, pois, esse cenário de 1935, vemos claramente o objetivo do governo Vargas, juntamente com a Igreja Católica, ao fazer com que os levantes fossem considerados planos subversivos por parte dos comunistas: instalar o caos na sociedade, fazendo com que os movimentos fossem entendidos como algo de caráter perigoso, inimigo e tirano.

Desde 1930, quando Vargas chegou ao poder, seu governo procurou aproximar-se da Igreja Católica, que poderia lhe conferir a legitimidade necessária. Pereira (2010) ainda vem ressaltar que, na época, a população buscava explicações para seus problemas no plano espiritual, o que contribuía de forma significativa para que a instituição religiosa atuasse sobre sua mente e imaginário.

A Igreja Católica por sua vez, planejava instaurar o modelo da “neocristandade”, conforme explica o autor:

O modelo da neocristandade constituiu-se no principal porta-estandarte hasteado pela instituição eclesiástica no país, cuja proposta residia em defender um catolicismo enérgico e que açambarcasse as principais instituições e governos. Deste modo, a Igreja asseguraria seus interesses vitais, a saber, a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo (PEREIRA, 2010, p.73).

Ou seja, tanto Getúlio quanto a Igreja tinham objetivos em comum: a luta contra qualquer possibilidade de expansão do comunismo. Fica claro, então, que consolida-se uma aliança entre as duas forças para que uma sustentasse a imagem da outra perante a população.

Podemos pensar, portanto, a partir do anticomunismo que permeia os discursos do governo e da Igreja Católica, que os motivos de verem o comunismo como força inimiga de oposição eram, para ambos, muito semelhantes. Ainda assim, a instituição religiosa tinha algumas razões particulares, visto que o caráter materialista dessa corrente política ameaçava seus princípios básicos, desvalorizando contratos firmados sob o pilar do plano espiritual, como o casamento e o pátrio poder. Esses motivos que embasaram a luta anticomunista serão discutidos posteriormente no desenvolvimento desta pesquisa, bem como as ideologias que permearam o contexto no qual ocorreram os levantes de 1935.

O IPM 234 sobre o ocorrido em 1964 não conseguiu provar que de fato o levante teria condições de ser realizado em Andará, não encontrou provas da relação dos Bonessos com o PCB e, ainda, apresenta o depoimento da única testemunha que teria presenciado os planejamentos num documento não assinado e sem a digital do depoente.

3.3.2. Anticomunismo cristão

No discurso de Arthur Coelho e Aparecido Rufato, podemos notar mais uma construção imaginária, desta vez relacionada diretamente à religiosidade. A associação entre o comunismo e práticas demoníacas aparece quando Aparecido Rufato diz que a família Bonesso era comunista/subversiva e corrobora o argumento com a figuração de que Edmundo Bonesso teria cuspidado na imagem de Nossa Senhora Aparecida. Além disso, quando Arthur Coelho sugeriu que Mauro Cardoso de Oliveira não frequentava a Igreja antes de ganhar as eleições, quis demonstrar que este seria alguém passível de desconfiança e com indício de subversão.

Em *O diabo é vermelho*, Carla Simone Rodeghero analisou como o discurso anticomunista incorporou elementos da oratória religiosa de forma a conciliar o comunismo a práticas demoníacas, mostrando a importância dos imaginários políticos e sociais, bem como a relação que estabelecem com a realidade e sua intervenção nas ações cotidianas das pessoas. O imaginário produz um comportamento que pode se desdobrar e moldar visões estereotipadas sobre o “outro”. Comungar do credo vermelho ou simplesmente simpatizar-se com ele passou a ser considerado algo perigoso e obscuro, denotativo de má índole e falsidade nos depoimentos de acusação, como nos relatos de Arthur Coelho, em que Bonesso teria feito gracejo com os lavradores, aparecendo com medalhas e outros símbolos religiosos pendurados no pescoço.

Associar comunistas ao demônio foi um modelo de apelação bastante utilizado para unir as pessoas em torno de uma bandeira religiosa, na intenção de coletivamente batalharem contra as figuras consideradas anticristãs. O discurso moralizador, unido às tradições, como os costumes, a família e a propriedade, foi uma das ações que fomentaram a dinâmica da oposição. O “inimigo” não possuía características físicas, era impreciso e estereotipado, e isso nutria o discurso anticomunista com a ideia de que ele poderia estar em todo lugar ou camada social, sendo seguido por qualquer pessoa. Em consonância com as ideias de Girardet, a mitologia anticomunista com associação religiosa alimenta-se da formulação de uma imagem tenebrosa e paranoica.

Para os líderes católicos, o problema do comunismo não estava no fato de defenderem que fosse dado todo o poder aos trabalhadores, mas na concepção da doutrina, de questionar os preceitos básicos das instituições religiosas. Um dos principais fatores de conflito estava na negação de Deus e no apego ao materialismo. Aceitar os “vermelhos” significava abraçar a luta de classes, defendida pelos “partidários de Moscou” e que se opunha à ideia de amor e caridade defendida pela Igreja.

Como vimos no capítulo 2, no Paraná, o esforço anticomunista encabeçado pela Igreja Católica entre os anos de 1940 e 1950 resultou na criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) pelos bispos de Londrina, Maringá, Campo Mourão e Jacarezinho, em 1961. O objetivo dessa iniciativa, além de combater o comunismo, era substituir o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na organização de sindicatos e associações de trabalhadores rurais, pois havia também o temor da perda de fiéis para o credo vermelho. Além de o crescimento do partido preocupar as autoridades clericais, havia o interesse da Igreja em atuar como instrumento de apoio aos trabalhadores desde a

década de 1930 no Brasil, quando surgiram os Círculos Operários, a Ação Católica Rural, a Ação Católica e a Juventude Operária Católica.

3.3.3. Trabalhadores ingênuos e manobrados

Outra imagem pintada pelos discursos das testemunhas era a ingenuidade dos trabalhadores, como na fala de Arthur Coelho, que tipificou as pessoas ligadas com o sindicato como: 1) Subversivos, na figura dos Bonessos; 2) Vagabundos, na figura de Cabral; 3) Ingênuos, na figura dos trabalhadores. Então, convém tratarmos no movimento de sindicalização ocorrido no norte do estado do Paraná e da historicidade da luta dos trabalhadores do campo e suas motivações.

O surgimento do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do norte do Paraná é datado de 1956, com sua fundação em Londrina, mas possuindo atuação e influência em municípios vizinhos. Nesse mesmo ano, outros foram fundados em Nova Fátima, Centenário do Sul e Maringá. A sindicalização moveu-se, segundo Piori (2012), de um lado, por influência da fundação de uma entidade nacional, coordenadora do movimento dos trabalhadores rurais, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954; de outro, pela desestruturação das relações de trabalho, há muito arraigadas no contexto cultural do homem do campo, visto que, com a desestruturação do colonato, o fim da agricultura de subsistência e a cobrança do aluguel de moradia tornaram piores as condições de vida do trabalhador rural.

A política implementada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), por meio do Grupo Executivo da Racionalização da Agricultura (GERCA), no início dos anos 1960, montou seu plano diretor baseado em três objetivos, dos quais vimos algumas implicações no capítulo anterior, mas que, enumerados, seriam: 1) eliminação dos cafeeiros de baixo rendimento; 2) destinação das terras liberadas para outros usos, como soja, milho e trigo, além de matérias-primas industriais e alimentares; 3) modernização das plantações cafeeiras. Esse programa foi elaborado por meio do fomento aos proprietários, que obtinham empréstimos no Banco do Brasil para o financiamento da maior parte dos custos a fim de possuírem condições favoráveis para a diversificação com outras culturas.

Tal política gerava um alto índice de desemprego no Paraná e acarretava a diminuição dos salários, além das constantes privações a que eram submetidos os

trabalhadores rurais, mas tudo isso propiciou uma identidade de interesses que até então não se fazia presente nesses atores sociais. Priori et al. (2012), apoiados em Verena Stolcke, retomam antecedentes da situação trabalhista com o intuito de mostrar como a situação dos trabalhadores do café, sobretudo colonos e diaristas, piorou nos anos 1950. Os historiadores levam-nos a refletir sobre o salário mínimo em vigor naquele período e o real valor recebido pelo trabalhador do campo, principalmente após o veto da proposta de Getúlio Vargas de unificar os salários urbanos e rurais. Na ocasião, foi vetada a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, que ficaram excluídos do salário mínimo obrigatório. Além disso:

Outro fator que contribuiu para o fortalecimento dessa identidade também está relacionado com o salário: o não-cumprimento, pelos fazendeiros, da Lei 35.450 de 1º de maio de 1954, que concedia aos trabalhadores rurais direito ao salário mínimo e ao pagamento de férias. Era comum, inclusive, os fazendeiros reterem mensalmente um saldo do salário, devolvendo-o ao trabalhador, quando este deixava de prestar serviço. Foram fatos como esses que levaram os trabalhadores a se reunir e discutir uma saída para a sua situação (PRIORI et al., 2012, p. 162).

Esse processo de exclusão e desestruturação das relações sociais de trabalho no campo permitiu que os trabalhadores rurais do norte do Paraná se movimentassem em torno de interesses coletivos. Essa identidade foi sendo construída por meio da organização em sindicatos, ligas e grupos. Estrategicamente, a criação de um órgão de representação lhes garantia um espaço de luta contra essas novas relações que estavam se estabelecendo com as diferenciações de culturas de plantio e de empregabilidade e, nesse sentido, Priori et al. (2012, p. 161) argumentam que “o surgimento do sindicato foi muito mais uma necessidade social dos trabalhadores do Paraná do que propriamente um movimento nacional que se desdobrou na região”.

Em alguns anos, com o crescimento do número de sindicatos e sindicalizados e com seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, os proprietários rurais empregadores, assustados, arquitetaram uma campanha no Estado, visando à desestruturação do movimento e à eliminação política das lideranças de associações do gênero. Para isso, desenvolveram duas estratégias: construir a imagem do movimento como uma ameaça comunista e estereotipar o trabalhador do campo como alguém “inocente”, suscetível à ideologia comunista.

Os periódicos Folha de Londrina e Jornal Folha do Norte do Paraná foram amplamente utilizados para divulgar essa campanha. Além das sugestões de que o

trabalhador fosse inocente, notamos também a busca por explicar a agitação no campo. O “desequilíbrio econômico da região” e a queda da “produção agrícola”, provocados pela agitação nos meios rurais, são expressões que aparecem em quase todos os discursos jornalísticos daquele momento e “o que acarretaria esse ‘desequilíbrio’, segundo seus interlocutores, seria o espírito de divergência de classe, que estava sendo incutido entre os trabalhadores rurais por ‘perigosos subversivos’” (PRIORI et al., 2012, p. 173).

Segundo Priori et al., os empregadores também se utilizaram de discursos políticos, por meio de senadores e deputados que atuavam no Congresso Nacional defendendo o fechamento de sindicatos. A exemplo, Euclides Casseiro Teixeira, ao perder a eleição de 1963 como candidato a prefeito em Andirá pelo PTB, envia uma carta, em 23 de outubro de 1963, a Amaury de Oliveira e Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social, relatando que a derrota ocorreu devido à “intromissão astuta e altamente dos acirrados elementos comunistas no ‘Sindicato dos Trabalhadores Rurais’”⁸ e suplicando por inspiração aos líderes, para que estes, como políticos, pudessem salvar o país da “derrocada” e da ameaça comunista.

Essas eram as formas legais que os empregadores utilizavam para protestar contra os sindicatos de trabalhadores rurais, fazendo uso da imprensa, das tribunas das casas legislativas e dos tribunais. Entretanto, houve casos mais extremados em que os patrões se utilizaram de meios ilegais, como a invasão aos sindicatos, apedrejamento, incêndios, entre outros.

Em Andirá, como em Jandaia do Sul, havia uma disputa entre trabalhadores e patrões pelo controle do sindicato, pois os empregadores fizeram comunicação e acordos com o lavrador presidente Francisco Cabral para que o sindicato diminuísse as oposições aos fazendeiros e administradores das propriedades rurais. Já em Jandaia do Sul, os empregadores criaram um sindicato fantasma, dirigido por um proprietário de terras; estabelecimentos como esse, conforme o Jornal Terra Livre, geralmente eram fundados “por um patrão, um comerciante interessado na política do latifúndio, e muitas vezes fundados pelos padres, com a finalidade de desviar a luta dos homens do campo e desenvolver o peleguismo nas organizações e entidades rurais de classe” (JORNAL TERRA LIVRE, 1962).

⁸ A carta consta nos autos do processo IPM 384/BNM 238, p. 16.

Indo ao encontro da declaração do Jornal Terra Livre, segundo o depoimento de Edmundo Bonesso, a criação da ULTGA em Andirá se deu às pressas, com o receio de que a Igreja Católica, por meio dos padres, fundasse um sindicato. Caso isso ocorresse, não haveria a legítima representação da classe trabalhadora e, como vimos ao longo do texto, a luta política pelo reconhecimento dos direitos sociais e pela livre organização sindical dos trabalhadores rurais foi travada com embate e conflito, constituindo-se um tempo difícil, sem espaço para que fossem massas de manobra ou inocentes.

3.4. Elementos auxiliares: atos de suspeição e boatos

Embora se configurem em uma interpretação adulterada da realidade, os mitos políticos trazem consigo certas funções explicativas relevantes para a compreensão do presente e, conseqüentemente, do real. Conforme Girardet, esse esclarecimento “se desdobra em um papel de mobilização: por tudo que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções” (1986, p. 13). Apesar de mitologias serem naturalmente associadas à falsificação e apenas à deformação da realidade, essas imaginações baseiam-se no real, sendo irrecusável a relação que estabelecem, de forma significativa, com as ideias que alimentam as ações de indivíduos e grupos.

Os medos derivados das imaginações mitológicas associadas ao político criam imagens de complôs, como o “levante comunista” em Andirá, o “baile em louvor pela geada” ou o “culto comunista”. Variações dessas narrativas expandiram-se por meio de um discurso repetitivo pautado na paranoia da conspiração, ou seja, na percepção de que o comunismo ludibriaria a consciência das massas e poderia atingir qualquer um, sendo algo diabólico, de infiltração estrangeira, desconhecida. Segundo Girardet (1986), a imaginação pautada no medo “se expande para todos os domínios da vida coletiva, quer se trate dos costumes, da organização familiar, como também do sistema educacional ou dos mecanismos econômicos”, de maneira que caminhar com um comunista, possuir cartazes de Carlos Prestes em sua propriedade ou simplesmente não ir à missa configurava-se como alto grau de suspeição.

O círculo de amizade ou familiar era utilizado, muitas vezes, para traçar o perfil ideológico de suspeitos: Aparecido Bonesso aparece como comunista apenas por conta de seu sobrenome, quando, na verdade, não era de esquerda e nem tinha relações com a

ULTGA. No BNM 238, dentre as falas das testemunhas arroladas pela acusação, as mais corriqueiras foram: “não tem conhecimento”, “que sabe por ouvir dizer”, “não viu”, “soube por intermédio de fulano de tal”, “que, por comentários”, “que não sabe informar de que maneira o acusado orientava greves”, “desconhece”, “não podendo afirmar”, “que nunca ouviu diretamente do acusado”, “que o depoente não pode afirmar com absoluta certeza”, “é voz corrente na cidade que”, “não podendo provar tal fato”. Desse modo, nem mesmo entre os depoentes houve relatos convictos. Com exceção a Francisco Cabral, as testemunhas de acusação não assistiram aos fatos relatados, logo, não tinham conhecimento próprio dos acontecimentos e limitaram-se ao “ouvir dizer”, o que aponta a precariedade da denúncia.

Há um caso em um dos IPM Zona Norte do Paraná, o BNM 551, em que a testemunha relata que tem conhecimento de que Jorge Haddad, Salim Haddad e Bonifácio Martins “são elementos radicados a ideologia comunista embora o mesmo não saiba sua definição”. “Nem todos aqueles que procuravam a polícia para denúncias sabiam do que estavam falando”. Porém, “comunista” era um termo forte, que tornou-se, por conta do imaginário anticomunista, uma forma de acusar e punir o adversário.

3.5. IPM 384/BNM 238: finalidades políticas

Observando suas profissões, podemos notar que todas as testemunhas elencadas pelo processo eram advindas da elite local de Andirá, sendo conveniente mencionarmos que Sebastião Ferreira Resende e Arthur Coelho, embora proprietários de terras e políticos locais, apresentaram-se como lavradores, com a intenção de denotar proximidade com a classe de trabalhadores, embora não fizessem parte da mesma.

Além dessas pessoas, encontravam-se como personagens coadjuvantes no processo contra a ULTGA o Juiz de Paz de Andirá, Durval Ramos, eleito primeiro suplente como vereador em 1959, pelo PDC, e vereador em 1963, pelo PSD; Mauro Cardoso de Oliveira, prefeito eleito no ano de 1963 pelo PSD, filho de José Cardoso de Oliveira, prefeito de Abatiá eleito em 1951, pelo PRB, e, em 1955, vereador no mesmo município, pelo PTB; Euclides Cassemiro Teixeira, candidato a vereador em Andirá pelo PTB em 1963 e, em 1967, pela legenda do ARENA. Já nessa relação de nomes, podemos notar também o número de políticos locais envolvidos no processo.

Dessa forma, podemos afirmar que as pessoas que serviram de testemunhas e as que destas corroboraram o discurso formam um grupo ligado por relações e por questões de terras, visto que a elite local constituía-se por famílias detentoras de propriedades rurais. Arthur Coelho, Ernesto Thomé, Lauro Castilho e Sebastião Ferreira Resende eram donos de territórios, enquanto Sergio Saffaro trabalhava como agrônomo da Fazenda Santa Adelaide e da Fazenda Alzira, que seriam posses da Sanluca em 1967.

Além disso, uma das primeiras questões que chamam atenção no BNM 238 é que o procurador militar Alceu Alves dos Santos pautou-se nas palavras de apenas uma testemunha, o denunciante Francisco Alves Cabral, para inquirir os réus. Na declaração de denúncia, várias outras pessoas foram acusadas, muito embora o procurador militar tenha selecionado dentre os acusados apenas os irmãos Bonesso, que, com exceção de Cabral, foram os únicos líderes de um sindicato local a serem denunciados. Essa observação vai ao encontro da ideia de que as associações e sindicatos rurais eram entidades bastante visadas no período inicial do regime militar e, devido a isso, foram objetos de perseguição.

A comissão de IPM afirma que “EDMUNDO BONESSO e ALCIDES BONESSO, são elementos de alta periculosidade, rancorosos, maquiavélicos e sem escrúpulos” (BNM 238, 1964, p. 108). Para a comissão de inquérito, os Bonesso tiveram a “capacidade de organizar e liderar até certo ponto elementos das classes mais humildes e sofredoras” (BNM 238, 1964, p. 108). O relatório ainda indica que, por meio da associação rural de Andirá, ambos “apoiaram com certeza absoluta uma CONTRA - REVOLUÇÃO de tendência esquerdista” (BNM nº 238, p.108). Nesse sentido, a liderança de uma organização de caráter sindical foi atrelada à maldade, à astúcia, à revolução e ao comunismo, seguindo a mesma linha discursiva utilizada pelas testemunhas de acusação.

Em contrapartida, no fichário individual de Francisco Cabral realizado pela DOPS/PR, consta que o mesmo, vulgo Cabralzinho, foi preso em 08 de junho de 1964, acusado de ações subversivas, e posto em liberdade em 16 de junho de 1964. Já em 17 de novembro de 1967, a DOPS-PR salienta que Francisco Cabral era atuante na área compreendida entre Londrina e Jacarezinho, agitador, doutrinador, afeito da tática marxista e mestre em difusão de boatos. No prontuário, afirma-se ainda que estava “arrepentido [...] faz-se passar por informante de confiança do SNI e Exército Nacional. – Aparentando humildade procura insinuar-se entre as autoridades civis e militares da região objetivando conquistar-lhes a confiança”.

Partindo dessas observações, pode-se levantar a hipótese de que, no BNM 238, Francisco Cabral denunciava os Bonesso com a intenção de isentar-se das responsabilidades, por medo de ser investigado e preso. Direcionando a culpa apenas para os Bonesso, colocou-se como mera “vítima”, que, arrependida, contribuía para o combate à “subversão” juntamente com os militares. Além disso, no cenário brasileiro desdobrado a partir de 1964, essas delações poderiam ser determinadas por pressões psicológicas, nas quais os depoentes denunciavam outros indivíduos para dar ares de que eram agentes contribuintes para findar a subversão e cessar os abusos policiais.

3.6. Inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná

Após o BNM 238 ter sido concluído em 1967, o Sindicato dos Trabalhadores e Lavradores de Andirá (STL) passou a ter a liderança de Raul Gomes de Carvalho, até 1972. De 1967 a 1973, aproximadamente, Francisco de Assis Pereira, natural de Assis/SP, atuou como advogado da organização, sendo alvo do Inquérito 23 de 1969. O antecedente desse inquérito foi o processo aberto pelo Delegado de Polícia de Andirá, Albino Pontara, contra a atuação do sindicato e de Raul Gomes de Carvalho, em 1969.

O Inquérito 23 de 1969 tem como principal documento de acusação o testemunho produzido pelo Poder Judiciário, que apresentou Albino Pontara, em 21 de agosto de 1970, às 16h, na sala de audiências da Vara Criminal da Comarca de Andirá, tendo como escrivão do documento Francisco Borges Negrão. O depoente, então com 47 anos, ex-delegado de Andirá, residente em Jacarezinho, contou que foi informante da Polícia e da DOPS/PR. O testemunho foi conduzido por perguntas realizadas por um juiz e as respostas relatavam que de longa data existiam divergências entre patrões e empregados na lavoura da região.

As formas de enfrentamento entre as duas partes foram o roubo de terras por empregadores e jagunços, as tentativas de sindicalização por parte dos trabalhadores rurais, com greves e paralizações, além de processos judiciais, visto que, com a sindicalização, as queixas dos lavradores passaram a ser levadas ao fórum. As divergências entre patrões e empregados e a “farta distribuição de material subversivo por parte da diretoria do Sindicato” teriam culminado no fechamento do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Andirá, segundo Pontara. Entretanto, após isso, as reivindicações teriam continuado a ser encaminhadas ao fórum, incentivadas por

Albertino Moreira e Gilde Baldine, que também eram encarregados de transmitir as informações de Francisco Pereira de Assis ao sindicato.

No depoimento, Pontara vangloria-se de que, durante o período que foi delegado, determinou a abertura de dois inquéritos, o primeiro contra Francisco Alves Cabral e o segundo contra Raul Gomes de Carvalho e Antônio Brandão, sendo todos membros do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Andirá. Ainda relatava que, após deixar esse cargo, foi chamado a Londrina para esclarecer os fatos narrados. Depois, o documento foi finalizado pelo escrivão e assinado. Ao todo, é composto por quatro páginas.

Francisco de Assis Pereira era advogado e havia sido professor do curso de direito da Faculdade de Mandaguari até o ano de 1968, momento em que foi acusado de agitação política e corrupção na instituição. Em 1969, passou a advogar nas causas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá. No período, o presidente da organização era Raul Gomes de Carvalho, que assumiu o cargo em 1967. Este, natural de Laranjal/MG, era casado e tinha 73 anos quando foi preso em 1969, por envolvimento com o Sindicato. Anteriormente, em 1964, Carvalho havia sido acusado e preso por participação no Grupo dos Onze Companheiros e, em 1967, por incentivar agitação no campo. A ligação de Francisco Pereira com Raul de Carvalho possivelmente ocorreu por meio de um conhecido em comum, Antônio Brandão. O mesmo era ensacador e atuava como tesoureiro no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá, mas também possuía ligações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari, cidade em que Francisco Pereira havia lecionado.

No BNM 238, as acusações ocorreram por meio de ligações com a política local, pautadas por interesses dos proprietários rurais, que muitas vezes eram políticos atuantes no espaço institucional urbano e desenvolveram um enredo em torno do qual girava a denúncia contra os líderes da ULTGA, servindo-se da ideia do comunismo. Já no Inquérito 23 de 1969, vemos como principal fator de acusação o agenciamento de causas trabalhistas, tendo como justificativa central a corrupção. O advogado Francisco Pereira e os membros do Sindicato agenciariam outros trabalhadores, colocando-os contra os patrões, para abrirem causas trabalhistas no fórum, propondo acordos que, quando pagos, dariam ao advogado uma porcentagem de 10 a 20%, além do que já ganhariam por meio da sindicalização.

Pereira advogava em diversas cidades da região, como Cambará, Jacarezinho, Candido Mota, Assis, Ourinhos e Piraju. Houve manifestação em processos, cartas e queixas por descontentamento de proprietários rurais em todos esses municípios, conforme verificamos nas fichas e arquivos da DEOPS e DOPS/PR. Na pasta de Francisco de Assis Pereira, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontramos uma carta de defesa endereçada ao General de Brigada Darcy Lázaro, escrita quando o acusado encontrava-se preso em Ponta Grossa, em 1969, em decorrência do processo aberto contra ele em Andirá. Na carta, Pereira enumera cinco acusadores de suas condutas, explica os casos em que esteve envolvido com estes juridicamente e cita possíveis testemunhas sobre os relatos. As pessoas citadas como acusadores são Genésio Picelli, João Batista Vieira, Pedro Bonacim, Fazenda Sanluca e Lauro Castilho e “seriam infundáveis a série de abusos cometidos contra os trabalhadores rurais, e que procurei minorar, buscando unicamente a Justiça, sem violência e incitações”.

O Departamento de Polícia Federal inocentou Francisco Pereira pelas acusações promovidas em Andirá. As acusações em Fartura foram arquivadas e sobre as outras, não encontramos registro dos desfechos. O advogado ainda manteve-se ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá até 1970, havendo informação de que ainda atendia na cidade em 1972, com o auxílio de Raul Gomes, mas sem a presença do Sindicato.

Os mitos acerca do trabalhador ingênuo, usado como massa de manobra e suscetível à enganação dos “comunistas” continuou recorrente nesse processo do fim da década de 1960. Entretanto, podemos notar a mudança de nomes dos envolvidos. Sergio Saffaro já não aparece, pois, com as mudanças das culturas e venda dos colonatos, as fazendas Adelaide e Santa Alzira deixaram de ser representadas por ele, por terem sido adquiridas pela empresa Sanluca, bastante estabelecida. Os comerciantes, como os Bonesso, também já não estão nesse processo, uma vez que a União dos Trabalhadores em Geral não exercia mais influência sobre a região. João B. Vieira, Lauro Castilho e Pedro Bonacin eram políticos locais e proprietários de terras, com atuação em Itambaracá, Andirá e Cambará.

3.7. Anticomunismo e DOPS

Ao longo dos processos, notamos diversas irregularidades, como as prisões terem ocorrido antes da abertura dos mesmos, sem direito a comunicação, e o fato de todas as testemunhas de acusação serem partes interessadas na punição dos réus. Essas arbitrariedades e suas justificativas pautam-se demasiadamente no estigma de “comunista” e na recusa pelas mudanças nas relações trabalhistas.

As preocupações e medos de civis e policiais, bem como a luta enérgica contra o comunismo, revelam como a internalização da violência simbólica contribuiu para a formação de conflitos sociais e justificava sua configuração. Os ideários procuram legitimar certas práticas daqueles que detêm ou almejam o poder, concedendo base teórica para as atitudes de determinadas autoridades. Simultaneamente, constrói-se um discurso que ilustra o inimigo como hostil aos requisitos legais.

Diante desse cenário, torna-se plausível a disseminação desse pensamento de maneira mais diversa e inteligível, adotando múltiplas formas de discurso não restritas apenas à escrita. A análise dos documentos DOPS no Paraná, presente na IPM 384/BNM 238, permitiu observarmos mais claramente a hierarquia entre as delegacias de polícia e as subintendências regionais. Mesmo tratando-se de departamentos institucionalmente separados, o trabalho deles sempre realizava-se de forma conjunta. O núcleo geral de coordenações das atividades estava centrado em Curitiba, mas em todo o Paraná foram estabelecidas as Delegacias Regionais, que tinham o importante papel de comunicar todas as suas atividades. Jacarezinho possuía uma delas, para a qual todos os documentos eram primeiro enviados antes de serem reconduzidos às cidades menores da região, como Andirá. Os presos políticos também passavam por Jacarezinho, bem como as ordens de prisão. Itambaracá, por sua vez, aparece como dependente de Andirá, para onde os presos políticos, reforços e decisões eram primeiro reportados. A contribuição mútua entre essas esferas do setor policial era de âmbito criminal, mas também abrangia questões políticas, sociais e morais, como nas defesas dos bons costumes, da família, da propriedade e da ordem pública.

Ainda sobre Jacarezinho, convém mencionarmos que há um registro de tortura apresentado por Edmundo Bonesso, com a queixa de ter sofrido empurrões e xingamentos durante o tempo em que ficou preso ali antes de ser transferido para a Prisão Provisória do Ahú, em Curitiba. Sobre as prisões realizadas, algumas foram usadas como forma de punição a trabalhadores rurais, havendo abusos de autoridade, visto que várias pessoas não sabiam por qual motivo haviam sido presas e, quando

questionadas, associavam o fato a desavenças recentes com administradores de fazendas, como João Francisco da Silva e Jayme Jorge Vicente, ambos de Itambaracá.

Ademais, é possível observarmos o desconhecimento do desfecho de determinados processos por parte das próprias delegacias, uma vez que chamavam conhecidos para perguntarem de sua situação em outras localidades, conforme relatado por Albino Pontara. A variedade de ortografias utilizadas nos nomes dos acusados e de políticos no BNM 238 também é algo a ser notado, denotando a baixa instrução ou o desconhecimento do processo por parte do escrivão.

Portanto, a repressão política em Andirá estava sendo empreendida contra pessoas com pouca instrução, ainda que a maior parte da população assim o fosse, e de baixo poder aquisitivo, sendo trabalhadores rurais e/ou envolvidos com associações, uniões e sindicatos. Dessa forma, por meio dos discursos usados nos processos e da visão dos anticomunistas, a oposição ao “bem” poderia se corporificar no comunista, no trabalhador, no herege, nos marginalizados sociais.

Muito embora colaboradores, policiais e demais auxiliares que integravam a DOPS/PR se mostrassem como defensores de uma bandeira que julgavam ser elevada e digna, também ajudavam na propagação do temor de um perigo eminente e da paranoia de um complô internacional, ameaçando desestruturar todo o seu modelo de sociedade ocidental. Em meio a uma sensação de medo que impregnou-se por amplos setores da sociedade, a polícia política associava o perigo comunista a todas as ações que contassem com sua intervenção.

Em consonância com a visão policial, o comunismo estaria introduzido em toda a sociedade, o que justificava a necessidade de medidas urgentes de combate. O enquadramento de muitas pessoas como suspeitos em potencial revelou compreensões forçadas de certas atitudes e comportamentos, fator que denotava uma sondagem preconceituosa por parte dos segmentos conservadores.

Essas visões conservadoras estavam ligadas aos processos empreendidos também pelas delegacias locais, uma vez que, enquanto a polícia política das capitais usava escutas de ligações telefônicas em determinados números, a do interior recorria à estratégia de colher boatos, tecidos em crenças e códigos morais, jornais da Terra Livre e panfletos da ULTGA e infiltrava pessoas ligadas aos empregadores no sindicato.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, vimos como se constituíam as principais instituições locais, desde o poder público ao privado, e o embaralhamento dos mesmos. Prova disso foi o IPM 284/BNM 238, que arbitrariamente julgou ações consideradas subversivas em Andirá. Conforme vimos, a arbitrariedade esteve nitidamente presente na motivação do processo, nas prisões e na escolha das testemunhas de acusação.

Com a observação dos depoimentos do IPM 284/BNM 238, notamos que os testemunhos centraram-se em dois temas, sendo o primeiro recorrente na mídia regional, isto é, a busca por tentar explicar a agitação política no campo focando de maneira maniqueísta um inimigo, o “comunismo”. O outro assunto era a busca por tentar justificar as prisões ocorridas na primeira semana de abril de 1964 em Andirá. Os depoentes de acusação eram pessoas ligadas à política local e a grandes propriedades rurais da região, constituindo-se como partes interessadas na condenação dos acusados.

Justificar as prisões era uma preocupação de políticos e servidores públicos locais, visto que a Constituição de 1946, que vigorava na época do golpe 1964, declarava, acerca da legalidade da detenção, que: “Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei” (artigo 141, parágrafo 20). A necessidade de provarem a conformidade com a lei surgiu porque as detenções realizadas em Andirá, envolvidas posteriormente no IPM 384/BNM 238, não tinham sido efetuadas em flagrante delito, nem apresentavam a ordem de prisão assinada no processo. Ademias, “Ninguém será levado à prisão ou nela detido se prestar fiança permitida em lei” (artigo 141, parágrafo 21), embora o Delegado de Política de Itambaracá, Janson Martins, tenha afirmado, no ato da prisão de Jaime Jorge Vicente, que o mesmo não poderia recorrer ao artigo 141, pois já estava condenado.

Ainda na Constituição de 1946, estavam disciplinados a ampla defesa e o contraditório, nos seguintes termos: “É assegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que, assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao preso dentro em 24 horas” (artigo 141, parágrafo 25), direito também negado aos detidos.

Percebemos, nos depoimentos, a tentativa da Polícia de Andirá e dos depoentes de minimizar a ilegalidade das prisões ao afirmarem ter procurado o juiz, conforme

previsto na lei: “a prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, e, nos casos previstos em lei, promoverá a responsabilidade da autoridade coatora” (artigo 141, parágrafo 22). Apesar da tentativa de aparentarem legalidade, é também qualificada como ilegal a detenção realizada sem ordem expressa de autoridade competente em situação que não constitua flagrante. As leis e decretos normativos garantiam uma aparente vigência de um Estado democrático de direito, mas eram desrespeitadas pelo próprio Governo da ditadura militar.

Grande parte das prisões realizadas por agentes da repressão era ilegal e arbitrária, como ocorrido em Andirá, e pode ser reconhecida nos critérios acima mencionados: 1) as pessoas eram detidas por meios ilegais, desproporcionais ou desnecessários, como o uso de veículos da Prefeitura Municipal, e sem informação sobre os fundamentos da prisão, visto que a maioria baseou-se em boatos e sequer aos detidos foi justificada, conforme apontam diversos depoimentos; 2) foram feitas prisões coletivas e programadas, sem a individualização de condutas puníveis; 3) os presos eram mantidos durante longos períodos em incomunicabilidade⁹, como na detenção de Francisco Alves Cabral no Batalhão da Polícia Militar em Jacarezinho; 4) não havia registro formal da detenção, o que obstava seu controle judicial; 5) a integridade física e psíquica do detido era sistematicamente violada, como foi o caso da acusação de culpa sobre Jaime Vicente, mesmo sem este saber o motivo de sua prisão, e do relato de tortura sofrida, em Jacarezinho, por Edmundo Bonesso.

Verifica-se, pois, que as detenções de presos políticos durante o período compreendido por este estudo não se submetiam ao processo regular instituído pelas leis aplicáveis à matéria, pela Constituição vigente no período ou pelas normas internacionais cogentes. As prisões eram, de fato, expressões do poder coercitivo arbitrário empregado pelos órgãos de repressão da ditadura, auxiliados pelo poder local.

Observamos, ainda, que a repressão nos casos estudados era apoiada por discursos mitológicos calcados no anticomunismo, como na construção histórica do mito do levante comunista, do trabalhador inocente e manobrado e no anticomunismo-cristão. A Diocese de Jacarezinho, que possuía influência regional desde a década de 1950, principalmente por conta da administração de Dom Geraldo de Proença Sigaud,

⁹ O Código de Processo Penal (Decreto-Lei no 3.689/1941) prevê a possibilidade de o indiciado permanecer incomunicável pelo prazo de até três dias, desde que haja interesse social ou conveniência da investigação, se assim for determinado por despacho judicial fundamentado – dispositivo que já vigorava durante o período da ditadura militar.

cultivou o imaginário do comunismo ligado à práticas demoníacas. Esse cultivo, junto a outras sementes implantadas pela mídia e por instituições de cunho patronais, rendeu frutos que podem ser vistos ao longo da análise sobre o IPM 384/BNM 238, neste trabalho e em outros já citados anteriormente, realizados sobre este tema.

Fato que também contribui para entendermos o processo foi a mudança de economia ocorrida no período e as alterações urbanas a ela correlacionadas, conforme vimos no capítulo 2. A busca por conservar velhas relações de poder e de trabalho, tentando resistir às novas disposições e ao poder político que levantava-se por melhores condições de vida dos trabalhadores foram, a nosso ver, motivações aos processos aqui estudados.

Durante o IPM 384/BNM 238, o discurso centrou-se exclusivamente no anticomunismo para refrear a agitação no campo e assegurar a segurança local; já no Inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná, a denúncia principal dizia respeito à corrupção. Ambos os casos, entretanto, escondiam que as testemunhas de acusação, base para a existência dos processos, eram pessoas ligadas a propriedades rurais e empregadoras que sofreram greves ou perderam causas em ações trabalhistas.

Em 1964, as denúncias acarretaram o fechamento da União dos Trabalhadores em Geral de Andirá e, em 1969, o do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá. Portanto, por mais que o primeiro processo tenha sido arquivado e que o segundo tenha inocentado o réu Francisco de Assis Pereira, podemos dizer que seus objetivos foram cumpridos, pois as referidas instituições trabalhistas foram repreendidas e tiveram sua atuação cessada.

Após as detenções, os presos políticos e parentes foram demitidos, tiveram empregos negados, passaram por dificuldades financeiras, sofreram discriminações e foram estigmatizados como comunistas. O anticomunismo presente na região contribuiu para o silenciamento desses acontecimentos e para a construção de outras memórias, que colocam os atores sociais então ligados à repressão, hoje, como democráticos. Assim, passam a ser esquecidos sindicatos, ligas, uniões, associações, enfim, as lutas de trabalhadores por melhores condições de vida. Ademais, os silêncios também contribuem para que haja poucos estudos sobre as ações e reverberações da ditadura na região, alimentando um ciclo contínuo de esquecimento.

Portanto, os processos estudados tiveram a atuação de pessoas da comunidade, proprietários de terras, políticos e agentes policiais para a repressão contra a ULTGA e

o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá. Seus caminhos foram entre arbitrariedades e interesses particulares. Sua atuação buscou frear a luta política de trabalhadores rurais por melhores condições de vida e os ecos desses processos podem ser vistos até hoje na região.

REFERÊNCIAS

- AIMONE, Thomaz. *Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra*. Jacarezinho-PR: Editora Gráfica Universitária, 1975.
- _____. *Meu Ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho*. Jacarezinho: [s/n], 1988.
- ALVARES, Angélica Ramos. *Luta por direitos, memória e repressão no alvorecer da ditadura civil-militar: o caso do sindicalismo rural na cidade de Andirá/PR*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2017.
- ALVES, Fabiana Aline. *Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968)*. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- AUGUSTO, M. H. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural das narrativas. In: _____. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 103-152.
- BERSTEIN, Serge. Cultura Política e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista (Orgs.). *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CANCIÁN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense (1900 – 1970): estudo de conjuntura*. 1977. 115 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1977.
- CARSTEN, Aluizio Alfredo. *Ocupação Humana na Bacia do Rio das Cinzas: uma história de povos sem história*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- CODATO, Adriano. Estado Novo no Brasil: Um Estudo da Dinâmica das Elites Políticas Regionais em Contexto Autoritário. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 305-330, 2015.
- COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 67-82, nov. 2000.

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX. *Revista Sociologia e Política*, v. 17, n. 32, p. 139-158, fev. 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DIAS, Reginaldo Benedito. A máscara chinesa: Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. *Tempo e Argumento*. Florianópolis: v. 2, n. 1, p. 153-175, jan.-jun. 2010.

DINIZ, Eli. O Estado novo: estrutura de poder relações de classes. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 610. (História Geral da Civilização Brasileira).

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *O Paranismo atualizado: democracia cristã e o planejamento no primeiro Governo Ney Braga*. 2010. 229 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

EVANGELISTA, Luciana de Fátima M. *O artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho (1954-1957)*. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Recorde, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRESCA, Tania Maria. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 5554-5574.

_____. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 10, n. 3, p. 195-206, 2004.

_____. *Transformações da rede urbana do Norte do Paraná: estudo comparativo de três centros*. 2000. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

_____. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 1, n. 21, 1991. p. 9-20.

GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. In: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 09 - 24.

GOULART, Mônica Helena H. O coronelismo e a transição republicana no Paraná. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2005, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa, 2005.

GUIRARDELLO, Nilson. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

HUGGINS, Martha. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

IPÓLITO, Verônica Karina. *O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná*. 2016. 252 p.. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2016.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI. *Antíteses*. Londrina, v. 2, n. 4, p. 769-799, jul.-dez., 2009.

KINKER, Regina Barbosa Ferraz. *História de Andirá*. 2012. Disponível em: <http://andirapr.xpg.uol.com.br/crbst_1.html>. Acesso em: 15 ago. 2017.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004, p. 231-411.

LINO, Anderson. *A História do senhor Bom Jesus da cana verde: conflitos e celebrações em torno de uma imagem religiosa (Siqueira Campos - PR, 1933)*. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009.

LOREDO, Luiz Augusto. *A Pensão da Procópia: Sertanópolis nos tempos do padre Jonas*. Rio de Janeiro: Editora Jaguatitica, 2017.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os pares repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.* São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MARTINES, Natália da Silva Madógllo. Preservação da História e da Memória da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz/PR. XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2016. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2016. 13 p.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2009,

MAYEUR, J.-M. Partidos católicos e democrático-cristãos europeus. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. Edunb: Brasília, 1999.

MESQUITA, Samira Nahid. *O enredo*. Editora Ática: São Paulo, 2003.

NUNES, Cláudio Pedrosa. *O nacional sindicalismo espanhol: Estado, família e trabalho no regime de Francisco Franco*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2009. p. 6.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: _____ (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004. p. 15-30.

_____. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: _____. (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004. p. 20.

PARANÁ, Governo do Estado, Curitiba, PR. *Plano diretor do eixo viário Londrina-Maringá: relatório preliminar*. Londrina: SUDESUL/SEPL/UEL/UEM, 1979. v. I-II.

PIERUCCINI, Maria Cristina. *Os Rocha Loures: uma família paranaense em 300 anos de história*. Curitiba: Posigraf, 1995.

PRIORI, Ângelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012.

PRIORI, Ângelo Aparecido. *Polícia política e sociedade: funcionamento e métodos de ação do DOPS/PR (1930-1964) – Notas de Pesquisa*. Belo Horizonte, 2012. Relatório (Pós-Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFMG.

RESENDE, Pâmela A. *“O esforço para lembrar é a vontade de esquecer”*: memória e esquecimento na ditadura civil-militar no Brasil. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. 2011.

RIOS, Jefferson Del. *Ourinhos: memórias de uma cidade paulista*. Cornélio Procópio: UENP, 2015.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Expansão e consolidação das escolas normais no Paraná: um olhar a partir do Norte Pioneiro Paranaense (1926-1971). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 17, n. 2 [72], p. 534-558, abr.-jun. 2017.

SALTURI, Luis Afonso. O Movimento Paranista e a Revista Ilustração Paranaense. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 43, p. 127-158, fev.-jun. 2014.

SIGAUD, Geraldo de Proença. *Pastoral de Saudação*. São Paulo: [s.n.], 1947.

SILVA JUNIOR, Alfredo Moreira da. A Neocristandade Tardia da Diocese de Jacarezinho. 1º ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES – ANPUH, 2007. *Anais...* Maringá: UEM, 2007. 09 p.

_____. *Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961)*. 94 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

_____. O Catolicismo na formação cultural do norte paranaense 1930-1960. In: SEMANA DE HISTÓRIA. 2002. Assis. *Anais...* Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002. 14 p.

TANNO, Janete Leiko. Patrimônio documental do "Norte Pioneiro" do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2015. Florianópolis. *Anais...* Universidade Estadual de Santa Catarina, 2015. 11 p.

TOMAZI, Nelson Dacio. *"Norte do Paraná" História e Fantasmagorias*. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VALENTINI, Juliana. *Sociedade Rural do Paraná: Organização e atuação da fração agrária da classe dominante regional*. (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Candido Rondon. 2014.

VIANNA, L. W. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, D. V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Edunb, 1981.

XISTO, Meira Élmes. Dom Geraldo Sigaud: conservadorismo e intelectualidade. 1º ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES – ANPUH, 2007. *Anais...* Maringá: UEM, 2007. 09 p.